

Prospecto Definitivo da 1ª. Distribuição Pública de Cotas Seniores (o “prospecto”) do
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX
PETROQUÍMICO**
CNPJ/MF nº 08.756.222/0001-40



Classificação de Risco das Cotas Seniores SR Ratings: “brAA-” e na Escala global: “BBB”

Código ISIN N.º BRTRDMCTF001

Registro na CVM[]

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TRADEMAX PETROQUÍMICO (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com duração de 36 (trinta e seis) meses contados da data da primeira subscrição das Cotas da primeira série, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos e destina-se a adquirir, preponderantemente, de direitos creditórios performados (“Direitos Creditórios”) de titularidade da Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos (o “Cedente Líder”) e pessoas jurídicas com sede no território nacional (“Cedentes”), em conjunto denominadas (os “Cedentes Trademax”) que sejam originados de operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos químicos e petroquímicos por elas fabricados e/ou distribuídos (“Produtos”) e/ou de serviços vinculados ao transporte dos Produtos prestados pelas Cedentes (“Serviços”), conforme as regras de composição e diversificação de carteira de ativos estabelecidas no Capítulo VIII do regulamento e seção correspondente deste prospecto.

Serão objeto de distribuição pública 5.000 (cinco mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data da 1ª Subscrição, perfazendo o valor total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 22/03/2006, conforme ato de deliberação da Administradora, sendo aprovado o inteiro teor do seu regulamento, ambos registrados no 2º Cartório de Imóveis, Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, em 04/04/2007, sob o n.º 209476, sendo 1ª alteração em 03/07/2007 sob o n.º 211434, 2ª alteração em 03/07/2007 sob o n.º 211436, 3ª alteração em 02/08/2007 sob o n.º 212080 e 4ª alteração em 08/10/2007 sob o n.º 214293 (o “Regulamento”). A Oferta está registrada na CVM sob o regime de registro automático desde 04 de 05 de 2007, nos termos da Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e posteriores alterações.

“o registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do fundo emissor, bem como sobre as cotas a serem distribuídas.”

Os investidores devem ler a seção fatores de risco, nas páginas 21 a 23. **Veja outros avisos importantes na página 2 deste prospecto.**
Podem adquirir cotas do Fundo investidores qualificados, ou outros investidores expressamente admitidos pela legislação pertinente.



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Cotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a validade do Fundo, da Administradora e demais instituições prestadoras de serviços ao Fundo.”

Distribuidora e Administradora

BEM DTVM LTDA

(uma empresa do Grupo Bradesco)

Gestora



Custodiante



Agência de Rating



Auditoria



Assessoria Legal



A data deste Prospecto Definitivo é de 10 de outubro de 2007

AVISOS ANBID

As informações contidas nesse prospecto definitivo, apesar de estarem em consonância com o disposto no Regulamento, não o substituem. Previamente à aquisição de cotas do Fundo, é indispensável a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as disposições que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto, bem como àquelas relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo.

A aplicação em cotas do Fundo apresenta riscos para o investidor e não conta com garantia da instituição administradora do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

O Investimento do Fundo de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| AVISOS ANBID | 2 |
| GLOSSÁRIO | 5 |
| IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES, AUDITORES E ESCRITURADOR | 8 |
| SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO | 11 |
| POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA | 16 |
| CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS | 17 |
| Aplicação do Remanescente do PL do Fundo | 19 |
| Demais Informações sobre a Política de Investimento | 19 |
| METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE | 20 |
| FATORES DE RISCO | 21 |
| CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO | 23 |
| Base Legal | 23 |
| Objeto | 23 |
| Público Alvo | 24 |
| Forma de Constituição | 24 |
| Prazo de Duração | 24 |
| Amortização | 24 |
| Características | 26 |
| Patrimônio Inicial | 29 |
| Emissões, Integralização e Valor das Cotas | 29 |
| Classificação de Risco das Cotas Seniores | 30 |
| Classes de Cotas | 30 |
| REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO | 31 |
| TAXAS | 31 |
| PRESTADORES DE SERVIÇO | 33 |
| Instituição Distribuidora e Administradora | 33 |
| Custodiante e Agente Escriturador | 33 |
| Auditor Independente | 35 |
| Agência de Rating | 35 |
| Gestora, Agente Cobrador, Análise e Seleção dos Direitos Creditórios | 35 |
| CONFLITO DE INTERESSES | 35 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO | 40 |
| Despesas e Encargos do Fundo | 40 |
| ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS | 41 |
| REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS | 41 |
| Tributação do Fundo | 41 |
| Tributação dos Cotistas | 41 |

| | |
|---|----|
| <u>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO</u> | 43 |
| <u>SUMÁRIO DOS CONTRATOS</u> | 44 |

ANEXOS

| | |
|--|------------|
| 1 - Relatório de Risco e Parecer sobre adequação dos procedimentos de verificação de lastro do parágrafo 4º do artigo 38 da Instrução 356 | 47 |
| 2 - Regulamento | 80 |
| 3 - Declaração Art. 56 | 133 |

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições listadas nesta seção, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado

| | |
|---------------------------------|---|
| Administradora | BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. |
| Agência Classificadora de Risco | SR Rating Prestação de Serviços Ltda |
| Agente Cobrador | SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP |
| Agente Custodiante | Banco Bradesco S.A |
| Alocação de Investimento Mínima | Razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante; |
| Amortização Integral | amortização integral de Série de Cotas Sênior, na Data de Amortização definida no Suplemento da Série “n”; |
| Aprovação Consensual | aprovação de matéria posta em discussão na Assembléia Geral, tanto pela maioria dos titulares de Cotas Seniores quanto pela maioria dos titulares de Cotas Subordinadas presentes à respectiva Assembléia Geral, nesse último caso apenas em relação às matérias nas quais os titulares de Cotas Subordinadas possuam direito de voto, de acordo com o disposto no Regulamento, votando em separado os titulares de cada classe de Cotas; |
| Anexo | significa os documentos anexos ao Regulamento; |
| Assembléia Geral | assembléias gerais ordinárias e extraordinárias de Cotistas do Fundo, realizadas nos termos do Regulamento; |
| Bacen | Banco Central do Brasil |
| Boleto de Cobrança | documento emitido pelo Custodiante, nos termos do Regulamento, o qual deverá conter as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado: “Direito de Crédito cedido ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trademax – Pagável somente em Banco”; |
| Capítulo | Capítulos do Regulamento |
| Cedente | pessoa jurídica, devidamente identificada por seu CNPJ/MF, da qual o Fundo esteja habilitado a adquirir Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento; |
| Cedente LIDER | Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos |
| Cedentes TRADEMAX | A Cedente Lider e Cedentes denominadas em conjunto âmbito do Regulamento, Prospecto e documentos do Fundo. |
| CETIP | Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos |
| Circulação | quantidade de Cotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas ou resgatadas, referente a cada classe de Cotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento |
| Cliente Sacado | identificado pelo seu respectivo CNPJ/MF, perfilado no documento anexo ao Contrato de Custódia; |

| | |
|--|--|
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| Consultor de Crédito | SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. |
| Conta Corrente do Cedente | Conta corrente de titularidade de cada Cedente, identificada em cada Termo de Cessão, na qual o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento do Preço de Aquisição |
| Conta Corrente do Fundo | Conta corrente do Fundo, na qual são creditadas as verbas de titularidade do Fundo, decorrentes do pagamento/alienação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos e da integralização de Cotas |
| Contrato de Cobrança | Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Agente Cobrador, e suas alterações posteriores |
| Contrato de Subscrição de Cotas Subordinadas | Documento preparado, pela Administradora, sob a forma do Regulamento, por meio do qual são integralizadas Cotas Subordinadas por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. |
| Contrato de Cessão | Documento preparado pela Administradora na forma do Regulamento, por meio do qual o Cedente TRADEMAX cede Direitos Creditórios ao Fundo a serem pagos em moeda corrente nacional . |
| Contrato de Consultoria | Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Análise e Seleção de Direitos Creditórios a ser celebrado entre a Administradora e o Consultor de Crédito e suas alterações posteriores |
| Contrato de Custódia | Contrato de Prestação de Serviços Especiais de Custódia a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, e suas alterações posteriores |
| COSIF | Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen |
| Cota | Cotas Seniores e Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo em qualquer Distribuição, em conjunto ou isoladamente |
| Cota Sênior | Cotas Seniores emitidas podendo ser divididas em séries em 1 (uma) ou mais Distribuições; |
| Cota Subordinada | Cotas que se subordinam às demais para efeitos de amortização e resgate; |
| Cotista | Titulares das Cotas, em conjunto ou isoladamente; |
| CPF/MF | Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda; |
| CPMF | Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ou qualquer outro tributo incidente sobre o mesmo fato gerador |
| Critérios de Elegibilidade | Critérios para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no Regulamento, verificados pelo Custodiante; |
| CSLL | Contribuição Social sobre Lucro Líquido |
| Data de Amortização | Data em que o Fundo efetua a Amortização Integral e/ou a Amortização Programada de Cotas Seniores, observado o disposto no respectivo Suplemento da Série “n” |
| Data de Amortização de Cotas Subordinadas | Data em que o Fundo deverá promover a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Cota Subordinada em Circulação, observado, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento |

| | |
|---------------------------------|---|
| Data de Aquisição | Data em que o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, deverá efetuar o pagamento do Preço de Aquisição, por meio, conforme o caso, de crédito das verbas devidas na Conta Corrente do Cedente e/ou lançamento na conta corrente de titularidade do Cedente, de Cotas Subordinadas emitidas em razão da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, sendo, neste momento, considerada efetivada a cessão dos respectivos Direitos Creditórios; |
| Data de Emissão | Data em que os recursos decorrentes da integralização das Cotas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, e que deverá, necessariamente, ser um “dia útil”; |
| Direito Creditório | Direito creditório de titularidade de cada Cedente TRADEMAX, expresso em moeda corrente nacional, decorrente de operação de compra e venda mercantil a prazo de Produtos, celebrada com os Sacados, representado por Nota Fiscal Fatura, cuja duplicata é sacada, por meio eletrônico, via borderô; |
| Direito Creditório Adimplente | Direito Creditório integrante da carteira do Fundo que não seja um Direito Creditório Inadimplente; |
| Direito Creditório Inadimplente | Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido ou a vencer, cujo respectivo Sacado encontre-se inadimplente, integral ou parcialmente, no cumprimento de suas obrigações pecuniárias referentes a qualquer Direito Creditório de titularidade do Fundo; |
| Direito Creditório Elegível | Direito Creditório que atenda, nas Datas de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade |
| Distribuição | cada distribuição deverá respeitar o disposto no Regulamento; |
| Distribuidora | BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. |
| Documentos da Securitização | O Contrato de Cobrança, o Contrato de Custódia, o Contrato de Administração, o Regulamento, os Termos de Cessão e os Termos de Cessão e Integralização de Cotas Subordinadas, em conjunto ou isoladamente |
| Empresa de Auditoria | Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S; |
| Fundo | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trademax Petroquímico. |
| Gestora | SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP |
| Índice de Liquidez | Valor apurado diariamente pelo Custodiante para cada evento de Amortização Programada e/ou Amortização Integral de cada Série de Cotas Sênior em Circulação, mediante a aplicação de expressão contida no Regulamento; |
| Investidor Qualificado | Nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409/04, entre os quais, as Instituições Financeiras, Companhias Seguradoras, Sociedades de Capitalização, Entidades abertas e fechadas de Previdência Complementar, Pessoas Físicas ou Jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00, Fundos de Investimento exclusivamente para Investidores Qualificados e Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Multimercado habilitados para aquisição de cotas de FIDC |

| | |
|--------------------------------|--|
| IOF | Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários |
| IPI | Imposto sobre Produtos Industrializados |
| IRPJ | Imposto Referente à Pessoa Jurídica |
| Outros Ativos | ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios; |
| Patrimônio Líquido | Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento |
| Período de Vigência | Prazo de duração do Fundo de 36 meses |
| Pessoa | Pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio |
| Preço de Aquisição | Valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis pago pelo Fundo ao respectivo Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão; |
| Produto | Produtos comercializados pelos Cedentes com os Sacados |
| Programa de Securitização | Mecanismos e procedimentos consubstanciados nos Documentos da Securitização, por meio dos quais os Cedentes cedem Direitos Creditórios ao Fundo, captando recursos para suas atividades |
| Regulamento | Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TRADEMAX PETROQUÍMICO; |
| Sacado | Qualquer Pessoa que seja devedor de Direito Creditório de titularidade de qualquer Cedente |
| Seção | Seções do Prospecto; |
| SERASA | Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA |
| Série | Qualquer série de Cotas Seniores emitida pelo Fundo em qualquer Distribuição, nos termos do Regulamento; |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e de Custódia |
| Taxa de Administração | Taxa cobrada pela Administradora nos termos do Regulamento |
| TED | Transferência Eletrônica Disponível, efetivada nos termos das normas e disposições do Bacen |
| Termo de Adesão ao Regulamento | Documento preparado firmado pelos Cotistas evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento; |

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS CONSULTORES, AUDITORES E ESCRITURADOR

Instituição Distribuidora e Administradora

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara
Osasco, SP

At.: Sr. André Bernardino
Telefone: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: bemdtvm@bradesco.com.br

Gestora

SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP

Rua Av. Sete de Setembro, 71 Ed. Executivo , Sala 902, Dois de Julho
Salvador – Ba
At. Sr. Lauro Barbosa de Souza
Telefone: (71) 3293-8583
Fax: (71) 3341-3922
E-mail: lauro@sstconsultoria.com.br

Consultores Legais

Siqueira Castro Advogados
Praça Pio X, 15, 3º andar, Centro
Rio de Janeiro – RJ
At. Sr. Alexandre Mellão
Telefone: (21) 2223-8818
Fax: (71) 2516-8308
E-mail: amellao@siqueiracastro.com.br

Auditor Contratado

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S
Av. Tancredo Neves, 1632 Ed. Salvador Trade Center – Torre Sul, Salas 1.301/1.309
Caminho das Árvores - Salvador – Ba
At. Sr. José Renato Mendonça
Telefone: (71) 3113-4530
Fax: (71) 3113-4500
E-mail: mendonca@performanceonline.com.br

Custodiante e Escriturador das Cotas

Banco Bradesco S.A.

Núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus"
Osasco - SP
At.: Sr. Carlos Alberto de Moraes
Telefone (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
Website: bradescocustodia.com.br

Agência Classificadora de Risco

Av. Rio Branco, 89, Sala 1.002, Centro

Rio de Janeiro – RJ

At. Sra. Sheila de Shirotta Gaul

Telefone: (21) 2263-7456

E-mail: sgaul@attglobal.net

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO

Seguem abaixo os principais termos e condições do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trademax Petroquímico”, bem como as principais condições da oferta de Cotas do Fundo. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do presente Prospecto e do Regulamento antes de tomar decisão de investimento.

| | |
|--|---|
| Emissor das Cotas | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trademax Petroquímico . |
| Cedente TRADEMAX dos Direitos Creditórios | Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 01.414.048/0003-70, com sede na rua Al Granjas Rurais Presidente Vargas s/no. Lote 17, Pirajá, Salvador-BA, CEP 41.297-430 Triflex Termoplásticos Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 06.936.188/0001-70, com sede na rua Cariparé, no. 110, Granjas Rurais Presidente Vargas, Salvador-BA BRASKEM S.A., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 42.150.391/0025-48, com sede na rua Eteno, no. 1561, Complexo Básico Pólo Petroquímico, Camaçari-BA, CEP 42.810-000 |
| Forma de Constituição | O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração das Séries do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Cotas do Fundo nos termos do Regulamento ou por decisão da assembléia geral de Cotistas. |
| Prazo de Duração | O prazo de duração do FUNDO será de 36 (trinta e seis) meses contados da data da primeira subscrição das Cotas da primeira série |
| Quantidade Total de Cotas | Serão objeto de distribuição pública 5.000 (cinco mil) Cotas Seniores da 1ª Série Adicionalmente serão emitidas Cotas Subordinadas suficientes para manutenção da razão de garantia |
| Valor Inicial Unitário das Cotas | R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, independentemente da classe, na respectiva Data de Subscrição Inicial. |
| Classes de Cotas | As Cotas do Fundo poderão ser Seniores ou Subordinadas.. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e emitidas em numero indeterminado. |
| Série de Cotas Seniores Emitida | 1ª Série. |
| Negociação das Cotas | As Cotas de Fundo deverão ser registradas para negociação secundária no Somafix e BovespaFix, cabendo à Instituição Administradora e aos eventuais intermediários assegurar que a aquisição de Cotas somente seja feita por investidores qualificados ou por outros investidores expressamente admitidos pela legislação aplicável. |
| Razão de Garantia | A razão mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Subordinadas é de 17% (dezesete inteiros por cento). |
| Rentabilidade | O Fundo buscará mas não garantirá a rentabilidade para Cotas Seniores de 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI. |
| Amortizações | As Cotas Seniores da 1ª série serão amortizadas de acordo com o Suplemento anexo a esse Prospecto. |
| Resgate | As Cotas Seniores da 1ª Série serão resgatadas na última Data de |

| | |
|---|--|
| Procedimento da Distribuição Pública | Amortização, sendo pago aos seus titulares, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 2.1 do Suplemento. A distribuição das cotas do Fundo será pública em regime de melhores esforços, destinada exclusivamente a investidores qualificados e demais investidores admitidos pela regulamentação aplicável. As Cotas Subordinadas serão preferencialmente destinadas à Cedente LIDER . |
| Valor Mínimo da Primeira Aplicação | R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), tanto na aquisição de Cota Sênior, quanto na aquisição de Cota Subordinada |
| Destinação dos Recursos | Os recursos auferidos pelo Fundo são voltados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios de titularidade de pessoas jurídicas que não sejam controladas pelo poder público, com sede no território nacional, originados de operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos químicos e petroquímicos por elas fabricados e/ou distribuídos e/ou de serviços vinculados ao transporte dos Produtos prestados pelas Cedentes. |
| Classificação de Risco das Cotas Seniores | “brAA-” e na Escala global: “BBB” |
| Agência Classificadora de Risco | SR Ratings |
| Publicidade | As publicações a cargo do Fundo serão realizadas no jornal “A Tarde”. |
| Instituição Distribuidora e Administradora | e BEM DTVM Ltda. |
| Gestora | SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP |
| Custodiante e Escriturador | Banco Bradesco S.A. |
| Auditor | Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S |
| Preço de Aquisição | O Custodiante deverá fixar o preço à vista a ser pago às Cedentes em cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis (“Preço de Aquisição”), observando sempre os critérios gerais contidos no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e neste regulamento, mediante a aplicação de uma taxa de desconto maior entre, o equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) da Taxa DI. e a aplicação da seguinte fórmula: |

Entende-se por taxa de desconto a diferença entre o Preço de Aquisição e o montante ofertado a cada cessão.

$$PADC = \frac{VN}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{du}{252}}}$$

Onde:

PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.

VN = Valor Nominal de cada Direito Creditório

I = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano, conforme definida nesse Regulamento

du = Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito

| | |
|-----------------------|--|
| Taxa de Administração | <p>Creditório, inclusive, e a Data de Aquisição, exclusive.</p> <p>Taxa de Administração, Gestão, Custódia Qualificada, Controladoria e Escrituração de Cotas será de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO, com valor mínimo mensal de R\$14.000,00 (quatorze mil e reais), para o primeiro mês de existência do Fundo, do segundo ao terceiro mês de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), e a partir do quarto mês, R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior, à base 1/252 dias e o valor será cobrado mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços “Taxa de Administração”.</p> |
|-----------------------|--|

ESTRUTURA DO FUNDO

O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas por ele emitidas (“Cotas”) somente poderão ser resgatadas ou amortizadas em conformidade com o disposto neste Regulamento. O Regulamento foi registrado no 2.º Ofício de Títulos e Documentos de Osasco, Estado de São Paulo, em 04.04.2007, sob o nº 209.476. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução CVM 356 de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM 356/01 foram protocolados na CVM em 24.04.2007

O FUNDO terá como atuação primordial investir recursos integrantes de seu patrimônio na aquisição de direitos creditórios performados (“Direitos Creditórios”) de titularidade da Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos (o “Cedente Líder”) pessoas jurídicas que não sejam controladas pelo poder público, com sede no território nacional (“Cedentes”), em conjunto denominadas (os “Cedentes Trademax”) que sejam originados de operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos químicos e petroquímicos por elas fabricados e/ou distribuídos (“Produtos”) e/ou de serviços vinculados ao transporte dos Produtos prestados pelas Cedentes (“Serviços”), conforme as regras de composição e diversificação de carteira de ativos estabelecidas na sessão Política de Investimento desse Prospecto.

O Grupo de Cedente do Fundo será composto por distribuidoras e produtoras de produtos químicos, principalmente termoplásticos e vinílicos que são matéria – prima de diversas indústrias.

Atuais Cedentes TRADEMAX enquadradas nestas caracteriscicas são:

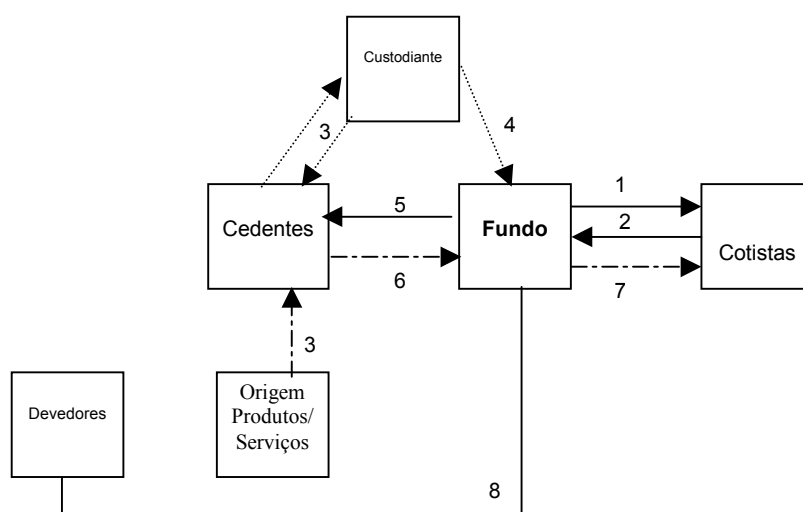
Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 01.414.048/0003-70, com sede na rua Al Granjas Rurais Presidente Vargas s/no. Lote 17, Pirajá, Salvador-BA, CEP 41.297-430

Triflex Termoplásticos Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 06.936.188/0001-70, com sede na rua Cariparé, no. 110, Granjas Rurais Presidente Vargas, Salvador-BA

BRASKEM S.A., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 42.150.391/0025-48, com sede na rua Eteno, no. 1561, Complexo Básico Pólo Petroquímico, Camaçari-BA, CEP 42.810-000

O prazo de duração do FUNDO será de 36 (trinta e seis) meses contados da data da primeira subscrição das Cotas da primeira série em conformidade com o disposto no Artigo 39 do regulamento, podendo ser prorrogado em, no máximo, mais 10 (dez) anos, por deliberação dos titulares das Cotas (“Cotistas”) emitidas pelo FUNDO em Assembléia Gera. Caso o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do FUNDO será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se “Dia Útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados

O quadro abaixo contém uma breve descrição da estrutura e o funcionamento do Fundo. Para maiores detalhes sobre a operação do Fundo, recomenda-se a leitura atenta de todo o conteúdo deste prospecto:



- 1 – Emissão de cotas pelo Fundo.
- 2 – Subscrição e integralização das cotas pelos investidores.
- 3 – Os Direitos Creditórios originados nos termos do artigo 5º do regulamento são informados ao Custodiante pelas (**Cedentes TRADEMAX**), que verificará os critérios de elegibilidade e informará aos **Cedentes TRADEMAX** quais os créditos que poderão ser adquiridos pelo Fundo.
- 4 – Custodiante envia à Instituição Administradora informações sobre os direitos creditórios a serem adquiridos.
- 5 – Fundo paga aos **Cedentes TRADEMAX** o preço de cessão com deságio calculado de forma a permitir ao Fundo o recebimento de recursos suficientes para o pagamento do rendimento esperado para as Cotas Seniores e o pagamento das despesas e e
- 6 – O Fundo torna-se titular dos direitos creditórios que lhe foram cedidos pelos **Cedentes TRADEMAX**.
- 7 – O Fundo, desde que seu patrimônio permita, efetua a amortização das cotas na periodicidade determinada no Suplemento da respectiva Série, bem como efetua o resgate da cota, no encerramento do prazo da Série.
- 8- O Fundo efetua o pagamento de despesas e encargos do Fundo.

FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Para que cada um dos **Cedentes TRADEMAX** possam ceder os Direitos Creditórios Elegíveis de que sejam titulares, deverão celebrar com o FUNDO, este devidamente representado por sua Administradora, o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), o qual estabelece as condições gerais aplicáveis a todas as operações de cessão entre as mencionadas partes.

Cada cessão de Direito Creditório Elegível será formalizada entre os **Cedentes TRADEMAX** e o FUNDO.

Concomitantemente a formalização citada acima, as **Cedentes TRADEMAX** deverão assinar notificação a ser enviada aos respectivos Sacados, informando-os sobre a cessão do crédito.

Administradora providenciará o registro somente do Contrato de Cessão, dentro do prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar da data da sua assinatura, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas dos Cedentes Trademax e do Fundo.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do FUNDO é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de carteira definida, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme definidos e (ii) de Ativos Financeiros.

Para os fins deste Regulamento, “Taxa DI” é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.

Os investimentos do FUNDO se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e nas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto neste Capítulo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

O FUNDO deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do início das suas atividades (a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios; e (b) no máximo, 50% (cinquenta por cento) do mesmo patrimônio em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN. O Fundo tem como meta referencial (“Meta”) investir, no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios.

Os títulos, créditos, certificados e ativos financeiros mencionados no item (b) acima, serão denominados indistintamente “Ativos Financeiros”, no singular ou no plural.

Os Ativos Financeiros serão adquiridos pelo FUNDO observando-se as formalidades legais e os requisitos regulamentares aplicáveis para a transferência do direito de propriedade aplicáveis a cada espécie desses títulos. Observadas as limitações previstas nesta sessão e no regulamento do Fundo e atendendo às normas editadas pela CVM acerca da matéria, poderá realizar operações compromissadas com lastro em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN e/ou operações em mercados de derivativos exclusivamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, na modalidade com garantia, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Cotas e a taxa de atualização dos ativos do FUNDO.

Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio líquido.

O FUNDO não poderá realizar:

Aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações;

A aquisição, pelo FUNDO, de Direitos Creditórios que estejam lastreados em outras operações que não o fornecimento de Produtos e/ou de Serviços;

Operações de day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)

Os percentuais e limites referidos nesta sessão deverão ser observados diariamente pelo FUNDO, com base no seu patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

CONDIÇÕES DE CESSÃO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na Data de Aquisição, às Condições de Cessão e aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (os “Critérios de Elegibilidade”) é considerado um “Direito Creditório Elegível”.

As Condições de Cessão são as seguintes:

- a) as informações referentes aos Cedentes TRADEMAX, Sacados e os Direitos Creditórios constam do Layout enviado pela Administradora ao Custodiante nos termos do Regulamento; Condição de cessão;
- b) o respectivo Cedente TRADEMAX seja aprovado no comitê interno do Gestor e, cadastrado no FUNDO pelo Custodiante;

OS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE SÃO OS SEGUINTE:

- c) o respectivo Sacado Autorizado não se encontra inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo;
- d) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Sacado, após considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, resulta em valor máximo de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, exceto para o Sacado Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos Ltda., cujo o percentual poderá corresponder a até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido ;
- e) o Sacado não tem seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Bacen;
- f) o Sacado não tem (i) registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, cujo valor unitário seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) por contrato e, tratando-se de pessoa jurídica;
- g) o Sacado não esteja em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- h) a data de vencimento do Direito Creditório não seja posterior a data de amortização de cada série de Cotas emitidas.

Não será adquirido pelo Fundo, direito creditório que esteja vencido e pendente de pagamento quando da sua cessão para o Fundo.

VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Caberá ao Custodiante a verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios e da sua devida formalização.

A verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios deverá ser feita a toda cessão.

As Condições de Cessão serão verificadas pelos Cedentes TRADEMAX, antes de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

A verificação da documentação que comprove a existência dos Direitos Creditórios será feita pelo Custodiante ou terceiro contratado, quadrimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade do Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada, de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do parágrafo terceiro será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

| | | |
|-------------------------|--|------------------------------------|
| $n_o = \frac{1}{E_o^2}$ | | $n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$ |
| | | |

Onde:

- E_o = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados), com isso o erro máximo que poderá incorrer será de 10% da amostra tolerável;
- N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).
- A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.
- Em decorrência do disposto nos itens a, b e c acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- Obtenção de arquivo com os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, na data base da revisão;
- Apuração da quantidade de Direitos Creditórios a serem verificados Seleção dos Direitos Creditórios, mediante aplicação da Formula descrita no parágrafo quarto, acima;
- Conferência Física dos Direitos Creditórios com os registros eletrônicos do Custodiante;
- Conferência do recebimento da mercadoria por parte do Sacado mediante verificação de protocolo de entrega de mercadoria, mantido pelo Cedente.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses, se houver.

Aplicação do Remanescente do PL do Fundo

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu PL, sem limites de concentração além dos definidos no Regulamento exclusivamente, em:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e

Demais Informações sobre a Política de Investimento

O FUNDO, observadas as limitações previstas no regulamento e na sessão Política de Investimento e Composição da Carteira deste Prospecto e atendendo às normas editadas pela CVM acerca da matéria, poderá realizar operações compromissadas com lastro em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN e/ou operações em mercados de derivativos exclusivamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, na modalidade com garantia, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Cotas e a taxa de atualização dos ativos do FUNDO.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Custodiante do Gestor e de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Tais riscos estão descritos, pormenorizadamente no item “Fatores de Risco” abaixo.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo FUNDO devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira do FUNDO devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável (“Plano Contábil”).

Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do FUNDO, por dia de atraso de pagamento dos Direitos Creditórios pelos Clientes serão, no mínimo, aqueles previstos na Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.682, de 23.12.1999, devendo a Administradora, em nome do FUNDO, a partir do 180º (centésimo octogésimo) dia de atraso, provisionar integralmente a operação inadimplente.

Serão considerados como perda todos os Direitos Creditórios em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a integralidade dos valores dos contratos não pagos ao FUNDO como perda.

Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas acima, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao FUNDO, e o Custodiante deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

As perdas e provisões do FUNDO serão reconhecidas no resultado do período.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Custodiante e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do FUNDO, assim como a gestão ativa da carteira de ativos do FUNDO, os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao FUNDO e aos Cotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do FUNDO; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios Elegíveis e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Quanto aos riscos associados ao investimento no FUNDO, destacam-se os seguintes:

Limitação de ativos do FUNDO. A única fonte de recursos do FUNDO para o pagamento aos Cotistas das amortizações e resgate das Cotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos Sacados. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o FUNDO não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas e o correspondente pagamento aos Cotistas.

Risco de Liquidez. O FUNDO está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios Elegíveis, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o FUNDO somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelos respectivos Sacados, tanto a Administradora, a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo FUNDO ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de Crédito. Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou os Sacados devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a carteira de ativos do FUNDO não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.

Fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Cotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 38 do regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do FUNDO que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Cotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

Descompasso entre as taxas de atualização das Cotas e dos ativos do FUNDO. O FUNDO aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios Elegíveis e, também, em Ativos Financeiros que comporão o patrimônio líquido do FUNDO. Os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo FUNDO serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Cotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Cotas. Em caso de liquidação antecipada do FUNDO, nos termos deste Regulamento, o FUNDO poderá resgatar as Cotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida pelo FUNDO ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco Proveniente do uso de Derivativos. Apesar de a utilização de instrumentos de derivativos não ter como objetivo a alavancagem da CARTEIRA, o FUNDO estará exposto aos riscos inerentes a estes mercados. A utilização de estratégias com derivativos como parte integrante da política de investimento do FUNDO pode resultar em variações e/ou perdas patrimoniais para o FUNDO.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

Risco de Crédito. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Sacados, das Cedentes ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Sacados, e, em caso de coobrigação de terceiros, da solvência e da capacidade de pagamento dos coobrigados inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do FUNDO perante os Cotistas, o não pagamento, pelos Sacados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Cotistas, dos valores correspondentes as suas Cotas.

Crítérios de Elegibilidade. Os Crítérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios Elegíveis passíveis de aquisição pelo FUNDO. Não obstante tais Crítérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Sacados, conforme o caso. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante dos Crítérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Sacados.

Constituição Sucessiva de Direitos Creditórios. Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de compra e venda mercantil e de prestação de serviços já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao FUNDO depende (i) das Cedentes continuarem a fabricar, comercializar e/ou fornecer os Produtos e os Serviços, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Sacados adquirirem ou continuarem a adquirir os Produtos e os Serviços. Ainda que as Cedentes disponham de toda a infra-estrutura, conhecimento e tecnologia que suportem a continuidade da fabricação, comercialização e/ou fornecimento dos Produtos e dos Serviços, não há como assegurar que os níveis de produção, comercialização e/ou fornecimento pelas Cedentes e a demanda pelos Produtos e pelos Serviços permitirão a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o FUNDO.

Cedentes de outros Fundos. : Na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, todos os Cedentes do FIDC Trademax celebrarão o Contrato de Cessão, no entanto, existem alguns deles que já tem celebrado Contrato

de Cessão com outros fundos de direitos creditórios ou de outra natureza, a exemplo da Cedente Brasken S. A (“Brasken”). Isso significa que Direitos Creditórios dos Cedentes em comum podem ser cedidos tanto para outros fundos quanto para FIDC Trademax, não havendo um mecanismo específico que estabeleça algum tipo de prioridade ou preferência entre ambos os Fundos. Caso haja, diminuição no volume de atividade das Cedentes Trademax não há garantia de que conseguirão (ou desejarão) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente as necessidades do FUNDO, o que poderá ocasionar Evento de Liquidação do FUNDO, nos termos do artigo 54 abaixo.

Ausência do Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios: Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência das Cedentes Trademax, a eficácia perante terceiros da transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderá ser questionada, com base na ausência de registro dos Termos de Cessão no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos. Poderá, ainda, representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos Cedentes Trademax a mais de um cessionário. O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios elegíveis pagos por sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora, a Gestora ou o Custodiante ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.(Reestruturação)

Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios. O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos enviados pelos Cedentes TRADEMAX . Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será realizada apenas por meio de auditoria quadrimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios

A análise da correta constituição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao FUNDO será feita com base nos documentos a serem apresentados pelas Cedentes, em conformidade com o Artigo 22 do regulamento, e a conclusão acerca do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade se pautará na análise de tais documentos, os quais serão presumidos legítimos, corretos, integrais pelo Custodiante ou qualquer outro terceiro por estas indicados.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Base Legal

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução 2.907/01, do CMN, e pela Instrução nº 356/01, com as alterações promovidas pela Instrução nº 393/03, pela Instrução nº 435/06, pela Instrução nº 442/06 e pela Instrução nº 446/06, todas da CVM.

Objeto

O Fundo tem por objeto principal investir recursos integrantes de seu patrimônio na aquisição de direitos creditórios performados, que sejam originados de operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos químicos e petroquímicos fabricados pelas cedentes ou por elas distribuídos.

Público Alvo

Somente poderão adquirir Cotas do Fundo investidores qualificados, os quais estão atualmente definidos no artigo 109 da Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, ou outros investidores expressamente admitidos pela legislação pertinente, como os fundos de investimento em cotas classificados como "Multimercado", nos termos do artigo 91, II, da Instrução CVM nº 409/04.

O Fundo visa a atender os investidores que buscam adquirir ativos de baixo risco de crédito com rentabilidade atrelada à Taxa DI.

O investimento nas Cotas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Cotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios ou dos Direitos Creditórios que compõe sua carteira. Os investidores devem analisar cuidadosamente a Seção “Fatores de Risco” do Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento relativa à oferta.

Forma de Constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração das Séries do Fundo, ou em virtude de sua liquidação, sendo também admitida a amortização das Cotas do Fundo.

Prazo de Duração

O prazo de duração do FUNDO será de 36 (trinta e seis) meses contados da data da primeira subscrição das Cotas da primeira série em conformidade com o disposto no Artigo 39 do regulamento, podendo ser prorrogado em, no máximo, mais 10 (dez) anos, por deliberação dos titulares das Cotas (“Cotistas”) emitidas pelo FUNDO em Assembléia Gera. Caso o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do FUNDO será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se “Dia Útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Amortização

As amortizações programadas de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no Suplemento da 1ª série Anexo a esse Prospecto, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Nas respectivas Datas de Amortização, o FUNDO Cotas. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo XVI do regulamento, e desde que o patrimônio líquido assim o permita e o FUNDO possua disponibilidades para tanto.

A fim de permitir a liquidez necessária para que o FUNDO realize as amortizações e o resgate das Cotas, a Administradora terá a obrigação sempre que houver liquidez disponível, , manter em provisão específica, 30 dias antes da data de pagamento de cada parcela, 2/3 (dois terços) dos valores de cada parcela de amortização e dos resgates em moeda corrente nacional, podendo, ainda, aplicar mencionados recursos em investimentos cuja disponibilidade seja apropriada para o fim ora previsto.

Os titulares das Cotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do FUNDO a amortização ou o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Uma vez tendo recebido os recursos descritos na sessão, o Cotista beneficiário dará ao FUNDO, representado pela Administradora, a mais ampla e irrevogável e irretratável quitação.

Quaisquer impostos, contribuições ou taxas que legalmente incidam sobre os recursos referentes ao resgate e/ou amortização de Cotas do FUNDO serão retidos pela Administradora e deduzidos dos valores em questão, não cabendo ao Cotista qualquer tipo de compensação.

COTAS DO FUNDO

Características

O Fundo emitirá 01 (uma) classe de Cotas Seniores (as “Cotas Seniores”), as quais poderão ser divididas em Séries distintas, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Cotas Seniores serão definidas no respectivo Suplemento.

O Fundo emitirá, em cada Distribuição de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas (as “Cotas Subordinadas”) em quantidade suficiente para manutenção da Razão de Garantia do FUNDO.

Cada Cota Sênior confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

a) Tem o preço unitário de R\$10.000,00 (Dez mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;

A partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor unitário, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\underline{VQS_n = (VQS_{(n-1)} - VAE_{(n-1)} - VAP_{(n-1)}) \times FatorDI}$$

onde:

VQS_n é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série na data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VQS_{(n-1)}$ é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VAE_{(n-1)}$ é o valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior da respectiva série, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

$VAP_{(n-1)}$ é o valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior da respectiva série, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

$Fator DI$ é o fator correspondente à Taxa DI, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \left[1 + \left(TDI \times \frac{FM}{100} \right) \right]_{\text{onde:}}$$

TDI é a Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

onde:

DI = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n , utilizada

considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
du = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI,
sendo “du” um número inteiro; e
FM = Fator Multiplicador, informado com 4 (quatro) casas decimais que
corresponde correspondente a 110 do CDI.

Os titulares das Cotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de Série de Cotas Seniores específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;

Tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto;

Tem prioridade em relação às Cotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;

O valor mínimo da primeira aplicação no Fundo será de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), tanto na aquisição de Cota Sênior, quanto na aquisição de Cota Subordinada, não se aplicando tal regra as Cotas negociadas em mercado secundário.

Após o encerramento da 1ª Distribuição de Cotas, a Administradora poderá deliberar e fazer realizar nova Distribuição de Séries de Cotas Seniores, sem a necessidade de aprovação dos titulares de Cotas em Circulação na ocasião, desde que sejam observados os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na Instrução CVM e as condições de emissão estabelecidas abaixo. Os termos e as condições da nova Série deverão ser definidos em Suplemento próprio.

O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Cotas Seniores, em qualquer Distribuição, desde que, computados, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, cumulativamente, ao disposto no presente Regulamento, referente tanto à Série de Cotas Seniores em processo de integralização quanto às demais Séries em Circulação na ocasião.

Quando da definição do valor das Cotas Seniores, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada, considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer valor devido aos titulares das Cotas Seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, como critério para definição do valor das Cotas Seniores ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a (a) 10 (dez) dias úteis consecutivos, contados da data de ocorrência do evento ou (b) por 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do evento, a Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Cotas Seniores, o novo parâmetro a ser utilizado.

Neste caso, os titulares de Cotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer verbas a serem pagas aos titulares das Cotas Seniores, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo, quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da eventual divulgação da Taxa DI.

Cada Cota Subordinada conferirá a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Cotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) somente poderá ser subscrita e integralizada por investidores qualificados;
- c) tem um preço unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na 1ª Data de Emissão de Cotas Subordinadas;
- d) a partir da 1ª Data de Emissão de Cotas Subordinadas, o valor unitário de cada Cota Subordinada, apurado diariamente pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em Circulação, apurado na forma da fórmula acima, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
- e) a partir da 1ª Emissão de Cotas Seniores, o total de Cotas Subordinadas em circulação deverá ser, no mínimo, 35% em relação ao Patrimônio Líquido do FUNDO (Razão de Garantia).

Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia o **Cedente Líder** será imediatamente informado pela Instituição Administradora através do aviso de desenquadramento para que este integralize a quantidade de Cotas Subordinadas suficientes para manter, no mínimo, o percentual estabelecido na alínea “e” acima.

O **Cedente Líder** poderá oferecer a outros investidores qualificados, inclusive às **Cedentes TRADEMAX**, a oportunidade de integralização das Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia.

O Aviso de Desenquadramento deverá ser devolvido à Administradora, pelo **Cedente Líder**, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação à integralização ou não de Novas Cotas Subordinadas.

Caso a decisão do **Cedente Líder** seja pela integralização de Novas Cotas Subordinadas, o pagamento será realizado em moeda corrente nacional, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Após o recebimento de notificação do **Cedente Líder** no sentido de integralizar Novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora deliberará pela emissão de Novas Cotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Cotistas do Fundo.

Na hipótese do **Cedente Líder** não informar à Administradora sobre qual medida pretendem tomar ou se informar que não pretende integralizar Novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora considerará tal evento como sendo Evento de Avaliação do Fundo.

O somatório do valor atualizado das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas é limitado ao valor do Patrimônio Líquido devidamente atualizado.

As Cotas Seniores de Séries distintas poderão ter Datas de Amortização coincidentes. O Fundo somente poderá emitir Cotas Seniores com Datas de Amortização não coincidentes desde que exista um intervalo de, no mínimo, 15 (quinze) dias entre as Datas de Amortização.

É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Cotistas titulares das Cotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização e, nas hipóteses deste Regulamento, resgate, distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.

O Fundo poderá promover a amortização compulsória parcial das Cotas Subordinadas, após o período de distribuição das Cotas Seniores, caso a razão de garantia supere 35%, com a utilização, sucessiva, de moeda corrente nacional e/ou de Direitos Creditórios Elegíveis.

Na hipótese do inciso parágrafo acima, a Instituição Administradora comunicará aos Cotistas Subordinados, com cópia para o Custodiante, no dia útil imediatamente posterior à data que a Razão de Garantia seja superada, informando do valor da amortização compulsória das Cotas Subordinadas e o

montante em moeda corrente nacional e/ou o valor e a quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis a serem utilizados na referida amortização.

A amortização compulsória das Cotas Subordinadas será efetuada no dia útil imediatamente subsequente ao envio, pela Instituição Administradora, da comunicação de que trata o inciso acima.

Os titulares das Cotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Após sua amortização integral, as Cotas não mais serão consideradas como em Circulação para todos os efeitos legais.

Patrimônio Inicial

O patrimônio do FUNDO na data final da integralização da primeira série de Cotas será composto por até 5.000 (cinco mil) Cotas Seniores, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e de Cotas Subordinadas em quantidade suficiente para manutenção da Razão de Garantia, conforme disposto no artigo 38.

Emissões, Integralização e Valor das Cotas

As Cotas serão emitidas por seu Valor Unitário de Integralização, calculado na forma do Artigo 38 do regulamento, com base no valor de abertura da Cota em D+0, a partir da data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do FUNDO (“Data de Integralização”), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN exclusivamente na conta-corrente designada do FUNDO indicada pela Administradora, com integralização à vista, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Outrossim, a subscrição das Cotas poderá contemplar uma ou mais séries de Cotas por distribuição, devendo a integralização das mesmas seguir os termos do respectivo boletim de subscrição firmado pelo Cotistas..

No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora. A integralização das cotas deverá ocorrer à vista, concomitantemente à sua subscrição. Os pedidos de subscrição de cotas serão aceitos mediante crédito em conta corrente da Administradora do **FUNDO**, ao qual ficam condicionados.

Os pedidos de subscrição serão atendidos cronologicamente. Não haverá prioridade de alocação das cotas entre os investidores, prevalecendo a cronologia evidenciada pela numeração sequencial dos boletins de subscrição.

Até 1 (um) dia útil após a data da apresentação do boletim de subscrição pelo investidor e concomitante integralização das cotas, a Administradora do **FUNDO** confirmará a subscrição e entregará, a cada investidor que tiver subscrito e integralizado cotas seniores, o número de cotas correspondente à divisão entre o valor depositado e o valor da cota no dia da integralização.

A critério da Administradora, novas cotas do FUNDO, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas do Regulamento do FUNDO.

Quando de seu ingresso no FUNDO, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, preparado nos termos do Anexo V do Regulamento, e indicar endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pela Gestora nos termos deste Regulamento.

O extrato da conta de depósito emitido pela Administradora será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Cotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento

e das demais normas aplicáveis ao FUNDO; e (ii) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista,.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da oferta.

Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da oferta por até 90 (noventa) dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da oferta e o manifestante deverá ser cientificado de que a oferta original foi alterada, com indicação das novas condições.

Na hipótese de modificação ou revogação das condições da oferta, os investidores que já tiverem aderido à oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da oferta será presumida em caso de silêncio.

Classificação de Risco das Cotas Seniores

A Cotas Seniores da primeira emissão obtiveram classificação de risco “brAA-” e na Escala global: “BBB”, a qual foi conferida pela SR Ratings.

A classificação de risco é uma opinião atualizada sobre a capacidade creditícia de um devedor em comparação com a capacidade creditícia de outros devedores brasileiros e suas respectivas obrigações financeiras. Não se trata de uma recomendação de compra, venda ou manutenção em carteira de uma obrigação específica, nem é um comentário sobre preços de mercado ou indicação de que um certo investimento é adequado a investidores específicos. A classificação de risco é baseada nos seguintes fatores: probabilidade relativa de pagamento, natureza e provisões da obrigação e proteção dada, e posição relativa da obrigação, em caso de inadimplência, reorganização, ou outros arranjos sob as leis de falência e outras leis que afetem os direitos dos credores.

Classes de Cotas

As Cotas do Fundo terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. As Cotas Seniores poderão ser divididas em uma ou mais Séries. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e/ou resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e/ou resgate das Cotas Seniores. As Cotas Subordinadas poderão ser objeto de alienação ou constituição de garantia de qualquer natureza.

Os critérios para amortização das Cotas e distribuição dos rendimentos estão previstos respectivamente nos itens “Características Gerais do Fundo – Amortização” e “Política de Distribuição de Resultados – Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo” abaixo.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo na primeira aplicação no Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais)

Somente poderão adquirir cotas do Fundo investidores qualificados e outros investidores expressamente admitidos pela regulamentação aplicável.

No momento da subscrição das cotas do Fundo, caberá à Instituição Administradora e aos eventuais intermediários assegurar a condição de investidor qualificado ou autorizado pela legislação pertinente para subscrever e integralizar Cotas, independentemente da classe a qual pertença.

As Cotas serão emitidas por seu Valor Unitário de Integralização, calculado na forma do Artigo 38 do regulamento, com base no valor de abertura da Cota em D+0, a partir da data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do FUNDO (“Data de Integralização”), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN exclusivamente na conta-corrente designada do FUNDO indicada pela Administradora, com integralização à vista, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Outrossim, a subscrição das Cotas poderá contemplar uma ou mais séries de Cotas por distribuição, devendo a integralização das mesmas seguir os termos do respectivo boletim de subscrição firmado pelo Cotistas.

No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora. A integralização das cotas deverá ocorrer à vista, concomitantemente à sua subscrição. Os pedidos de subscrição de cotas serão aceitos mediante crédito em conta corrente da Administradora do FUNDO, ao qual ficam condicionados.

Os pedidos de subscrição serão atendidos cronologicamente. Não haverá prioridade de alocação das cotas entre os investidores, prevalecendo a cronologia evidenciada pela numeração seqüencial dos boletins de subscrição.

Até 1 (um) dia útil após a data da apresentação do boletim de subscrição pelo investidor e concomitante integralização das cotas, a Administradora do FUNDO confirmará a subscrição e entregará, a cada investidor que tiver subscrito e integralizado cotas seniores, o número de cotas correspondente à divisão entre o valor depositado e o valor da cota no dia da integralização.

A condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pela Administradora, de conta de depósito em nome do respectivo Cotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no FUNDO diretamente com a Administradora, observado o disposto no Artigo 3º do regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

Quando de seu ingresso no FUNDO, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, preparado nos termos do Anexo V. do Regulamento, e indicar endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pela Gestora nos termos deste Regulamento.

TAXAS

Além da taxa de administração, não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de, taxa de ingresso e/ou saída.

Taxa de Administração, Gestão, Custódia Qualificada, Controladoria e Escrituração de Cotas será de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO, com valor mínimo mensal de R\$14.000,00 (quatorze mil reais), para o primeiro mês de existência do Fundo, do segundo ao terceiro mês de R\$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), e a partir do quarto mês, R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada

diariamente, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior, à base 1/252 dias e o valor será cobrado mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços **“Taxa de Administração”**.

O valor mensal fixo mínimo da Taxa de Administração será reajustado anualmente, na data de aniversário da formalização do Contrato de Administração, com base na variação pro rata temporis do IGP-M/FGV ou de qualquer outro índice oficial de preços que venha substituí-lo em caso de sua extinção ou não divulgação.

Os pagamentos da Taxa de Administração dar-se-ão até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário subsequente. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente à data da primeira integralização de Cotas do FUNDO e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a mencionada data e o último dia do mês a que se referir aos pagamentos da Taxa de Administração e da Remuneração da Gestora.

PRESTADORES DE SERVIÇO

Instituição Distribuidora e Administradora

Para os Serviços de Distribuição e Administração do Fundo, foi contratada a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Histórico

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma sociedade limitada com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00.

A Administradora é controlada pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% das cotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

Custodiante e Agente Escriturador

A prestação de serviços de custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, bem como o exercício da atividade de controladoria do Fundo e escrituração das Cotas, cabe ao Banco Bradesco

Histórico

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Instituição Administradora contratou o Banco Bradesco S.A. (“Banco Bradesco” ou “Custodiante”).

Fundado em 1943, o Banco Bradesco S.A. é atualmente o maior banco múltiplo privado do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 15.874 pontos convencionais, entre eles, 2.921 agências e 5.461 unidades do Banco Postal. Encerrou o 3º trimestre de 2006 com R\$21,8 bilhões de patrimônio líquido e R\$215 bilhões em ativos totais.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, até o 2º trimestre de 2006, os investimentos nessa área foram superiores a R\$ 684 milhões.

O Bradesco, há mais de 30 anos, por meio de seu departamento de ações e custódia, oferece serviços qualificados ao mercado de capitais, tais como custódia de títulos e valores mobiliários, administração e controladoria de fundos de investimento e carteiras administradas, escrituração de ativos, banco mandatário, fundos de investimento em direitos creditórios, recebíveis, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, com excelência comprovada por oito certificações ISO 9001:2000. Com metodologia própria e estrutura independente das demais áreas da organização, aplicando, na prática, o conceito de Chinese Wall, o departamento possui profissionais altamente qualificados, responsáveis pela identificação e oferta de soluções inovadoras.

O departamento de ações e custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo compliance

corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por compliance específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

O Banco Bradesco S.A. oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento do fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão de direitos creditórios.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de rating e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Responsabilidades

Além das atividades previstas no artigo 38 da Instrução nº 356/01, da CVM, e de custodiar a totalidade dos ativos do Fundo, o Custodiante é responsável por providenciar informações à Instituição Administradora, mediante disponibilização de relatórios através do site www.bradescocustodia.com.br, de forma que a esta seja possível calcular os limites, índices e parâmetros referidos no Regulamento, bem como a Relação Mínima, a Alocação de Investimento Mínima, e a Reserva de Amortização e Resgate:

Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria quadrimestral, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada, de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

| | | |
|-------------------------|--|------------------------------------|
| $n_o = \frac{1}{E_o^2}$ | | $n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$ |
| | | |

Onde:

a) E_o = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados);

b) N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

c) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.

d) Em decorrência do disposto nos itens a, b e c acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Auditor Independente

A auditoria do Fundo será efetuada pela Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S Auditores Independentes.

Agência de Rating

A avaliação de risco do Fundo será efetuada pela SR Rating Prestação de Serviços Ltda.

Gestora, Agente Cobrador, Análise e Seleção dos Direitos Creditórios

A SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP, realizará a gestão, seleção e cobrança dos Direitos Creditórios.

Histórico

A SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP reúne vasta experiência na assessoria e consultoria de crédito, haja vista que conta com profissionais com mais de 20 anos de vivência na análise de crédito, inclusive já prestou serviços para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Credimax.

O Diretor de Gestão, também reúne grande experiência nos mercados financeiro e de capitais, inclusive tem autorização da CVM para administrar carteiras de valores mobiliários.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesses entre as Cedentes, Instituição Administradora, Gestora, Custodiante, que são as instituições envolvidas nos processos de originação, administração, gestão e distribuição do Fundo.

A Instituição Administradora declara que não se encontrara em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante pelo fato das respectivas funções serem exercidas por sociedades coligadas. A Instituição Administradora declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Instituição Administradora, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pela Gestora.

Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Custodiante

A Administradora e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

Relacionamento da Instituição Administradora e Custodiante com os Cedentes.

Exceto pelo FIDC CHEMICAL II – Indústria Petroquímica cujo cedente é a BRASKEM S.A, a Administradora é BEM DTVM Ltda e o Custodiante é Bradesco, não é prestado nenhum outro serviço ou é mantido qualquer outro relacionamento comercial com os Cedentes.

Relacionamento da Gestora com os Cedentes .

Na data deste Prospecto, a Gestora não mantinha qualquer relacionamento comercial com os Cedentes.

Breve Histórico dos Atuais Cedentes TRADEMAX

Sasil Comercial Industrial dePetroquímicos Ltda.

Atua no mercado de distribuição de produtos químicos e termoplásticos há mais de 30 anos estando entre as maiores distribuidoras de produtos químicos do Brasil, distribuindo mais de 150 produtos nacionais e importados através de 14 filiais espalhadas pelo Brasil. A Sasil é uma das distribuidoras autorizadas da BRASKEM para pvc, em âmbito nacional, e polietileno e prolipropileno, exceto para os Estados de SP, RJ e ES. Ainda revende poliestireno na Innova e ABS da Nitriflex.

Triflex Termoplástico Ltda.

Triflex atua na produção de PVC e seus compostos, oferece, consultoria técnica aos seus clientes de forma a auxiliá-los no recebimento do pedido até a utilização final do produto. Também oferece assistência técnica para eventuais correções de problemas na produção, e soluções para falhas de produção finalizados.

Localizada próxima à cidade de Salvador, a Triflex escoia seus produtos por via rodoviária, aérea e portuária. Conta com depósitos espalhados pelo território nacional, de maneira a atender as diferentes demandas de cada região.

BRASKEM S.A

Criada em 2002, após reorganização societária, como líder no mercado de resinas termoplásticas da América Latina.

O acionista controlador da BRASKEM é o Grupo Odebrech, com participação no capital social total da Braskem, incluindo 50,3 do capital social com direito a voto. Adicionalmente o Grupo Odebrecht detém 100% do capital social com direito a voto da Nordeste Química S.A – Norquisa a qual detém 8,9% do capital social total da Braskem, incluindo 25,0% de seu capital social com direito a voto.

Maiores informações sobre os atuais Cedentes Trademax podem ser verificadas por meio do relatório de classificação de Risco do Fundo, anexo a esse Prospecto.

CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE SACADOS, INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA, CONCENTRAÇÃO

O grupo de Cedentes do Fundo sera composto por empresas distribuidoras e produtoras de produtos químicos, principalmente termoplásticos e vinílicos que constituem matéria-prima básica de diversas indústrias. Todas as originadoras dos direitos creditórios serão empresas sediadas no território nacional.

As atuais Cedentes são a Triflex Termoplástico Ltda., BRASKEM e Sasil, sendo a Sasil a principal delas, responsável inclusive, pela manutenção da razão de Garantia.

Dos 50 maiores clientes da Sasil, 34,9% do faturamento total oriundo dos 2.170 clientes da Sasil, o sacado Nova União é o maior, responsável por 2.27% do faturamento total.

Os recebíveis originados pela BRASKEM a Sasil, na figura de sacada, poderá representar até 20% do patrimônio líquido do Fundo, sendo que os demais sacados o percentual é de 5% (cinco por cento).

Os recebíveis da Sasil como um todo apresentam 1,93% de atraso, O ticket médio dos recebíveis gerados pela Sasil obteve um aumento nominal de 66,4% no período compreendido entre 2004 e fevereiro de 2007 vez que a variação do índice geral de preços dos produtos químicos, representado pelo IGP-Abiquim-FIPE, foi de aproximadamente 23,6% entre julho de 2003 e julho de 2006.

A carteira de direitos creditórios da Sasil historicamente bem como das demais cedentes demonstra baixa taxa de atraso e baixo índice de concentração por sacado.

O prazo médio dos recebíveis permanecerá em torno de 30 dias, não ultrapassando 35 dias.

Todas as informações dessa seção foram fornecidas pela SST Consultoria e podem ser verificadas detalhadamente no relatório de classificação de risco anexo a esse Prospecto.

POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Na hipótese de o FUNDO não receber o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis a ele cedidos pelas Cedentes no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a Gestora tomará, em nome do FUNDO, todas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente visando a recuperação dos créditos não pagos, especialmente as seguintes:

I. em se tratando de Direitos Creditórios:

- a) a Gestora, por si ou por meio de terceiros contratados, irá notificar os respectivos Sacados para que efetuem o pagamento no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas sob pena de ficarem em mora e serem obrigados a pagar todos os consectários moratórios legais e/ou contratuais; e
- b) uma vez transcorrido o prazo supra sem que o correspondente pagamento tenha sido efetuado pelos respectivos Sacados devedores, a Gestora poderá:

- (i) contratar terceiros para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos; ou
- (ii) tentar, em regime de melhores esforços, ceder, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiro;

II. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação legal aplicável, a Gestora poderá:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança ou recuperação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias prestadas ao FUNDO, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas do FUNDO; e
- c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do FUNDO, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica

EVENTOS DE AVALIAÇÃO.

São considerados eventos de avaliação do FUNDO (“Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. - criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do FUNDO e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- II. - aquisição reiterada, pelo FUNDO, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado pela Administradora e/ou pelo Custodiante;
- III. - sem prejuízo ao disposto no parágrafo primeiro do Artigo 18 do Regulamento, redução da classificação de risco das Cotas do FUNDO,;
- IV. - alteração deste Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afete ou possa afetar prejudicialmente a performance do FUNDO;
- V. - após o 9º (nono) mês da data de encerramento da distribuição da primeira série de Cotas em conformidade com o disposto no Artigo 38 acima, elevação do nível de inadimplência dos Direitos Creditórios a um patamar superior a 10% (dez por cento) do valor da carteira do FUNDO, calculando-se o nível de inadimplência pela divisão da soma do valor dos Direitos Creditórios cujos pagamentos não forem efetuados há mais de 90 (noventa) dias das respectivas datas de vencimento, pelo valor do Patrimônio Líquido do Fundo, na data da verificação
- VI. - crise econômica nacional que leve a flutuações de mais de 50% (cinquenta por cento), em termos relativos, na Taxa DI, num prazo inferior a 3 (três) meses;
- VII. - o não enquadramento pelo FUNDO à rentabilidade média prevista na política de fixação de preços de aquisição de Direitos Creditórios, por um período superior a 90 (noventa) dias consecutivos;
- VIII. - não atingimento da Meta, conforme definida no Artigo 21, após 90 (noventa) dias da primeira subscrição de Cotas do FUNDO, por 30 (trinta) dias ininterruptos.
- IX. - Desenquadramento da Razão de Garantia de que trata o Artigo 38, inciso VII, letra "d", por 10 dias úteis, contados da data do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora comunicará os Cotistas acerca do fato, nos termos do Artigo 63 do regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios até que seja realizada a Assembléia Geral mencionada no parágrafo seguinte.

A Administradora convocará, na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do FUNDO. Caso os Cotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, conforme definido no Artigo 54 do regulamento, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do FUNDO, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo FUNDO. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Cotistas na Assembléia Geral. Caso os Cotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos próprios definidos neste Regulamento.

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação aplicável, são considerados eventos de liquidação antecipada do FUNDO (“Eventos de Liquidação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. - o patamar mínimo de distribuição de Cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO, conforme descrito no Suplemento de cada série, não ser atingido no prazo da sua distribuição;
- II. - deliberação da Assembléia Geral do FUNDO;
- III. - caso os Cotistas venham a deliberar, nos termos do disposto no Artigo 53 do regulamento, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- IV. - no caso de renúncia ou destituição da Administradora, se não houver a devida substituição dentro de prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da renúncia ou destituição; e
- V. - término do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o FUNDO sem que seja nomeado substituto, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do término do Contrato.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Cotas em curso; (ii) notificar os Cotistas, observado o disposto no Artigo 63 deste Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do FUNDO definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Cotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do FUNDO, o resgate das Cotas detidas pelos Cotistas dissidentes.

Os valores pagos aos titulares das Cotas, a título de resgate antecipado de suas Cotas, deverão ser inicialmente imputados, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, no pagamento integral de seu valor.

Se na data do resgate de Cotas o FUNDO não dispuser de recursos em moeda corrente nacional que sejam suficientes para pagar integralmente o valor a que fizerem jus os titulares das Cotas, os Cotistas, mediante deliberação em Assembléia Geral, poderão prorrogar o Prazo de Duração do FUNDO por um período de até 120 (cento e vinte) dias (“Prorrogação de Liquidez”). Findo esse prazo, a Administradora iniciará o processo de pagamento aos Cotistas, por meio de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do FUNDO, conforme segue:

- I. - após deliberação dos Cotistas nesse sentido, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o FUNDO ou coobrigação deste, proporcionalmente à participação de cada titular de Cotas no valor total das Cotas em circulação, cedendo a cada Cotista Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros em valor equivalente a tal participação. Eventuais frações existentes para se chegar ao valor integral do resgate das Cotas poderão ser ajustadas entre os titulares dessas Cotas. A forma de pagamento aos titulares de Cotas poderá ser composta de Direitos Creditórios e/ou de Ativos Financeiros, sempre que possível de forma proporcional, dependendo do modo como a carteira do FUNDO estiver formada e do montante total e individual do resgate a ser realizado para os titulares de Cotas; ou
- II. - caso não seja possível a aplicação do inciso anterior, por qualquer motivo, ou se os Cotistas assim deliberarem, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares de Cotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Cotas serão calculadas de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação. A Administradora deverá notificar os titulares das Cotas, na forma do Artigo 9º, do regulamento (i) para que eles elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002); e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas faz jus.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio a ser formado de acordo com o inciso II supra, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maior quantidade dessas Cotas em circulação.

O Custodiante, ou terceiros por ele contratado, fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contado da Assembléia Geral mencionada no parágrafo segundo do Artigo 54 do regulamento, dentro do qual os Cotistas, na hipótese do inciso I deste Artigo, e o administrador do condomínio a ser formado na hipótese do inciso II do mesmo Artigo, indicará à Administradora e ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos documentos custodiados. Expirado este prazo, a Administradora e/ou o Custodiante poderão promover a consignação dos mencionados documentos, na forma do Artigo 334 do Código Civil.

O FUNDO será automaticamente liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, exceto se os Cotistas decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto nos Artigos supra, no que couber.

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista no item “Taxas” acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Condôminos;
- iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) *honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;*
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de Condôminos;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas do Fundo nesses mercados;
- x) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e
- xi) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Condôminos.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Instituição Administradora.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Mensalmente, a partir do encerramento da primeira emissão de Cotas de que trata o Artigo 38 do Regulamento e até a liquidação do FUNDO, a Administradora obriga-se a utilizar as disponibilidades do FUNDO para atender às exigibilidades do FUNDO, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do FUNDO;
- II. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do FUNDO a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. pagamento do Preço de Aquisição;
- IV. pagamento dos valores referentes à amortização periódica e/ou ao resgate das Cotas; e
- V. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do FUNDO, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS COTISTAS

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, a CPMF e o IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as cotas tiverem gerado rendimentos ao cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

| Alíquota | Prazo do Investimento |
|-----------------|------------------------------|
| 22,5% | até 180 dias |
| 20,0% | entre 181 e 360 dias |
| 17,5% | entre 361 e 720 dias |
| 15,0% | acima de 720 dias |

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

| Alíquota | Prazo do Investimento |
|-----------------|------------------------------|
| 22,5% | até 180 dias |
| 20,0% | acima de 180 dias |

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15% (quinze por cento). Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Créditos não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das cotas antes de 30 (trinta) dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% (um por cento) do valor do resgate, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Informações sobre Coleta de Intenções

Não haverá procedimento de coleta de intenções.

Cronograma Estimado da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da distribuição pública das Cotas Seniores:

| <u>Ordem dos eventos</u> | <u>Evento</u> | <u>Data de Ocorrência / Data Prevista ⁽¹⁾</u> |
|--------------------------|--|--|
| 1 | Protocolo dos documentos de registro na CVM | 16.10.2007 |
| 2 | Publicação do Anúncio de Início | 16.11.2007 |
| 3 | Data da primeira liquidação da colocação das Cotas | 23.11.2007 |
| 4 | Publicação do Anúncio de Encerramento | 17.03.2008 |

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas

Os investidores autorizados a investir no Fundo nos termos da legislação em vigor interessados em adquirir Cotas Seniores devem contatar a Instituição Distribuidora, por telefone ou mediante correspondência, indicando a quantidade de Cotas Seniores que pretendem adquirir.

No ato de subscrição das Cotas Seniores, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Administradora; e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste prospecto.

A integralização das Cotas Seniores deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Cotas Seniores somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente mantida pelo Fundo no Custodiante ou em outra conta corrente indicada pelo Fundo ou, ainda, por Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As Cotas serão negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado da (i) Bovespa Fix, (ii) Soma Fix, cabendo à Instituição Administradora assegurar, se for o caso, a condição de investidor qualificado do adquirente das cotas e a adesão deste aos termos do Regulamento.

A totalidade das Cotas Seniores será colocada sob o regime de melhores esforços. Não haverá lotes mínimos ou máximos, nem o recebimento de reservas, devendo ser conferido tratamento justo e equitativo a todos os destinatários da oferta.

O saldo não colocado será cancelado.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas:

| Custos | Montante (em R\$) | % em relação ao valor total da emissão |
|-------------------------|------------------------------|---|
| Despesas de registro | 500,00 | 0,00001 |
| Publicação e Divulgação | 17.000,00 | 0,00034 |
| Rating | 23.000,00 | 0,00046 |
| Auditoria | 19.400,00 | 0,00038 |
| Assessor legal | 30.000,00 | 0,00060 |
| Registro CVM | 82.870,00 | 0,16 |
| Total | 172.770,00 | 0,0034 |

Custo Unitário de Distribuição

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas:

| Nº de Cotas | Custo do lançamento (R\$) | Custo Por Cota (R\$) | % em relação ao preço unitário de distribuição |
|------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|---|
| 5.000 | 172.770,00 | 10.000,00. | 0,0002 |

SUMÁRIO DOS CONTRATOS

Contrato de Cessão

De acordo com o Contrato de Cessão, a ser celebrado entre Instituição Administradora, em nome do Fundo, e os Cedentes, tendo como interveniente anuente o Custodiante, as Cedentes se comprometem, de forma irrevogável e irretroatável, a ceder ao Fundo Direitos Creditórios, no limite da capacidade aquisitiva deste.

Cada cessão de Direito Creditório Elegível será formalizada entre as Cedentes e o FUNDO, mediante a formalização do Termo de Cessão de Direitos Creditórios ("Termo de Cessão") na forma prevista no competente Anexo do Contrato de Cessão.

Concomitantemente à celebração de cada Termo de Cessão, a Cedente deverá assinar notificação a ser enviada aos respectivos Sacados, informando-os sobre a cessão do crédito.

Contrato de Cobrança

Contrato a ser celebrado entre a SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP e o Custodiante para realização de todos os procedimentos de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo em caso de inadimplemento por parte dos Sacados e/ou Fiadores, inclusive por meio da contratação de serviços terceirizados de cobrança.

Contrato de Gestão

Por meio do Contrato de Gestão, a Administradora contratou o Gestor para desempenhar as funções de gestão da carteira de Ativos Financeiros do Fundo.

Pelo Contrato de Gestão e na melhor forma em direito admitida, a Administradora delegou ao Gestor poderes de gestão da Carteira de Ativos Financeiros do Fundo, com observância às restrições legais e regulamentares aplicáveis e em estrito cumprimento da Política de Investimento estabelecida no Regulamento do Fundo. O Gestor administrará discricionariamente, de acordo com os mais altos padrões de probidade e diligência, a carteira de Ativos Financeiros do Fundo, buscando, para tanto, identificar oportunidades de negócios que atendam aos interesses do Fundo, selecionando, adquirindo e vendendo Ativos Financeiros para comporem a carteira do Fundo.

Contrato de Depósito

Por meio do Contrato de Depósito o Depositário foi contratado para atuar como depositário dos originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

O Depositário obrigou-se a prestar os serviços de guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e, na condição de fiel depositário, manterá a guarda de todos os Documentos Comprobatórios, a partir da data de assinatura do Termo de Cessão, pelo prazo de 11 (onze) anos.

Contrato de Custódia e Controladoria:

Contrato de custódia e controladoria de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, celebrado entre o Administrador, por conta e ordem do Fundo, e o Banco Bradesco S.A., estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação de tais serviços, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos outros ativos integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do Fundo.

Contrato de Escrituração:

Contrato de Escrituração celebrado entre a Administradora, em nome do FUNDO, e o Banco Bradesco S.A. para a prestação dos serviços de escrituração das cotas do FUNDO;

ATENDIMENTO AOS COTISTAS

O Regulamento, o Prospecto, o histórico de performance do Fundo e informações adicionais desejadas podem ser obtidas pelos Cotistas nos endereços listados abaixo. Eventuais reclamações, dúvidas e sugestões também podem ser endereçadas para a sede da Instituição Administradora.

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar, Centro
CEP 20159-900, Rio de Janeiro – RJ
Sítio eletrônico: www.cvm.gov.br

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo - 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo
Responsável Sr. José Carlos da Silva
Sítio eletrônico: www.bradescocustodia.com.br

Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA

Rua XV de Novembro, n.º 275
São Paulo – SP
Sítio Eletrônico: www.bovespa.com.br

ANEXOS

Anexo 1
Relatório de Risco

Braskem. O histórico da carteira de recebimentos da mais distribuições. O Fundo emitirá em cada

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trademax Petroquímico

Relatório Inicial
(R\$ 50.000.000,00 em Cotas Seniores)

Classe de Risco (Cotas Seniores)

Junho, 2007

BBB^{SR}
ESCALA GLOBAL

brAA-
EQUIVALÊNCIA

A obrigação permanecerá sob contínuo monitoramento. A SR Rating poderá alterar Nota e relatório nesse período, sem aviso prévio. Consulte o site da SR (www.srating.com.br) para atualizar informações. Lá também, o investidor poderá consultar definição e metodologia da nota global e da sua equivalência "br". O horizonte das obrigações de "longo prazo" é de até cinco anos; das de "curto prazo", até um ano.

O Comitê Executivo de Classificação da SR Rating atribui a nota "**brAA-**" (duplo A menos), na escala brasileira desta Agência Classificadora, decorrente da nota global "**BBB^{SR}**" (triplo B) também aqui atribuída, denotando **padrão muito forte de garantias** apresentadas pela classe de cotas seniores do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Trademax Petroquímico no cotejo com outros riscos de crédito locais.

As notas ora atribuídas fundamentam-se, em suma, na qualidade da carteira de recebíveis da Sasil, a principal cedente do Fundo, assim como no perfil

das demais cedentes. Foi também considerada a qualidade da estrutura operacional do FIDC Trademax Petroquímico, que conta com a participação da SST Consultoria, gestora do Fundo, a qual será responsável pela avaliação e seleção dos direitos creditórios a serem cedidos, passando pelo Banco Bradesco, com sua experiência na gestão de custódia de títulos, e a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial, empresa membro da Alliot Group.

Observamos o perfil dos cedentes, bem como os riscos operacionais e financeiros da Sasil, e da

Comitê de Classificação da SR Rating

Data de publicação: 29/06/2007

Contato: Robson Makoto Sato

Diretor: José Valter Martins de Almeida

Monitoramento: até junho de 2007

email: robson@srating.com.br

comite@srating.com.br

Relatório Inicial em: 29/06/2007

Telefone: +55 21 2263 7456

Uma classificação SR Rating constitui opinião independente sobre a segurança da obrigação em análise, não representando, em qualquer hipótese, sugestão ou recomendação de compra ou venda. Todos os tipos de obrigação, mesmo quando classificados na categoria de investimento de baixo risco, envolvem um certo nível de exposição ao *default*. Decisões de compra e venda dependerão sempre do cotejo entre risco e retorno esperados pelo próprio investidor. A presente classificação buscou avaliar exclusivamente o risco de *default* da obrigação, segundo confiáveis fontes de informação disponíveis. A SR Rating não assume qualquer responsabilidade civil ou penal por eventuais erros de avaliação atuais ou mudanças supervenientes, ou ainda, por frustração do retorno financeiro esperado.

SR RATING • AGÊNCIA BRASILEIRA • PADRÃO GLOBAL

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

em séries distintas, a serem distribuídas em uma ou

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

Fundamentos da Nota

Para fins de avaliação do risco de crédito do FIDC Trademax Petroquímico ressaltamos, em resumo, os elementos positivos que fundamentam as notas classificatórias que lhe são atribuídas:

- Existência de subordinação mínima de 20,5% do patrimônio líquido, através de emissão de cotas subordinadas;
- Histórico de baixo índice de atraso médio da carteira de clientes da principal cedente esperada do Fundo;
- Taxa de desconto a ser praticada na aquisição de direitos creditórios de 140% do CDI;
- Presença de carteira de clientes da principal cedente esperada, com elevada pulverização, além da presença de limitação da concentração de sacados em 5% do patrimônio líquido do Fundo;
- Caráter performado dos recebíveis, sendo o prazo médio dos recebimentos histórico da principal cedente esperada do Fundo em torno de 30 dias;
- Baixo *ticket* médio observado da carteira de recebíveis da principal cedente esperada do Fundo, considerado como importante fator de diluição do risco da carteira.

Fatores em Observação

Além desses fatores, permanecerão em observação atenta os seguintes aspectos:

- Possibilidade de concentração de até 20% do PL do Fundo em um único sacado, quando o mesmo for a Sasil;
- Concentração setorial, o que pode eventualmente ocasionar dificuldades na geração e seleção de novos direitos creditórios, em decorrência de alterações na conjuntura macro-setorial;
- Concentração da geração de recebíveis em número bastante restrito de originadores;
- Ausência do registro dos termos de cessão dos direitos creditórios;
- Possibilidade de emissão de novas séries de cotas seniores, inclusive com características diferenciadas.

Avaliação de Riscos

A SR Rating irá monitorar os seguintes indicadores de qualidade de crédito para fins de reavaliação do Fundo sempre que o Comitê de Classificação desta Agência assim o determinar:

- Não recebimento pela SR Rating de informações mensais relativas ao Fundo, tais como: taxa de concentração do PL por sacado, cedente, e por segmento industrial, taxa de créditos em atraso e entrada de novos cedentes no *pool*;
- Ocorrência de inadimplementos em crédito adquiridos pelo Fundo de forma que a inadimplência (medidas por créditos vencidos a mais de 180 dias) fique superior a 1% durante mais de 3 (três) meses consecutivos;
- Encerramento pelo Fundo, por mais de 3 (três) meses consecutivos, com créditos vencidos e não pagos há mais de 15 (quinze) dias cuja taxa supere a 3% da carteira;
- O Fundo será reavaliado sempre que ocorrer a entrada de um novo Cedente no *pool*;
- Alteração no regulamento do Fundo;

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

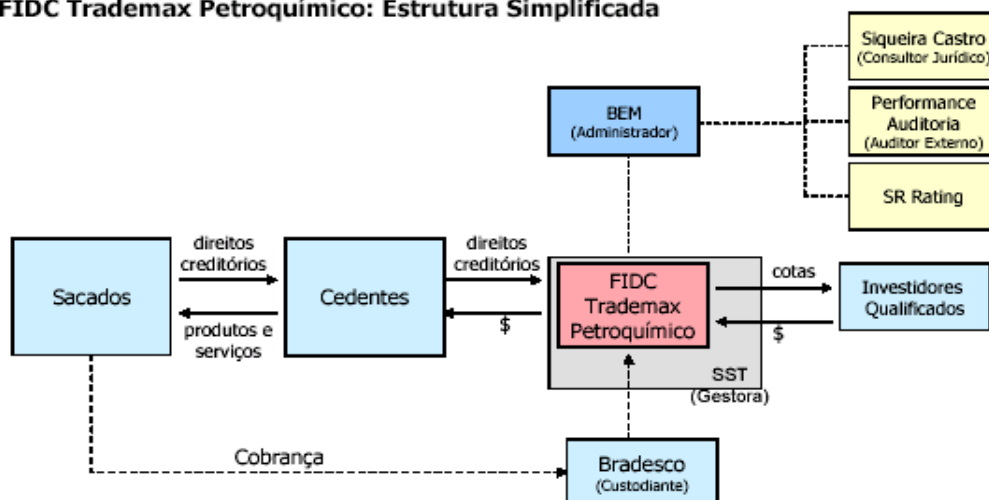
FIDC Trademax Petroquímico

- Mudanças na legislação dos FIDC que venham a impactar negativamente a estrutura do Fundo Trademax Petroquímico;
- Considerável alteração no macro-ambiente que venha a provocar forte queda no nível de atividade econômica ou sua expansão de forma surpreendente, mudança brusca na taxa básica de juros (SELIC), acentuada depreciação da moeda local ou aumento expressivo da inflação doméstica;
- Ocorrência de outros eventos internos ou externos ao Fundo, à SST Consultoria, à Sasil, ou às principais cedentes ou sacadas da operação, que, na visão desta Agência Classificadora, possam influenciar, de modo singular ou cumulativo, as contingências aqui nomeadas, a percepção de mudança de risco atual.

Participantes e Intervenientes

- **Possíveis Originadores dos Direitos Creditórios (Cedentes):** Empresas produtoras e/ou distribuidoras de produtos químicos e petroquímicos e clientes diretos dos fornecedores de matéria-prima com histórico conhecido;
- **Administradora:** BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
- **Gestora:** SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda EPP;
- **Banco Custodiante:** Banco Bradesco S.A.;
- **Banco Centralizador de Cobrança:** Banco Bradesco S.A.;
- **Classificador de Risco:** SR Rating;
- **Auditor Externo:** Performance Auditoria e Consultoria Empresarial;
- **Consultor Jurídico:** Siqueira Castro Advogados.

FIDC Trademax Petroquímico: Estrutura Simplificada



Fonte: SST Consultoria Ltda. / Elaboração: SR Rating

Características do Fundo

Nome: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trademax Petroquímico;

Forma de Constituição: o Fundo é constituído sob forma de condomínio fechado;

Patrimônio Líquido: o patrimônio do Fundo será constituído de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em cotas seniores, e valor suficiente de cotas subordinadas de forma a se manter o índice de subordinação do Fundo em 17% do PL, conforme estabelecido no regulamento.

Prazo de Vencimento: o prazo de duração do Fundo será de 36 (trinta e seis) meses contados da data da primeira subscrição das cotas da primeira série, podendo ser prorrogado em, no máximo, mais 10 (dez) anos, por deliberação dos titulares das cotas;

Remuneração das Cotas: O Fundo buscará proporcionar às Cotas Seniores, quando da sua amortização e/ou resgate, rentabilidade referencial de 110% da Taxa DI (Benchmark), definido no Suplemento de cada série, não se caracterizando tal objetivo, para todos os fins legais, promessa, garantia, obrigação ou sugestão de rentabilidade.

Preços e Condições de Subscrição: O patrimônio do Fundo na data final da integralização da primeira série de cotas será composto por até 5.000 (cinco mil) cotas seniores, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e de cotas subordinadas em quantidade suficiente para manutenção do Índice de Subordinação. O valor mínimo para investimento no Fundo será de R\$ 300.000,00, tanto na aquisição de cota sênior, quanto na aquisição de cota subordinada. Somente poderão subscrever e adquirir cotas investidores qualificados;

Classes de Cotas: As cotas do Fundo poderão ser Seniores ou Subordinadas, de forma que:

- **Cotas Seniores:** aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo. Poderão ser emitidas "n" séries de cotas sem que haja a necessidade de aprovação dos titulares de cotas em circulação na ocasião, desde que sejam observados os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na Instrução CVM e as condições de emissão estabelecidas no regulamento; e
- **Cotas subordinadas:** aquelas que se subordinam às séries de cotas seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo. Poderá ocorrer a amortização de cotas subordinadas desde que o total de cotas subordinadas em circulação seja no mínimo 17% em relação ao Patrimônio do Fundo.

Em cada distribuição de cotas seniores, serão emitidas cotas subordinadas em quantidade suficiente para manutenção da '**Razão de Garantia**' estabelecido em 17% do valor do patrimônio líquido. A Cedente Líder, no caso a Sasil, deverá, sempre que solicitado pelo Administrador, integralizar quantidade de Cotas Subordinadas suficientes para manter, no mínimo, o percentual estabelecido como razão de garantia.

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

O Fundo inicialmente terá 1 (uma) classe de cotas seniores, as quais poderão ser divididas em séries distintas. O boletim de subscrição determinará que a integralização deverá ocorrer, de forma gradual, em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do anúncio de início da distribuição, sendo que a(s) data(s) exatas de cada integralização deverão ser informadas pela administradora, em correspondência enviada a cada um dos cotistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. As datas de amortização, o valor das amortizações programadas e as condições de remuneração de cada série de cotas seniores serão definidas no respectivo Suplemento.

O prazo de 180 (cento e oitenta) dias mencionado acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação fundamentada à CVM. Alternativamente, as cotas não distribuídas poderão ser canceladas de pleno direito.

Política de Investimento: o Fundo terá como atuação primordial investir recursos integrantes de seu patrimônio na aquisição de direitos creditórios performados de titularidade de pessoas jurídicas com sede no território nacional, que sejam originados de operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos químicos e petroquímicos por elas fabricados e/ou distribuídos e/ou de serviços vinculados ao transporte dos produtos prestados pelas cedentes, conforme as regras de composição e diversificação da carteira de ativos, estabelecidas no capítulo VIII do regulamento do Fundo.

Este deverá alocar, em até 90 dias contados da data de encerramento da distribuição da primeira série de cotas: (i) no mínimo 50% de seu patrimônio líquido em direitos creditórios; e (ii) no máximo, 50% do mesmo patrimônio em operações compromissadas com lastro em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN. O Fundo tem como meta referencial investir, no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios. O Fundo também poderá realizar operações em mercados de derivativos, exclusivamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, na modalidade com garantia, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das cotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. Não obstante o estabelecido acima, o Fundo tem como meta referencial investir, no mínimo 80% do seu patrimônio líquido em direitos creditórios.

Fica vetado ao Fundo: (i) adquirir ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável; (ii) adquirir direitos creditórios que estejam lastreados em outras operações que não o fornecimento de produtos e/ou de serviços; (iii) realizar operações de *day trade*; e (iv) adquirir cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Critérios de Elegibilidade: será considerado 'direito creditório elegível' aquele direito creditório que atender, cumulativamente, na data de aquisição, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- que atendam as 'condições de cessão':

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

- as informações referentes aos cedentes, sacados e os direitos creditórios constam do *layout* enviado pela administradora ao custodiante nos termos do regulamento;
- o respectivo cedente seja aprovado no comitê interno do gestor e, cadastrado no Fundo pelo custodiante;
- o respectivo sacado autorizado não se encontra inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro direito creditório de titularidade do Fundo;
- o percentual correspondente ao somatório do valor total de direitos creditórios de titularidade do Fundo devidos pelo respectivo sacado, após considerada, *pro-forma*, a cessão pretendida, resulta em valor inferior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido;
- o sacado não tem seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Bacen;
- o Sacado não tem (i) registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, cujo valor unitário seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) por contrato e, tratando-se de pessoa jurídica;
- o sacado não esteja em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- a data de vencimento do direito creditório não seja posterior à data de encerramento do fundo.

Os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios deverão ser verificados pelos cedentes, antes de cada cessão ao Fundo e, pelo custodiante, a cada cessão e quadrimestralmente.

Aquisição e Formalização dos Direitos Creditórios: o custodiante deverá fixar o preço à vista a ser pago às cedentes em cada cessão de direitos creditórios elegíveis, mediante a aplicação de uma taxa de desconto equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) da Taxa DI e à aplicação de fórmula conforme prevista no regulamento. Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo deverão ser cedidos por meio de 'contrato de promessa de cessão e aquisição' celebrado entre o cedente e a administradora, e lastreados em contratos de compra e venda mercantil e de prestações de serviços já realizadas;

A seleção e gestão dos recebíveis que comporão a carteira do Fundo serão realizadas pela SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP, gestora do fundo, não havendo a figura do Conselho Consultivo.

Adicionalmente, ressalta-se que a verificação documental física e a auditoria dos direitos creditórios, a ser realizada pelo custodiante ou por terceiros contratados sob sua responsabilidade, ocorrerão quadrimestralmente e os direitos creditórios a serem auditados serão escolhidos por critério de amostragem. A determinação do tamanho da amostra e seleção dos direitos creditórios elegíveis para verificação será realizada por meio da aplicação de uma fórmula matemática, conforme descrita no regulamento. Cabe ressaltar que o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, e sua determinação levará em conta critérios subjetivos tais como a natureza dos direitos creditórios elegíveis, e a qualidade do cedente. Também será

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

considerada a quantidade de verificações do lastro dos direitos creditórios elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados. Na hipótese de o fundo deter número relevante de documentos comprobatórios que contenham irregularidades, e que não sejam observados pela análise amostral, poderá o Fundo auferir perdas que deverão ser amortecidas pela sobrecolateralização.

Cobrança de Direitos Creditórios: a cobrança bancária dos direitos creditórios será feita pelo banco custodiante contratado para a operação.

Política de Recuperação de Crédito: na hipótese do Fundo não receber o valor dos direitos creditórios elegíveis a ele cedidos pelas cedentes no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a gestora tomará, em nome do Fundo, todas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente visando a recuperação dos créditos não pagos, especialmente as seguintes:

- a gestora, por si ou por meio de terceiros contratados, irá notificar os respectivos sacados para que efetuem o pagamento no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas sob pena de ficarem em mora e serem obrigados a pagar todos os consectários moratórios legais e/ou contratuais; e
- uma vez transcorrido o prazo supra sem que o correspondente pagamento tenha sido efetuado pelos respectivos Sacados devedores, a Gestora poderá:
- contratar terceiros para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos direitos creditórios vencidos e não pagos; ou
- tentar, em regime de melhores esforços, ceder, em caráter oneroso, os direitos creditórios a terceiro;

Cobrança Relativa a Créditos em Inadimplência: a SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda EPP será responsável pela realização dos procedimentos de cobrança em caso de inadimplemento de direitos creditórios por parte dos sacados e demais garantidores.

Remuneração da Administradora: Taxa de Administração, Gestão, Custódia Qualificada, Controladoria e Escrituração de Cotas será de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, com valor mínimo mensal de R\$20.000,00 (vinte mil reais), sendo que para os três primeiros meses de existência do Fundo este valor será de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) e do quarto ao sexto mês de R\$14.000,00 (quatorze mil reais) e a partir do sétimo mês, R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior, à base 1/252 dias e o valor será cobrado mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços;

Outras Despesas e Encargos do Fundo:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no regulamento ou na regulamentação pertinente;
- despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos cotistas;
- honorários e despesas devidos à empresa de auditoria;
- emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado os limites previstos neste regulamento;
- quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de assembleia geral;
- taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;
- despesas com a contratação e honorários da agência classificadora de risco; e
- despesa com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas.

Metodologia de Avaliação: os ativos do Fundo, com exceção dos direitos creditórios, deverão ser registrados e ter seus valores ajustados a mercado, de acordo com as regras e os procedimentos estabelecidos pelo Banco Bradesco e aceitos pelo Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os rendimentos auferidos com os direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio, apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida adequada à conta de receita ou despesa no resultado do período. Os créditos com atraso igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias deverão ser provisionados integralmente.

Eventos de Avaliação: são considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- aquisição reiterada, pelo Fundo, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme apurado pela administradora e/ou pelo custodiante;

- sem prejuízo ao disposto no parágrafo primeiro do Artigo 18 do regulamento, redução de mais de um nível na classificação de risco das Cotas do FUNDO redução de mais de um nível na classificação de risco das cotas do Fundo;
- alteração do Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afete ou possa afetar prejudicialmente a performance do Fundo;
- após o 9º (nono) mês da data de encerramento da distribuição da primeira série de cotas em conformidade com o disposto no Artigo 38, elevação do nível de inadimplência dos direitos creditórios a um patamar superior a 10% (dez por cento) do valor da carteira do Fundo, calculando-se o nível de inadimplência pela divisão da soma do valor dos direitos creditórios cujos pagamentos não forem efetuados há mais de 90 (noventa) dias das respectivas datas de vencimento, pelo valor do patrimônio líquido do Fundo, na data da verificação;
- crise econômica nacional que leve a flutuações de mais de 50% (cinquenta por cento), em termos relativos, na Taxa DI, num prazo inferior a 3 (três) meses;
- o não enquadramento pelo Fundo à rentabilidade média prevista na política de fixação de preços de aquisição de direitos creditórios, por um período superior a 90 (noventa) dias consecutivos;
- o não atingimento da meta, conforme definida no Artigo 21, após 90 (noventa) dias da primeira subscrição de cotas do Fundo, por 30 (trinta) dias ininterruptos.
- Desenquadramento da Razão de Garantia, de que trata o Artigo 38, inciso VII, letra "d".

Na ocorrência de qualquer dos 'eventos de avaliação', a administradora comunicará os cotistas acerca do fato e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de direitos creditórios até que seja realizada a Assembleia Geral, em que será avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo e se estes se constituem, ou não, em 'eventos de liquidação antecipada'.

Eventos de Liquidação Antecipada: são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- o patamar mínimo de distribuição de cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo, conforme descrito no Artigo 38 do Regulamento, não ser atingido no prazo da sua distribuição;
- deliberação da assembleia geral do Fundo;
- caso os cotistas venham a deliberar, nos termos do disposto no Artigo 53 do Regulamento, que um 'evento de avaliação' constitui um 'evento de liquidação';
- no caso de renúncia ou destituição da administradora, se não houver a devida substituição dentro de prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da renúncia ou destituição; e
- término do contrato de custódia celebrado entre o custodiante e o Fundo sem que seja nomeado substituto, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do término do contrato.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos 'eventos de liquidação', independentemente de qualquer procedimento adicional, a administradora deverá: (i) interromper, imediatamente, a

aquisição de direitos creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de cotas em curso; (ii) notificar os cotistas, observado o disposto no Artigo 63 do Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Resgate e Amortização: as amortizações programadas de cada série de cotas seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no "Suplemento da Série 'n'", conforme o anexo 42.I do Regulamento, denominado 'Amortizações Programadas das Cotas Seniores', que também determina os valores e condições de remuneração.

Com o intento de permitir a liquidez necessária para que sejam realizadas as amortizações e o resgate das cotas, a administradora terá a obrigação, sempre que houver liquidez disponível, de manter em provisão específica, 30 dias antes da data de pagamento de cada parcela, 2/3 (dois terços) dos valores de cada parcela de amortização e dos resgates em moeda corrente nacional, podendo, ainda, aplicar mencionados recursos em investimentos cuja disponibilidade seja apropriada para o fim ora previsto.

Sob nenhuma hipótese, os cotistas poderão exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas cotas em termos outros que não os expressamente previstos pelo Regulamento.

Da Gestora do Fundo

Não havendo um Conselho Consultivo responsável pela aquisição dos direitos creditórios que comporão a carteira do Fundo, fica a SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda. EPP responsável pelos serviços de análise e seleção de tais direitos creditórios, enquanto os critérios de elegibilidade serão apurados pelo Bradesco, na qualidade de custodiante da operação. A cobrança extrajudicial dos direitos creditórios inadimplentes de titularidade do Fundo também ficará a cargo da SST Consultoria. Os controladores e profissionais da SST, com mais de 20 anos de experiência na prestação de serviços de análise e aprovação de crédito de empresas, comercializam e adquirem produtos petroquímicos e seus derivados, inclusive para empresas de fomento mercantil que atuam neste setor. As empresas analisadas pela SST Consultoria e/ou constantes de sua base de dados serão os principais cedentes de créditos ao Fundo Trademax.

Adicionalmente, destaca-se que a SST Consultoria já realizou a função de consultora de crédito em um outro fundo de estrutura semelhante, iniciado em abril de 2004 e encerrado, com sucesso, em 2006. O Trademax vem em substituição a este anterior.

Perfil dos Originadores

Os originadores dos recebíveis serão empresas sediadas em território nacional que realizem operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos químicos e petroquímicos por elas fabricados e/ou distribuídos e/ou de serviços vinculados ao transporte dos produtos prestados pelas cedentes, com histórico conhecido.

A alavancagem das operações comerciais gerando a necessidade de capital e a oportunidade da Instrução CVM Nº. 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, de se constituir um Fundo de recebíveis propiciaram a estruturação do Fundo Trademax.

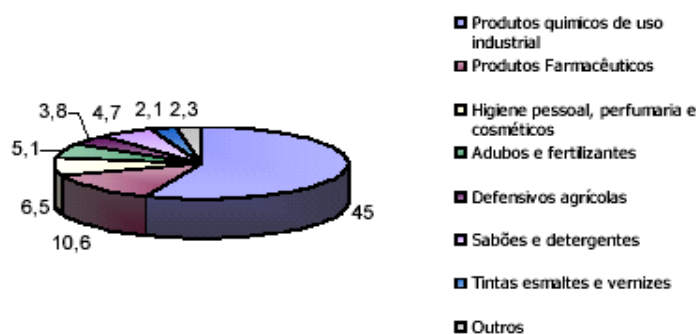
O baixo índice de inadimplência dos sacados é conhecido, não somente pelo fato de já ter sido feito um fundo semelhante, mas também por serem clientes antigos do mercado de distribuição. Esse mesmo histórico será a base da decisão de compra dos recebíveis por parte do Fundo Trademax. Com a criação deste Fundo, e a possibilidade de captação de recursos de terceiros, as empresas distribuidoras de produtos químicos e clientes diretos dos produtores de matéria-prima passarão a ter uma maior disponibilidade de capital permitindo a continuidade do crescimento de suas atividades.

Setor Químico

Foi realizada breve análise setorial do Setor Químico, principal segmento dos originadores de direitos creditórios que compõem a carteira de recebíveis do Trademax. Vale ressaltar a importância dos produtos químicos em diversos elos da cadeia industrial, bem como sua utilização em variados segmentos.

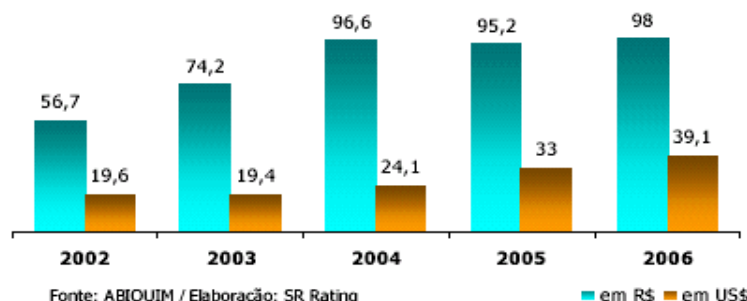
A indústria química brasileira tem apresentado sucessivos incrementos, aumentando sua participação no PIB nacional. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM), a tendência positiva se mantém e o setor químico deverá fechar 2006 com um faturamento líquido de R\$ 174,3 bilhões, um crescimento de 1,7% em relação a 2005. Quando medido em dólares, o crescimento é ainda mais expressivo; o faturamento, estimado em US\$ 80 bilhões, representa um crescimento de 11,7% no ano.

Faturamento Líquido da Indústria Química Brasileira em 2006
US\$ Bilhões



Fonte: Abiquim / Elaboração: SR Rating

Somente o segmento de produtos químicos de uso industrial, principal ramo de atuação das empresas que figuram como cedentes do Trademax, apresentou em 2006 um faturamento de R\$ 98 bilhões, aproximadamente US\$ 45 bilhões. Em relação a 2005, este faturamento representaria crescimento de 2,9% em reais e 15,1% em dólares.

Faturamento Líquido dos Produtos Químicos de Uso Industrial

As importações totais de produtos químicos, conforme dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cresceram 12,2%, passando de US\$ 12,68 bilhões de janeiro a outubro de 2005 para US\$ 14,22 bilhões em igual período de 2006. Quanto às exportações totais de produtos químicos, em igual período, houve elevação de 18,6%, passando de US\$ 6,11 bilhões para US\$ 7,24 bilhões. Como resultado, o déficit na balança comercial de produtos químicos, nos dez primeiros meses deste ano, ficou em US\$ 6,98 bilhões, contra US\$ 6,57 bilhões em igual período de 2005. Se a comparação for feita em volume, as importações totais de produtos químicos foram 8,4% superiores nos dez primeiros meses de 2006. Já as exportações apresentaram alta de 11,6%.

Em relação às perspectivas do setor químico para 2007, a ABIQUIM pondera que, além da questão relacionada à disponibilidade e ao custo de matérias primas para realização de investimentos, é preciso destacar que, sendo este setor intensivo em capital, o comportamento das taxas de juros é fator de fundamental importância, principalmente no atual momento, em que são necessárias decisões de novos investimentos. Dessa forma, a continuidade da trajetória de queda da taxa de juros Selic é um ponto que favorece o desempenho do setor.

Setor Petroquímico

Também é de suma importância para o bom andamento do Fundo, bem como a manutenção da originação dos direitos creditórios, o desempenho do setor petroquímico, uma vez que a maior parte das empresas que integram o portfólio do Fundo pertence ao setor petroquímico na sua chamada terceira geração da cadeia produtiva, a de transformados plásticos. A primeira e a segunda geração são consideradas como indústrias químicas.

Como segmento do setor químico, o setor petroquímico nacional apresenta capacidade instalada para produção de resinas termoplásticas (principais produtos petroquímicos) de mais de 5 milhões de toneladas/ano, o que coloca o Brasil como o maior produtor da América do Sul e oitavo do mundo, de acordo com dados da SIRESP (Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas). Os investimentos concretizados nesta área, nos últimos seis anos, somam aproximadamente US\$ 4 bilhões, realizados para fins de ampliação da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e aumento da competitividade. Apesar desta conjuntura, o consumo per capita de produtos plásticos no país ainda é reduzido (aproximadamente 23,2 kg/hab/ano), se comparado a outros mercados como Estados Unidos e Europa (aproximadamente 93 kg/hab/ano).

Segundo dados da ABIQUIM, as exportações brasileiras de resinas termoplásticas cresceram 22% em 2006, estabelecendo o melhor resultado já obtido pelo setor, ao superarem o volume de 1,1 milhão de toneladas. Houve crescimento também nas vendas ao mercado interno. Foram vendidas no país cerca de 3,3 milhões de toneladas de resinas termoplásticas, o que representa um incremento de 10,5% em relação a 2005. A produção de resinas termoplásticas ficou próxima a 4,7 milhões de toneladas, um aumento de 12,7% na comparação com 2005. As importações cresceram 5,35% e somaram 558 mil toneladas. De acordo com a ABIQUIM, esses resultados ainda são preliminares, pois não incluem a resina PET (tereftalato de polietileno). Com esses dados, o consumo aparente (resultado da soma da produção com as importações, menos as exportações) de resinas termoplásticas no Brasil aumentou 9,41% em 2006, ficando aproximadamente em 4,6 milhões de toneladas contra 4,2 em 2005.

Para 2007, a Associação espera que haja continuidade do desempenho obtido pelo setor em 2006, com alguma melhora nos volumes comercializados em razão da retomada dos negócios na agricultura – importante consumidora de rafia (fibras sintéticas transformadas a partir da resina termoplástica conhecida como propileno).

Principais Produtos Comercializados pelos Cedentes

- **Poliolefinas:** polietileno de ultra-alto peso molecular, polietileno de baixa e alta densidade e polietileno de baixa e média densidade linear;
- **Vinílicos:** soda, cloro e derivados; policloreto de vinila (PVC);
- **Poliéster:** polietileno tereftalato (PET);
- **Petroquímicos básicos:** eteno, propeno, benzeno, tolueno, buteno, orto-xileno, para-xileno, xileno misto, butadieno, isopreno;
- **MTBE:** caprolactana, ciclohexano, sulfato de amônio, clihexanona, diclopentadieno (DCPD).

Análise dos Recebíveis

Concentração

Visto que os direitos creditórios poderão representar de 50% a 100% do patrimônio líquido do Fundo, é de suma importância para esta agência classificadora, a análise detalhada do histórico dos direitos creditórios gerados pelas empresas cedentes. Conforme informações fornecidas pela SST Consultoria a respeito dos títulos gerados pela Sasil, a cedente de maior representatividade, a empresa apresenta baixa concentração por cliente na composição de seu faturamento total.

Distribuição da Carteira de Clientes (em %, jan-set/06)

| Intervalo | Faturamento Total (%) | Intervalo | Faturamento Total (%) |
|--------------|-----------------------|--------------|-----------------------|
| 1º ao 10º | 14,9% | 111º ao 120º | 1,1% |
| 11º ao 20º | 7,1% | 121º ao 130º | 1,0% |
| 21º ao 30º | 5,4% | 131º ao 140º | 0,9% |
| 31º ao 40º | 4,0% | 141º ao 150º | 0,7% |
| 41º ao 50º | 3,5% | 151º ao 160º | 0,7% |
| 51º ao 60º | 3,2% | 161º ao 170º | 0,6% |
| 61º ao 70º | 2,8% | 171º ao 180º | 0,5% |
| 71º ao 80º | 2,3% | 181º ao 190º | 0,5% |
| 81º ao 90º | 1,9% | 191º ao 200º | 0,4% |
| 91º ao 100º | 1,5% | Demais | 45,8% |
| 101º ao 110º | 1,3% | | |

fonte: Performance Auditoria / Elaboração: SR Rating

Com base na tabela acima, podemos observar o nível de diversificação da carteira de clientes. No período analisado, os 50 maiores clientes da Sasil representavam 34,9% do faturamento total proveniente dos 2.170 clientes da Sasil. Sendo que o cliente Nova União, o maior em termos de representatividade do faturamento, foi responsável pelo faturamento da Sasil em 2,27% do total. Dentro desta gama de "possíveis sacados", os 200 maiores representavam 54,20% do faturamento total, fato este que comprova a boa diluição do risco de carteira a ser formada.

Contudo, apenas no caso do sacado ser a Sasil, é previsto no regulamento a possibilidade de concentração em até 20% do PL em um único sacado. De forma que, no caso dos recebíveis a serem originados pela Braskem, é previsto pelos estruturadores da operação, que a Sasil, como sacada, represente um montante de até 20% do PL. Entretanto, o contrato de distribuição "Braskem x Sasil" possui cláusula que assegura garantia real para todo o valor do crédito.

Os principais clientes (sacados) da Sasil no período de janeiro a setembro de 2006 são:

Títulos Originados no Período de Jan/06 a Set/06

| | | Vendas Correntes | % |
|----|---|------------------|-------|
| 1 | Comércio e Indústria Nova União Ltda | R\$ 3.869.074,08 | 2,27% |
| 2 | Sud Cheme do Brasil Ltda | R\$ 3.255.392,83 | 1,91% |
| 3 | Vitoplast - Comércio e Indústria de Embalagens Ltda | R\$ 2.886.348,46 | 1,70% |
| 4 | Vitapelli Ltda | R\$ 2.842.817,33 | 1,67% |
| 5 | Grande Rio Alimentos Ltda | R\$ 2.691.578,38 | 1,58% |
| 6 | Plastcamp Tubos Plásticos Campina Grande Ltda | R\$ 2.453.127,55 | 1,44% |
| 7 | Denver-Cotia Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda | R\$ 2.300.365,99 | 1,35% |
| 8 | Multitermo Resinas Termoplásticas Ltda | R\$ 1.955.100,11 | 1,15% |
| 9 | Cristal Master Indústria e Comércio Ltda | R\$ 1.662.134,62 | 0,98% |
| 10 | Arauplast Indústria de Plásticos Ltda | R\$ 1.415.246,12 | 0,83% |

fonte: Performance Auditoria / Elaboração: SR Rating

A tabela a seguir apresenta a estrutura da carteira do Fundo Trademax Petroquímico, com os seus respectivos limites de composição, de acordo com o estabelecido no Regulamento. Os limites de diversificação estão de acordo com os seus objetivos e perfil de risco adequado para este tipo de Fundo.

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

| Composição da Carteira e Percentuais em Relação ao Patrimônio Líquido | | Mínimo | Máximo | Meta |
|---|---|--------|--------|------|
| a) | Direitos Creditórios | 50% | 100% | 80% |
| b) | Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen e/ou operações em mercados de derivativos | 0% | 50% | 20% |

Fonte: Regulamento Trademax Petroquímico

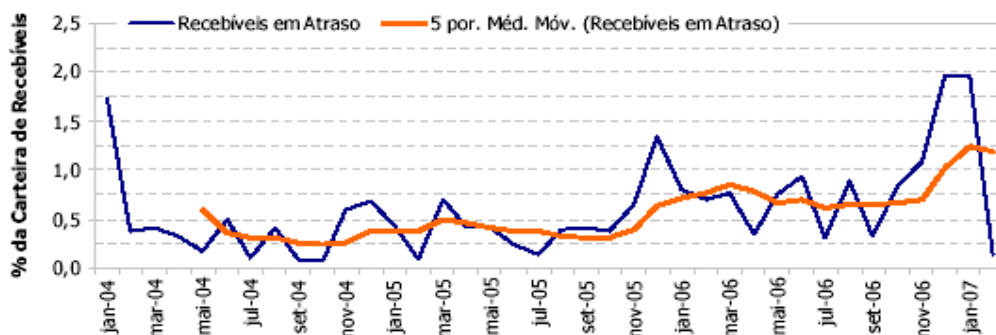
Vale ressaltar ainda, que a taxa de colateralização mínima do Fundo será de aproximadamente 120,5%, mas de acordo com a estratégia do Fundo, aquela tenderá a aumentar à medida que ele for aumentando sua carteira, se, e somente se, a política de taxa de descontos contribuir para tal.

Este Fundo emitirá uma classe de cotas seniores, as quais poderão ser divididas em séries distintas, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições, e em cada distribuição de cotas seniores, cotas subordinadas em quantidade suficiente para manutenção do índice de subordinação na proporção de 83/17 (seniores/subordinadas), o que define sua taxa de colateralização mínima de aproximadamente 120,5%, desde a data da 1ª Distribuição.

Impontualidade

Os recebíveis da Sasil têm apresentado boa qualidade no que diz respeito à taxa de impontualidade. De acordo com dados fornecidos pela SST Consultoria, em janeiro de 2007, apenas 1,93% dos recebíveis da Sasil estavam em atraso, sendo este valor próximo do pico de 1,98% ocorrido no mês anterior.

Sasil: Recebíveis em Atraso de 1 ou Mais Dias



Fonte: SST/ Elaboração: SR Rating

Tais informações são referentes à carteira de clientes da Sasil como um todo, sendo que para a aquisição dos recebíveis ocorre seleção pelos critérios de elegibilidade, o que seria indicativo de um menor índice de inadimplência do Fundo comparado com o índice de inadimplência da Sasil.

Ticket Médio

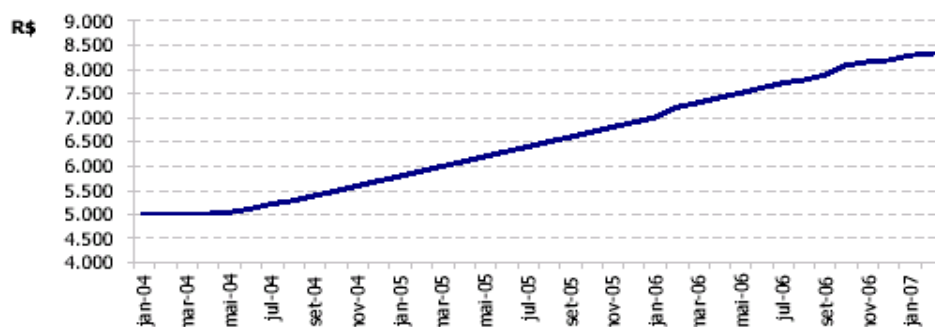
NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

De acordo com informações da SST Consultoria, o *ticket* médio dos recebíveis gerados pela Sasil obteve um aumento nominal de 66,4% no período compreendido entre janeiro de 2004 e fevereiro de 2007, sendo que a variação do índice geral dos preços dos produtos químicos, representado pelo IGP-Abiquim-FIPE, foi de aproximadamente 23,6% entre julho de 2003 e julho de 2006.

Sasil: Variação do Ticket Médio



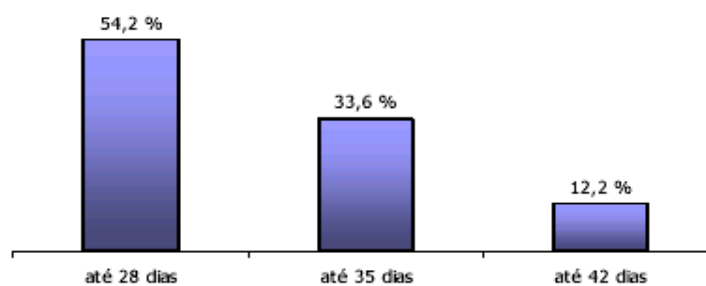
Fonte: SST/ Elaboração: SR Rating

O aumento de valor do *ticket* médio dos recebíveis da Sasil pode sinalizar uma tendência de concentração dos direitos creditórios, entretanto, conforme citado anteriormente, o risco de concentração em poucos clientes da Sasil é bastante baixo, considerando as condições atuais da carteira da empresa, em que a maior participação individual de um cliente na receita é de 2,27%.

Prazo Médio

Segundo a SST Consultoria, o prazo médio de vendas da empresa é de 29 dias, considerando os pagamentos à vista, os quais não entrarão no Fundo. Para os recebíveis com possibilidade de serem cedidos, esse prazo poderá se elevar, entretanto, de acordo com a SST Consultoria, o prazo permanecerá em torno dos 30 dias, não ultrapassando os 35 dias. Ainda de acordo com a SST Consultoria, historicamente os prazos adotados para venda a prazo são: 28 dias (maior concentração), 35 dias e 42 dias (menor concentração).

**Sasil: Distribuição dos Recebíveis por Prazo em Jan/07
(em %)**



fonte: SST / Elaboração: SR Rating

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

Ausência de registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios

Deve-se destacar que o Fundo não prevê a obrigatoriedade do registro dos termos de cessão dos direitos creditórios. Dessa forma, a ausência de registro de tais termos de cessão nos cartórios de registro de títulos e documentos competente, eventualmente, abria espaço para que a eficácia da transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo fosse contestada. Tal fato é mitigado pela responsabilidade da Sasil em ceder novos direitos creditórios ao Fundo, de forma a sempre manter o índice de subordinação em 17%.

Principais Cedentes de Direitos Creditórios ao Fundo

Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos Ltda. (BA)

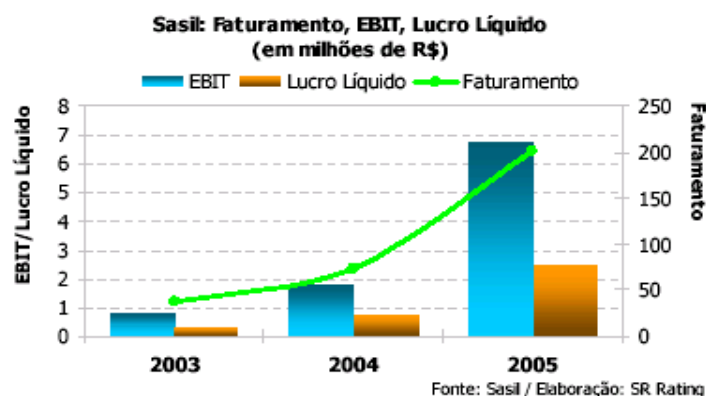
A Sasil atua no mercado de distribuição de produtos químicos e termoplásticos há mais de 30 anos, estando entre as maiores distribuidoras de produtos químicos do Brasil. A empresa distribui mais de 150 produtos nacionais e importados através de 14 filiais espalhadas pelo Brasil de acordo com a demanda de cada região.

A Sasil é uma das distribuidoras autorizadas da Braskem para PVC, em âmbito nacional, e polietileno e prolpropileno, exceto para os Estados de SP, RJ e ES. Ainda revende poliestireno da Innova e ABS da Nitriflex. A movimentação anual supera 300 mil toneladas de produtos químicos e resinas termoplásticas.

Não obstante o fato de a Sasil constar como a principal originadora de direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, esta também figura como maior sacado, podendo chegar a representar, de acordo com o regulamento, 20% do patrimônio líquido do Fundo. Assim, faz-se imprescindível uma análise mais atenta da qualidade operacional e financeira da Companhia.

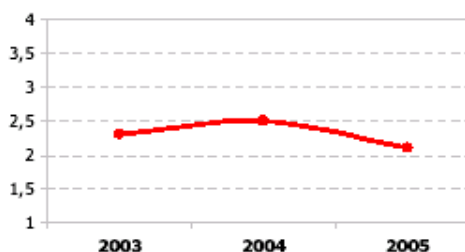
Desempenho Financeiro da Sasil

O faturamento da Sasil Comercial e Industrial de Petroquímicos Ltda. apresentou uma forte trajetória de alta no período compreendido pelos anos de 2003, 2004 e 2005, crescendo 433,4% e atingindo aproximadamente R\$ 201,1 milhões no último ano deste triênio. Em 2006, somente no período que vai de janeiro a setembro, último mês observado, o faturamento chegou a R\$ 170,2 milhões. O EBIT da empresa, medida aproximada da geração de caixa antes das despesas com juros e impostos, apresentou desempenho ainda mais positivo frente à trajetória do faturamento, com R\$ 6,7 milhões em 2005 e crescendo aproximadamente 740,8% em relação a 2003. O lucro líquido cresceu, no triênio 2003-2005, aproximadamente 646,4%, ficando em R\$ 2,5 milhões no último ano deste período. Em 2006, no período que vai de janeiro a setembro, o lucro líquido já igualou o resultado de 2005, ficando também em R\$ 2,5 milhões.



O índice de cobertura de juros básico, uma das medidas da capacidade da empresa de honrar suas despesas financeiras (calculado através de EBIT / Despesa Financeira Líquida), manteve-se em torno de uma média de 2,3 vezes no período que vai de 2003 a 2005, um nível de cobertura razoável.

Sasil: Índice Básico de Cobertura de Juros

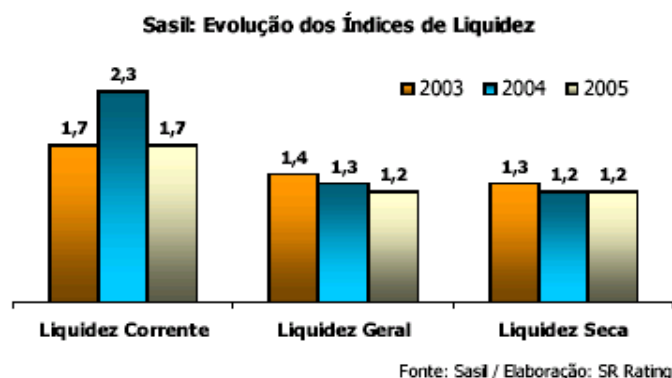


Dado o forte incremento do faturamento ao longo do triênio, não houve melhora no índice de cobertura de juros em grande medida em função do crescimento do endividamento e do conseqüente aumento das despesas financeiras líquidas. Nos três primeiros trimestres de 2006, o expressivo incremento na geração de caixa da empresa possibilitou sim melhora de resultado para o índice, que ficou em 5,0 vezes. No entanto, o índice não deverá se manter neste patamar uma vez que o endividamento saltou ao longo de 2006, passando de aproximadamente R\$ 1,9 milhão em dezembro de 2005, para R\$ 12,2 milhões em setembro de 2006, e a despesa financeira derivada destas novas captações ainda deverá ter impacto nos próximos períodos.

Em relação ao perfil da dívida, ressalta-se que em setembro de 2006 aproximadamente 85% desta estava concentrado no curto prazo. O nível de endividamento da Sasil em setembro de 2006, medido pela relação entre a 'dívida total' e a 'capitalização total' do grupo, ficou em 55,3%, denotando um nível de endividamento ainda confortável, apesar do forte aumento apresentado nos exercícios analisados.

O índice de liquidez corrente, que mede a situação de liquidez da empresa, considerando apenas os ativos e passivos de curto prazo, vem reduzindo-se gradativamente desde 2004, passando de 2,3 vezes no referido ano, para 1,4 vez no período que vai de janeiro a setembro de 2006. Este movimento deve-se, em grande parte, à avolumação das obrigações de curto prazo. No entanto, nota-se que, excluindo-se o estoque do cálculo do ativo circulante, chega-se a um índice de liquidez seca igual ou superior a 1,0

em todos os períodos analisados, demonstrando relativa capacidade da empresa de prover capital de giro.



O patrimônio líquido da Sasil cresceu aproximadamente 78,1% no período que vai de 2003 a 2005, ficando em R\$ 7,3 milhões no último ano deste período. Em 2006, no período que vai de janeiro a setembro, o patrimônio líquido cresceu 33,6% em relação ao ano anterior, ficando em R\$ 9,8 milhões.

Triflex Termoplásticos Ltda.

A Triflex atua na produção de PVC e seus compostos. A empresa também oferece consultoria técnica, de maneira a auxiliar seus clientes desde o recebimento do pedido até a utilização final do produto, passando pela orientação das matérias-primas de acordo com as necessidades de cada cliente, e a concepção de novos produtos. A empresa oferece também assistência técnica para eventuais correções de problemas na produção, e soluções para falhas de produtos finalizados.

Localizada próxima à cidade de Salvador, a Triflex escoia seus produtos por via rodoviária, aérea e portuária. Conta também com depósitos espalhados pelo território nacional, de maneira a atender as diferentes demandas de cada região.

As aplicações mercadológicas do composto de PVC são as mais variadas. Entre as diferentes indústrias que utilizam o PVC, estão: a de calçados, que utiliza os compostos de PVC para a fabricação de solados e alças para sandálias transparentes, e; a indústria de construção civil, que utiliza o PVC para a confecção de esquadrias para janelas, além de tubos e conexões.

Braskem S.A.

Após uma reorganização societária, a Braskem foi criada em 2002, como líder no mercado de resinas termoplásticas da América Latina. O ponto de partida foi a aquisição do controle da Copene, a central de matérias primas do Pólo Petroquímico de Camaçari, pelos Grupos Odebrecht e Mariani em julho de 2001. Posteriormente, os grupos Odebrecht e Mariani integraram os seus próprios ativos do setor petroquímico

à Copene, em agosto de 2002. Desde então, a Copene passou a se chamar Braskem. Em uma segunda etapa desse processo, concluída no início de 2004, foram incorporadas à Braskem as empresas OPP Química S.A., Nitrocarbono S.A., Trikem S.A., Proppet S.A. e Polialden.

O acionista controlador da Braskem é o Grupo Odebrecht, com participação de 29,5% no capital social total da Braskem, incluindo 50,3% do capital social com direito a voto. Adicionalmente, o Grupo Odebrecht detém 100% do capital social com direito a voto da Nordeste Química S.A. – Norquisa a qual detém 8,9% do capital social total da Braskem, incluindo 25,0% de seu capital social com direito a voto.

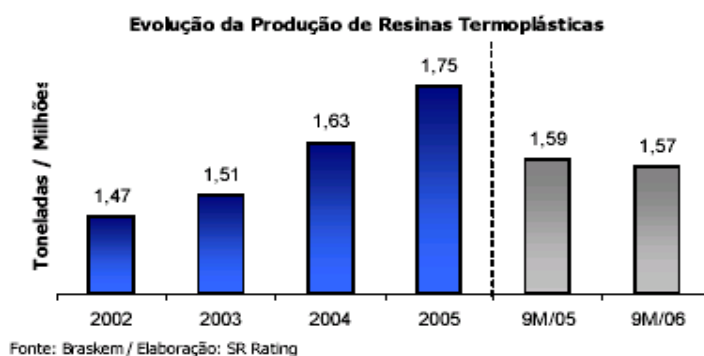
No mercado doméstico, sua participação de mercado ao final do ano de 2005 alcançava 46% em polietileno, 42% em polipropileno e 55% em PVC.

Dado que a Braskem, como originadora, poderá ceder direitos creditórios da Sasil, que poderão representar até 20% do PL do Fundo, uma análise mais rigorosa de seu desempenho financeiro e operacional faz-se necessária.

Desempenho Operacional da Braskem

O modelo de negócio da Braskem é focado na produção de resinas termoplásticas (polietileno - PE, polipropileno - PP e PVC), mantendo sua competitividade no setor fundamentada nos baixos custos operacionais, decorrentes da sua escala de produção e pelo fato de produzir seus principais insumos (eteno, propeno e cloro).

A produção de resinas termoplásticas da Braskem nos nove primeiros meses de 2006 foi de 1,57 milhões de toneladas, comparado com o mesmo período de 2005 houve uma diminuição de 1,1%, em que a produção foi equivalente a 1,59 milhões de toneladas.



Entretanto, no decorrer do período entre 2002 e 2005, tal produção esteve sempre crescente, a uma taxa média anual de 6,06%, passando de 1,47 milhões de toneladas em 2002, para 1,75 milhões de toneladas em 2005. A produção de insumos básicos está diretamente relacionada a produção dos termoplásticos e, nos nove primeiros meses de 2006, teve um decréscimo de 5,14%. Este desempenho

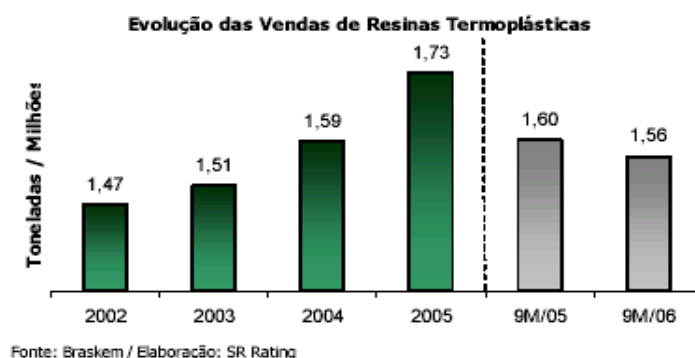
NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

reflete restrições operacionais ocorridas na Unidade de Olefinas I e nas Unidades de PE, em Camaçari, e de PVC.

O decréscimo das vendas foi ainda mais destacado que o da produção. O volume total de vendas (mercado interno e exportações) de resinas termoplásticas da Braskem teve queda de 2,2% em relação ao 3º trimestre de 2005, chegando a 1,56 milhões de toneladas em setembro de 2006.



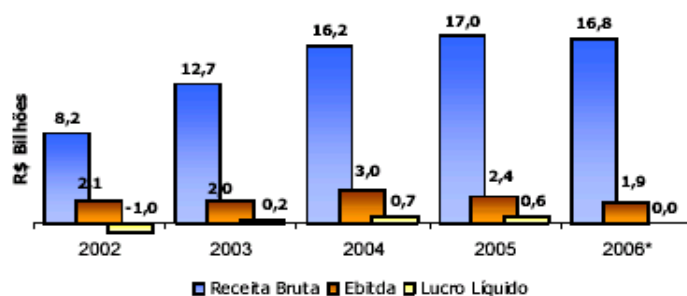
As principais matérias primas da Braskem são: a nafta, adquirida principalmente da Petrobras e utilizada na Unidade de Insumos Básicos, e; eteno e propeno, ambos adquiridos da Copesul e utilizados nas unidades industriais do Pólo Petroquímico de Triunfo. Esses insumos representavam 75% dos custos de produtos vendidos da empresa no 3º trimestre de 2006, e estão fortemente relacionados com o preço do petróleo.

Desempenho Financeiro da Braskem

A receita bruta da Braskem no acumulado de 12 meses até setembro de 2006 foi de R\$ 16,8 bilhões, representando um decréscimo de 1,3% em relação a 2005, ano em que a receita bruta foi equivalente a R\$ 17,1 bilhões. Este resultado foi impactado pelas menores vendas no mercado interno, as quais declinaram em 4% em relação a 2005, passando de R\$ 14,01 bilhões para R\$ 13,63 bilhões. A Braskem detém 81% de suas vendas no mercado interno.

O EBITDA, indicador da capacidade de geração de caixa operacional, da Braskem registrou nos últimos 12 meses findos em setembro de 2006 o valor de R\$ 1,87 bilhão, valor este 23% menor que o registrado em 2005, R\$ 2,43 bilhões. Entre os fatores que influenciaram esse desempenho está a apreciação do real no segundo trimestre de 2006, que impactou em 100% das receitas da companhia e somente cerca de 80% dos seus custos. Além disso, houve um aumento significativo no preço da nafta, principal matéria-prima da companhia, bem como do eteno e propeno adquiridos da Copesul, seguindo a tendência de alta do barril de petróleo, e dos custos com energia (elétrica, gás natural e óleo combustível). Adicionalmente, houve considerável oferta adicional de PE no mercado local, mitigada em parte pelo crescimento de 15% no mercado doméstico de resinas termoplásticas.

Evolução da Receita Bruta, EBITDA e Lucro Líquido



Fonte: Braskem / Elaboração: SR Rating

* anualizado até set/06

No acumulado dos 12 meses até setembro de 2006, a Braskem obteve prejuízo de R\$ 36,07 milhões. Em 2005, o lucro líquido fora da ordem de R\$ 625,84 milhões. Este resultado foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro da companhia o qual, no acumulado de 12 meses até setembro último, foi o equivalente a uma despesa de R\$ 1,42 bilhão, um aumento de 111% em relação a 2005, ano em que tal resultado foi uma despesa de R\$ 675,75 milhões.

O desembolso financeiro da Braskem, representado pelas despesas financeiras menos o impacto da variação monetária e cambial, aumentou 18% nos últimos 12 meses findos em setembro último comparado ao exercício de 2005. O desembolso financeiro passou de R\$ 859,89 milhões para R\$ 1,01 bilhão, refletindo o aumento da dívida total que cresceu 28%, de dezembro de 2005 a setembro de 2006. Dessa forma, considerando-se a queda de 23% do EBITDA, o índice de cobertura básico, o qual mede a capacidade de pagar juros, da Braskem caiu para 1,8 vez, sendo que em 2005 tal índice era de

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

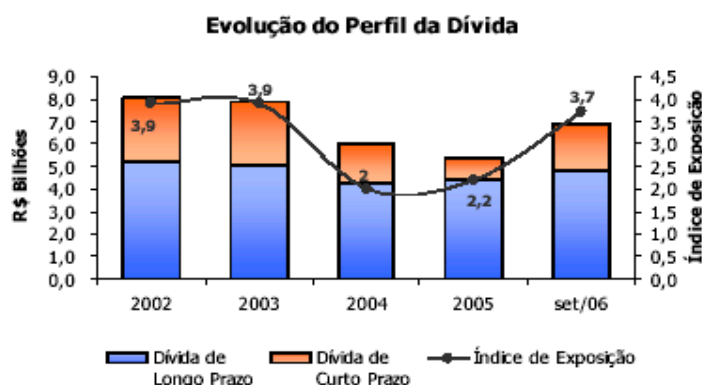
FIDC Trademax Petroquímico

2,8 vezes. Tal patamar ainda é indicativo de certa manobrabilidade financeira da Braskem, levando em consideração o fato da empresa deter expressivo caixa, de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão.



A dívida total da Braskem, em setembro de 2006, equivalia a R\$ 6,85 bilhões de reais, um aumento de 28% em relação a dezembro de 2005, em que o valor da dívida total era de R\$ 5,36 bilhões. O aumento da dívida líquida está atrelado ao aumento das necessidades de capital de giro e aos desembolsos associados ao programa de recompra de ações.

Com relação ao perfil do endividamento, do total da dívida da Braskem, 46% está em moeda estrangeira e 70,4% no longo prazo. A Braskem, atualmente, possui cobertura cambial para todos os vencimentos operacionais e financeiros em dólares, ou através da própria atividade (importação/exportação), ou de aplicações financeiras.



O aumento da dívida total aliado ao pior desempenho do EBITDA elevou o índice de exposição básico, que mede a capacidade de pagar dívida, da Braskem ao patamar de 3,7 vezes. Este é um patamar razoável para a empresa, levando-se ainda em conta que 70,4% de sua dívida está concentrada no longo prazo, e o prazo médio desta é aproximadamente 15,9 anos.

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

Breve Perfil dos demais Intervenientes e suas Participações na Estrutura do Fundo

SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda EPP: Os controladores e profissionais da SST, com mais de 20 anos de experiência na prestação de serviços de análise e aprovação de crédito de empresas, comercializam e adquirem produtos petroquímicos e seus derivados, inclusive para empresas de fomento mercantil que atuam neste setor.

Banco Bradesco S.A.: O Banco Bradesco foi fundado em 1943 como um banco comercial sob o nome de "Banco Brasileiro de Descontos S.A." Expandiu suas atividades em todo o país durante a década de 70. Em 1988, incorporou três subsidiárias, respectivamente, de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-se um banco múltiplo, e mudando e mudando sua denominação social para Banco Bradesco S/A.

De acordo com o ranking do Banco Central, é o maior banco do setor privado (não controlado pelo Governo) no Brasil, em termos de total de ativos. Seus serviços e produtos compreendem operações bancárias, tais como: operações de crédito e captação de depósitos, emissão de cartões de crédito, consórcio, seguros, arrendamento mercantil, cobrança e processamento de pagamentos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários.

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda: O Banco do Estado do Maranhão DTVM S/A é uma subsidiária integral do Banco Bradesco S/A.

Siqueira Castro - Advogados: Fundada em 1948, a Siqueira Castro Advogados, uma das maiores firmas de advocacia em atividade no Brasil, é pioneira na prestação de serviços jurídicos integrais, em regime de full legal assistance. A Siqueira Castro organiza seus profissionais por áreas de atuação: Direito Civil, Comercial, Tributário, Administrativo, Ambiental, Penal/Empresarial, Regulatório, Recuperação de Créditos, Contencioso entre outros. Além disso, são reunidos grupos diversificados de profissionais para o atendimento integral a projetos, operações e negócios. Uma terceira forma de atuação consiste em áreas estruturadas para atender a questões frequentes e de grande escala em vários segmentos empresariais, a exemplo de questões envolvendo Direito do Consumidor e Direito do Trabalho. Seus fundadores são os Drs. Braz Sergio Olivier Camargo, Luiz Lebre Pereira das Neves, Antonio Vicente da Silva Salgado e Joaquim Corrêa Lino.

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial: O Grupo Performance Auditoria e Consultoria Empresarial é uma organização criada há 16 anos por ex-executivos de uma empresa de auditoria e consultoria mundial. Iniciou a sua atuação nos serviços de auditoria e consultoria tributária. Logo em seguida, passou a prestar serviços em outras áreas. Atualmente, sua atuação consiste na prestação de serviços profissionais nas áreas de Auditoria, Contabilidade, Finanças e Gestão Empresarial, Consultoria Societária e Tributária, Consultoria Trabalhista e Previdenciária, Gestão Organizacional e de Recursos Humanos, incluindo Recrutamento Empresarial e Treinamento.

O Grupo possui três escritórios, situados em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, além de ser membro integrante do Alliot Group, associação mundial de firmas independentes que atuam em quase 70 países em auditoria, contabilidade e finanças corporativas, consultoria tributária e societária.

Informações Financeiras



SR Rating

Sasil Comercial e Industrial de Petroquímicos Ltda

| Em reais | 3T / 2006 (últimos 12 meses) | 2005 | 2004 | 2003 |
|---|---------------------------------|---------------|--------------|--------------|
| Rentabilidade | | | | |
| Receita Bruta | 170.271.398,8 | 201.098.040,9 | 73.419.484,2 | 37.700.480,9 |
| % Variação | N/D | 173,9% | 94,7% | N/D |
| Giro do Ativo | N/D | 7,2 | 4,7 | 6,9 |
| Receita Líquida | 127.954.015,3 | 149.272.217,1 | 61.035.295,6 | 32.149.550,7 |
| EBIT | 4.354.268,1 | 6.764.861,4 | 1.760.533,5 | 804.508,9 |
| % Receita Líquida | 3,4% | 4,5% | 2,9% | 2,5% |
| Lucro Líquido | 2.522.331,8 | 2.519.490,3 | 728.802,9 | 316.348,2 |
| % Receita Líquida | 2,0% | 1,7% | 1,2% | 1,0% |
| % Patrimônio Líquido (ROE) | 25,5% | 34,1% | 14,9% | 7,6% |
| % Ativo (ROA) | 6,9% | 12,1% | 5,7% | N/D |
| Dividendos e Bonificações (DB) | N/D | N/D | N/D | N/D |
| Despesas/Receitas Financeiras | | | | |
| Despesa Financeira Líquida (DFL) | 871.296,4 | 3.264.526,9 | 706.384,6 | 345.730,2 |
| Capacidade de Pagar Juros - Índice de Cobertura | | | | |
| Básico [EBIT/(DFL)] | 5,0 | 2,1 | 2,5 | 2,3 |
| Soft [(EBIT+RFB)/(DFL)] | 5,0 | 2,1 | 2,5 | 2,3 |
| Amplio [(EBIT+Caixa e aplicações Disp.)/(DFL)] | 8,1 | 2,3 | 3,8 | 4,9 |
| Capacidade de Pagar Dívida - Índice de Exposição | | | | |
| Básico [Dívida Total/EBIT] | N/D | 0,3 | - | - |
| Soft [Dívida Líquida/EBIT] | - | 0,2 | (0,5) | (1,1) |
| Estrutura de Capital / Endividamento | | | | |
| Dívida de Curto Prazo | 10.379.332,1 | 1.640.018,0 | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 10.379.332,1 | 1.640.018,0 | - | - |
| Debêntures | - | - | - | - |
| Dívida de Longo Prazo | 1.827.482,9 | 275.609,9 | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.827.482,9 | 275.609,9 | - | - |
| Debêntures | - | - | - | - |
| Dívida Total | 12.206.815,0 | 1.915.627,9 | - | - |
| % Dívida de Curto Prazo | 85,0% | 85,6% | N/D | N/D |
| % Dívida em Moeda Estrangeira | 0,0% | 0,0% | N/D | N/D |
| Dívida Líquida | 9.537.702,2 | 1.120.246,9 | (936.858,2) | (882.857,1) |
| Patrimônio Líquido | 9.883.238,5 | 7.397.439,5 | 4.882.810,4 | 4.154.007,6 |
| Capitalização Total | 22.090.053,5 | 9.313.067,4 | 4.882.810,4 | 4.154.007,6 |
| % Dívida Total | 55,3% | 20,6% | 0,0% | 0,0% |
| Liquidez | | | | |
| Caixa e Aplicações Disponíveis | 2.669.112,9 | 795.381,0 | 936.858,2 | 882.857,1 |
| Capital de Giro | 11.792.578,2 | 8.585.615,8 | 8.277.844,0 | 2.890.781,6 |
| Liquidez Corrente | 1,4 | 1,7 | 2,3 | 1,7 |
| Liquidez Seca | 1,0 | 1,2 | 1,2 | 1,3 |
| Liquidez Geral | 1,2 | 1,2 | 1,3 | 1,4 |
| Liquidity Cushion | 0,6 | 1,5 | 3,8 | 4,9 |
| Balanco Patrimonial | | | | |
| Ativo | 47.976.717,4 | 25.123.486,3 | 16.426.962,6 | 9.350.220,3 |
| Circulante | 44.022.022,3 | 21.344.928,9 | 14.467.043,7 | 7.284.913,5 |
| Realizável a Longo Prazo | 49.885,2 | 63.722,2 | 457,0 | 457,0 |
| Permanente | 3.904.810,0 | 3.714.835,3 | 1.959.461,9 | 2.064.849,8 |
| Passivo | 47.976.697,5 | 25.123.486,3 | 16.426.962,6 | 9.350.220,3 |
| Circulante | 32.229.444,1 | 12.759.313,1 | 6.189.199,7 | 4.394.131,9 |
| Exigível a Longo Prazo | 5.864.014,9 | 4.966.733,8 | 5.354.952,5 | 802.080,8 |
| Patrimônio Líquido | 9.883.238,5 | 7.397.439,5 | 4.882.810,4 | 4.154.007,6 |

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

Informações Financeiras



SR Rating

SR Rating

Braskem S.A. (consolidado)

| Em milhares de reais | 3T / 2006 (últimos 12 m) | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|-----------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Rentabilidade | | | | | |
| Receita Bruta | 16.819.778,0 | 17.043.335,0 | 16.200.199,0 | 12.734.596,0 | 8.175.852,0 |
| % Variação | -1,3% | 5,2% | 27,2% | 55,8% | N/D |
| Giro do Ativo | 0,8 | 0,9 | 0,9 | 0,7 | 0,9 |
| EBITDA | 1.873.463,0 | 2.434.993,0 | 2.970.774,0 | 2.001.621,0 | 2.075.409,0 |
| % Receita Líquida | 14,3% | 18,6% | 24,0% | 19,4% | 32,3% |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 922.051,0 | 841.493,0 | 796.033,0 | 551.318,0 | 371.911,0 |
| CAPEX | 1.162.885,0 | 815.803,0 | 442.286,0 | 223.712,0 | 686.586,0 |
| EBITDA/CAPEX | 1,6 | 3,0 | 6,7 | 8,9 | 3,0 |
| Lucro Líquido | (36.078,0) | 625.637,0 | 687.027,0 | 215.135,0 | (957.675,0) |
| % Receita Bruta | -0,2% | 3,7% | 4,2% | 1,7% | -11,7% |
| % Patrimônio Líquido (ROE) | -0,8% | 13,8% | 16,4% | 10,2% | -52,6% |
| % Ativo (ROA) | -0,2% | 4,1% | 4,7% | 1,5% | N/D |
| Dividendos e Bonificações (DB) | N/D | 331.300,0 | 209.833,0 | 4.800,0 | 34.082,0 |
| Despesas/Receitas Financeiras | | | | | |
| Despesa Financeira Bruta (DFB) | (1.424.816,0) | (675.757,0) | (1.307.249,0) | (723.586,0) | (2.994.805,0) |
| Variação Monetária e Cambial Passiva (VMCP) | (409.738,0) | 184.135,0 | (92.586,0) | 674.106,9 | (2.115.382,5) |
| Desembolso Financeiro (DFB - VMCP) | (1.015.078,0) | (859.892,0) | (1.214.651,0) | (1.397.692,9) | (879.422,5) |
| Receita Financeira Bruta (RFB) | 277.295,0 | (33.619,0) | 66.632,0 | 11.486,0 | 553.979,0 |
| Variação Monetária e Cambial Ativa (VMCA) | (1.523,0) | (263.525,0) | (290.633,0) | (60.544,6) | 329.794,3 |
| Ganho Financeiro (RFB - VMCA) | 278.818,0 | 229.906,0 | 359.265,0 | 72.030,6 | 224.184,7 |
| Capacidade de Pagar Juros - Índice de Cobertura | | | | | |
| Básico (EBITDA/(DFB-VMCP)) | 1,8 | 2,8 | 2,4 | 1,4 | 2,4 |
| Soft ((EBITDA+RFB-VMCA)/(DFB-VMCP)) | 2,1 | 3,1 | 2,7 | 1,5 | 2,6 |
| Amplio ((EBITDA+Caixa e aplicações Disp.)/(DFB-VMCP)) | 3,0 | 5,3 | 3,9 | 1,6 | 2,5 |
| Estressado ((EBITDA-DB)/(DFB-VMCP)) | N/D | 2,4 | 2,3 | 1,4 | 2,3 |
| Superestressado ((EBITDA-DB-CAPEX)/(DFB-VMCP)) | N/D | 1,5 | 1,9 | 1,3 | 1,5 |
| Capacidade de Pagar Dívida - Índice de Exposição | | | | | |
| Básico (Dívida Total/EBITDA) | 3,7 | 2,2 | 2,0 | 3,9 | 3,9 |
| Soft (Dívida Líquida/EBITDA) | 3,0 | 1,3 | 1,4 | 3,8 | 3,8 |
| Estressado (Dívida Líquida/(EBITDA-DB)) | N/D | 1,5 | 1,5 | 3,8 | 3,9 |
| Superestressado (Dívida Líquida/(EBITDA-DB-CAPEX)) | N/D | 2,5 | 1,8 | 4,3 | 5,8 |
| Estrutura de Capital / Endividamento | | | | | |
| Dívida de Curto Prazo | 2.031.214,0 | 904.299,0 | 1.790.914,0 | 2.787.651,0 | 2.876.589,0 |
| Empréstimos e Financiamentos | 666.236,0 | 895.004,0 | 1.785.945,0 | 2.784.078,0 | 2.844.520,0 |
| Debêntures | 1.362.978,0 | 9.295,0 | 4.969,0 | 23.573,0 | 32.049,0 |
| Dívida de Longo Prazo | 4.820.253,0 | 4.456.619,0 | 4.227.441,0 | 5.100.832,0 | 5.173.183,0 |
| Empréstimos e Financiamentos | 3.686.062,0 | 2.857.472,0 | 3.059.571,0 | 3.628.028,0 | 3.982.959,0 |
| Debêntures | 1.132.191,0 | 1.599.347,0 | 1.167.870,0 | 1.472.804,0 | 1.190.224,0 |
| Dívida Total | 6.851.467,0 | 5.361.118,0 | 6.018.355,0 | 7.888.483,0 | 8.049.752,0 |
| % Dívida de Curto Prazo | 29,6% | 16,9% | 29,8% | 35,3% | 35,7% |
| % Dívida em Moeda Estrangeira | 46,0% | 51,2% | 10,9% | 66,2% | 67,6% |
| Dívida Líquida | 5.638.148,0 | 3.225.378,0 | 4.224.400,0 | 7.653.398,0 | 7.891.733,0 |
| Patrimônio Líquido | 4.323.244,0 | 4.535.766,0 | 4.183.633,0 | 2.112.574,0 | 1.821.768,0 |
| Capitalização Total | 11.174.711,0 | 9.896.884,0 | 10.201.988,0 | 10.001.057,0 | 9.871.520,0 |
| % Dívida Total | 61,3% | 54,2% | 59,0% | 78,9% | 81,5% |
| Liquidez | | | | | |
| Caixa e Aplicações Disponíveis | 1.213.319,0 | 2.135.740,0 | 1.793.955,0 | 235.065,0 | 156.019,0 |
| Capital de Giro | 774.443,0 | 1.373.788,0 | 1.072.949,0 | (355.686,0) | (1.786.312,0) |
| Liquidez Corrente | 1,2 | 1,3 | 1,2 | 0,9 | 0,7 |
| Liquidez Seca | 0,8 | 1,0 | 0,9 | 0,7 | 0,5 |
| Liquidez Geral | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | 0,4 |
| Liquidity Cushion | 0,9 | 2,9 | 1,5 | 0,6 | 0,4 |
| Balanco Patrimonial | | | | | |
| Ativo | 16.039.162,0 | 15.590.751,0 | 15.050.267,0 | 14.005.650,0 | 14.087.973,0 |
| Circulante | 5.857.748,0 | 5.817.885,0 | 5.668.249,0 | 4.182.441,0 | 3.648.745,0 |
| Realizável a Longo Prazo | 1.541.700,0 | 1.062.146,0 | 775.264,0 | 1.256.935,0 | 1.490.716,0 |
| Permanente | 8.639.716,0 | 8.690.720,0 | 8.606.754,0 | 8.566.274,0 | 8.948.510,0 |
| Passivo | 16.039.162,0 | 15.590.751,0 | 15.050.267,0 | 14.005.650,0 | 14.087.973,0 |
| Circulante | 5.083.303,0 | 4.444.097,0 | 4.595.300,0 | 4.538.107,0 | 5.435.057,0 |
| Exigível a Longo Prazo | 6.506.363,0 | 6.401.715,0 | 5.975.011,0 | 6.791.235,0 | 6.376.776,0 |
| Patrimônio Líquido | 4.323.244,0 | 4.535.766,0 | 4.183.633,0 | 2.112.574,0 | 1.821.768,0 |

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico

Perfil da SR Rating

A SR Rating é a primeira agência brasileira classificadora de riscos de crédito. Nossa atividade consiste em avaliar riscos, ou seja, emitir uma opinião técnica e independente sobre a capacidade de pagamento de uma empresa ou uma obrigação desta. Essas avaliações são expressas através de notas (*credit ratings*) que constituem probabilidades de *default* observadas ao longo de várias décadas de existência de análise de risco nos Estados Unidos.

Contatos

Sheila Sirota von O. Gaul (Diretora Executiva) - sgaul@attglobal.net

José Valter Martins de Almeida (Diretor Superintendente) - valter@srating.com.br

Comitê Executivo de Classificação

Paulo Rabello de Castro (*Chairman*) - Rubens Branco da Silva - Sheila Sirota von O. Gaul - José Valter Martins de Almeida

Conselho Técnico Consultivo

Rubens Branco da Silva (*Chairman*) - Affonso Celso Pastore - Amaury de Souza - Carlos Alberto Protasio - Claudio Roberto Contador - Diogo de Figueiredo M. Neto - Fernando A. Albino de Oliveira - Fernando Henrique da Fonseca - Hamilton Dias de Souza - Ives Gandra da Silva Martins - Maria Isabel Fernandes - Nelson Eizirick - Ney Roberto Ottoni de Brito - Paulo Oscar França - Walder Tavares de Góes - Walter L. Ness Jr.

Diretoria

Paulo Rabello de Castro (Diretor Presidente) - Sheila Sirota von O. Gaul (Diretora Executiva) - José Valter Martins de Almeida (Diretor Superintendente) - Robson Makoto Sato (Diretor Técnico) - Diogo de Figueiredo M. Neto (Diretor Jurídico)

Importante: Vide nota de rodapé na primeira página deste relatório.

NÃO AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL POR QUALQUER MEIO

SR Rating

FIDC Trademax Petroquímico



Rio de Janeiro, 27 de julho de 2007

À
BEM – DTVM Ltda.
Osasco - SP

a/c Comissão de Valores Mobiliários
Processo CVMRJ-2007-3800

Senhor Administrador:

Em atenção aos esclarecimentos solicitados por V.Sa. sobre a operação “FIDC Trademax Petroquímico”, temos a reportar o seguinte:

- 1- a nota de classificação atribuída (BBB^{SR}) e sua equivalência (brAA-) refletem o grau de adequação exposto no regulamento do Fundo quanto ao controle, por amostragem, dos direitos creditórios em tela;
- 2- por “adequação”, termo empregado no Parágrafo 4º do art. 38 da Instrução CVM nº 356, entendemos como sendo o **nível de controle** operacional e administrativo desses recebíveis, que é **COMPATÍVEL** (e, portanto, ADEQUADO) com a nota de risco atribuída por esta agência;
- 3- por óbvio, tal “adequação” (boa, mediana ou sofrível, frente a um padrão ideal) está **sempre** refletida na nota classificatória;
- 4- é certo, também, que a nota da operação em questão é um BBB^{SR}, no padrão **global**, ou seja, está na classe de “risco baixo”, o que, pelos aspectos em discussão, bem como por outros não questionados pela CVM, retratam nossa **OPINIÃO** atual sobre a **PROBABILIDADE** de default;
- 5- sendo esta uma **OPINIÃO ATUAL**, técnica e independente, da SR Rating e não uma certificação (tipo ISO 9000) de qualidade de padrão de amostragem, trata-se de um juízo de valor sujeito a alterações, especialmente por ser prática vigente

neste mercado, a não contratação de monitoramento subsequente ao rating inicial, assim prejudicando “ab initio” a faculdade de uma agência exercer seu papel de “olhos de investidor” ao longo da existência da operação.

Sendo estes os esclarecimentos julgados necessários, mantemos nossa equipe técnica ao seu dispor.

Atenciosamente,



Robson Makoto Sato

2. Regulamento

REGULAMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO

CAPÍTULO I

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Artigo 1º. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX Petroquímico (“FUNDO”) é regido pelo presente regulamento (“Regulamento”) e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e posteriores alterações.

Parágrafo Único. O presente Regulamento e suas alterações, uma vez aprovados pela Administradora ou pela Assembléia Geral de Cotistas, conforme o caso, serão levados a registro no competente Ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, no Estado de São Paulo.

Artigo 2º. O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas por ele emitidas (“Cotas”) somente poderão ser resgatadas ou amortizadas em conformidade com o disposto neste Regulamento.

Artigo 3º. Somente podem subscrever e adquirir Cotas investidores qualificados (“Investidores Qualificados”), conforme definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

CAPÍTULO II

PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º. O prazo de duração do FUNDO será de 36 (trinta e seis) meses contados da data da primeira subscrição das Cotas da primeira série em conformidade com o disposto no Artigo 39 abaixo (“Prazo de Duração”).

Parágrafo Primeiro. O Prazo de Duração poderá ser prorrogado em, no máximo, mais 10 (dez) anos, por deliberação dos titulares das Cotas (“Cotistas”) emitidas pelo FUNDO em Assembléia Geral,

Parágrafo Segundo. Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do FUNDO será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente. Para os fins deste Regulamento, considera-se “Dia Útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

CAPÍTULO III

SEGMENTO DO FUNDO

Artigo 5º. O FUNDO terá como atuação primordial investir recursos integrantes de seu patrimônio na aquisição de direitos creditórios performados (“Direitos Creditórios”) de titularidade da Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos (o “**Cedente Líder**”) e pessoas jurídicas que não sejam controladas pelo poder público, com sede no território nacional (“**Cedentes**”), em conjunto denominadas (os “**Cedentes TRADEMAX**”) que sejam originados de operações de compra e venda mercantil a prazo de produtos químicos e petroquímicos por elas fabricados e/ou distribuídos (“Produtos”) e/ou de serviços vinculados ao transporte dos Produtos prestados pelas **Cedentes TRADEMAX** (“Serviços”), conforme as regras de composição e diversificação de carteira de ativos estabelecidas no Capítulo VIII abaixo.

Parágrafo único: Em razão de que o Fundo pretende adquirir diversas carteiras de Direitos Creditórios conforme o artigo 5º acima, com características heterogêneas, não se especificam os instrumentos jurídicos, contratos e os documentos representativos do crédito destas carteiras, bem como a política de concessão de crédito de cada carteira pelos mesmos motivos.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Seção I

Administradora e Gestora

Artigo 6º. O FUNDO será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Deus S/N Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 00.066.670/0001-00 (“Administradora”).

Parágrafo Primeiro. A gestão da carteira do FUNDO, por delegação de poderes da Administradora que é neste ato formalizada, será exercida por SST Consultoria, Assessoria e Administração de Recursos Ltda EPP, sociedade com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Av. Sete de Setembro, 71 Ed. Executivo, sala 902, Dois de Julho e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.941.756/0001-96, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 9.183, de 16 de fevereiro de 2.007, publicado no DOU de 26 de fevereiro de 2.007, para o exercício profissional de administração de carteira, conforme previsto no Artigo 23, da Lei nº 6.385/76 (“Gestora”). A Gestora poderá contratar terceiros para a execução de algumas atividades de sua responsabilidade, hipótese em que a Gestora permanecerá como

a única responsável perante o Fundo e quaisquer terceiros por todos atos e eventos praticados pelo terceiro contratado.

Parágrafo Segundo. A Administradora deverá administrar o FUNDO e a Gestora deverá gerir a carteira do FUNDO, ambas cumprindo com tais obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial aquelas editadas pela CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral; (ii) ao disposto no Capítulo VIII abaixo sempre que for adquirir Direitos Creditórios; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação e salvaguarda da integridade dos direitos dos Cotistas.

Parágrafo Terceiro. Observadas as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à representação do FUNDO e para exercer os direitos inerentes à propriedade sobre os ativos e direitos que integram a carteira do FUNDO. Sem prejuízo do disposto neste parágrafo, a Gestora poderá praticar atos relativos à aquisição, venda, cessão, cobrança e negociação dos ativos que integrarão o patrimônio do FUNDO em nome deste.

Parágrafo Quarto. A gestão da carteira de ativos e dos direitos do FUNDO deverá ser feita sempre de forma ativa, de forma que os direitos creditórios do FUNDO sejam integralmente exigidos, inclusive mediante (i) a cobrança por si ou por terceiros contratados para este, com a maior eficiência possível, dos respectivos devedores, de quaisquer valores devidos ao FUNDO; (ii) a adoção, em tempo hábil, das medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis em face dos respectivos devedores em caso de impontualidade ou inadimplemento, quanto ao pagamento dos Direitos Creditórios; e (iii) a certificação por si ou por terceiros contratados de que os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO preencham os requisitos previstos neste Regulamento, em especial ao disposto no Capítulo VIII abaixo.

Artigo 7º. A Administradora poderá ser substituída a qualquer tempo pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo V, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o FUNDO.

Parágrafo Primeiro. A Administradora poderá, por meio de aviso publicado no periódico referido no Artigo 63, ou envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas ou aos representantes destes indicados na forma do Parágrafo Primeiro, do Artigo 41, renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação antecipada do FUNDO.

Parágrafo Segundo. Em qualquer das hipóteses previstas neste Artigo, a Administradora, caso seja assim determinado pelos Cotistas, permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 30 (trinta) dias ou até a data da efetiva posse de seu substituto, eleito pela Assembléia Geral, o que primeiro ocorrer, devendo disponibilizar ao seu substituto todos os documentos e informações do FUNDO em até 15 (quinze) Dias Úteis, ambos os prazos contados da data de realização da Assembléia Geral que tiver por objeto deliberar sobre a substituição da Administradora.

Parágrafo Terceiro. No caso de decretação de intervenção ou liquidação da Administradora, esta deverá convocar Assembléia Geral no prazo de 5 (cinco) dias, contados do evento para deliberar acerca da:

- I. sua substituição no exercício da administração do FUNDO; ou
- II. liquidação antecipada do FUNDO.

Parágrafo Quarto. Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da Administradora.

Parágrafo Quinto. A Gestora somente poderá ser destituída de seu cargo mediante prévia aprovação dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral. A renúncia da Gestora deverá ser formulada à Administradora, a quem caberá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a substituição da Gestora.

Seção II

Obrigações da Administradora

Artigo 8º. Dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, são obrigações da Administradora:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - a) os documentos relativos às operações do FUNDO;
 - b) o registro dos Cotistas do FUNDO;
 - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença de Cotistas;
 - e) o prospecto do FUNDO;
 - f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO a que se refere o item IX abaixo;
 - g) os registros contábeis do FUNDO; e
 - h) os relatórios dos auditores independentes do FUNDO (“Empresa de Auditoria”) e da agência classificadora de risco (“Agência Classificadora de Risco”) mencionados nos Artigos 60 e 18 abaixo, respectivamente;
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO, diretamente ou por meio da ou do Custodiante.
- III. disponibilizar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e de seus anexos que o integra, do Prospecto e dos relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência Classificadora de Risco, bem como cientificá-los do nome do periódico utilizado para divulgação de informações da Taxa de Administração cobrada nos termos dos Artigos 35 e 36 abaixo;
- IV. divulgar mensalmente no periódico referido no Artigo 63, além de manter disponíveis em sua sede, filiais e agências e nas instituições que distribuam as Cotas, o valor do patrimônio líquido, o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- V. custear as despesas de propaganda do FUNDO;

- VI. fornecer aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada ano civil, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no referido ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro do respectivo ano civil, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do FUNDO previstas na regulamentação em vigor e neste Regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FUNDO;
- VIII. providenciar, trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Cotas;
- IX. Elaborar, trimestralmente, demonstrativos evidenciando: i) que as operações praticadas pelo fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado; e iii) os procedimentos de verificação de lastro, adotados pelo custodiante, incluindo a metodologia de seleção da amostra verificada no período e a indicação dos resultados apurados.
- X. fazer com que seja observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do FUNDO, conforme o disposto no Capítulo VIII abaixo, ao que está igualmente obrigada a Gestora;
- XI. proceder à contratação dos serviços de agente custodiante (“Custodiante”) nomeado na forma do artigo 17 abaixo, da Agência Classificadora de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração dos respectivos contratos com as mencionadas partes;
- XII. tomar as seguintes providências junto à Agência Classificadora de Risco:
 - a) informar a substituição da Administradora, da Gestora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - b) informar a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, conforme definidos no Capítulo XVI abaixo; e
 - c) disponibilizar os contratos de cessão de créditos que forem celebrados a qualquer tempo pelo FUNDO e documentos a eles relativos sempre que necessário para que ela elabore os relatórios trimestrais na forma deste Regulamento;
- XIII. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços por ela contratados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o FUNDO, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia a ser com ele celebrado pelo FUNDO em conformidade ao disposto no Parágrafo Primeiro, do Artigo 17, deste Regulamento; e
- XIV. permitir o acesso da Agência Classificadora de Risco a quaisquer relatórios ou documentos elaborados por ela e/ou pela Gestora, pela Empresa de Auditoria ou pelo Custodiante, que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco.

Parágrafo Primeiro. A divulgação das informações previstas no inciso IV deste Artigo pode, alternativamente às regras de divulgação previstas neste Regulamento, ser feita por

meio de entidades de classe de instituições do sistema financeiro nacional, desde que realizada em jornais de ampla veiculação.

Artigo 9º.. É vedado à Administradora e à Gestora, conforme o caso, em nome próprio:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo FUNDO; e
- III. efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

Parágrafo Primeiro. As vedações de que tratam os incisos I a III do caput deste Artigo abrangem os recursos das Partes Relacionadas, conforme definidas no parágrafo seguinte, da Administradora e da Gestora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação das Partes Relacionadas.

Parágrafo Segundo. Para os fins deste Regulamento, “Partes Relacionadas” são: (i) as pessoas físicas ou jurídicas controladoras, direta ou indiretamente, de determinada pessoa; (ii) as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, por tal pessoa; (iii) pessoas jurídicas coligadas, direta ou indiretamente, com tal pessoa; e (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. O conceito de controle para o fim deste parágrafo será aquele estabelecido na lei que rege as sociedades por ações, ou seja, a Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores.

Parágrafo Terceiro. Excetuam-se do disposto neste Artigo os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

Artigo 10. É vedado à Administradora e à Gestora, conforme o caso, em nome do FUNDO:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercado de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Cotas e a taxa de atualização dos ativos do FUNDO;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo X deste Regulamento;
- III. aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- IV. adquirir Cotas do FUNDO;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- VI. vender Cotas do FUNDO a prestação;
- VII. prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;

- VIII. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- IX. delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, exceto a delegação da Administradora para a Gestora conforme previsto neste Regulamento;
- X. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- XI. efetuar locação ou empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, no todo ou em parte, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- XII. emitir qualquer classe ou série de Cotas do FUNDO em desacordo com este Regulamento.

.CAPÍTULO V

ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 11. Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, à Assembléia Geral compete privativamente:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- II. alterar o Regulamento;
- III. deliberar sobre a substituição da Administradora, da Gestora, do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco e/ou da Empresa de Auditoria;
- IV. deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora nos termos do Artigo 35 abaixo, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução por concordância expressa da Administradora; e
- V. deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FUNDO ou prorrogação do Prazo de Duração
- VI. deliberar sobre o ingresso de novos **Cedentes TRADEMAX**, além daqueles relacionados no Anexo I

Parágrafo Único. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às determinações da CVM, hipótese em que deverá ser providenciado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas, conforme as regras de divulgação prevista no presente.

Artigo 12. A convocação de Assembléia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, quando em primeira convocação, e, no mínimo, com 5 (cinco) dias de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso

publicado no periódico mencionado no Artigo 63 ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Cotistas, da qual constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembléia Geral. A segunda convocação poderá ser feita juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação. As Assembléias Gerais deverão ser realizadas na sede social da Administradora, salvo motivo de força maior, sendo vedada a sua realização fora do Estado de São Paulo

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas do FUNDO em circulação.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Cotistas representando, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Cotas em circulação, ou em segunda convocação, com a presença de ao menos 1 (um) Cotista. Independentemente das formalidades previstas na regulamentação aplicável e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo Terceiro. A presidência da Assembléia Geral caberá ao representante eleito pela maioria dos Cotistas presentes entre aqueles indicados pelos Cotistas, pela Administradora e/ou pela Gestora, todos presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo Quarto. A Administradora, a Gestora e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco, para participarem das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo Quinto. Independentemente de quem tenha convocado, os representantes da Administradora e da Gestora deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais, e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo Sexto. Para fins do disposto neste regulamento considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a instituição Administradora e os Cotistas.

Artigo 13 . A cada Cota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Cotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora até o horário de realização da Assembléia Geral constante na respectiva convocação.

Artigo 14. Ressalvado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação da Assembléia Geral será aprovada pelos votos favoráveis dos Cotistas titulares da maioria das Cotas presentes ao conclave assemblear.

Parágrafo Primeiro. As deliberações relativas às matérias indicadas nos incisos III a V do Artigo 11 supra serão tomadas em primeira convocação, pelos Cotistas titulares da

maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pelos Cotistas titulares da maioria das Cotas dos presentes.

Parágrafo Segundo. Independentemente do disposto neste Artigo, a aprovação das seguintes matérias em Assembléia Geral dependerá dos votos favoráveis de Cotistas titulares de pelo menos 2/3 (dois terços) das Cotas em circulação:

- I. alteração do Regulamento, exceto nas hipóteses previstas no Artigo 11, Parágrafo Único;
- II. redução da Taxa de Administração, conforme definida no Artigo 35 abaixo; e

Artigo 15. As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes perante o FUNDO e obrigarão a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido neste evento.

Parágrafo Primeiro. Das Assembléias Gerais serão lavradas atas no Livro de Registro de Atas de Assembléias Gerais, as quais, para sua validade, deverão ser assinadas por Cotistas que bastem para formar o quorum de deliberação exigido para a aprovação das respectivas matérias.

Parágrafo Segundo. As deliberações tomadas em cada Assembléia Geral serão divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização do respectivo conclave assemblear por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta enviada com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista. As atas de Assembléias Gerais serão encaminhadas à CVM e aos demais agentes de mercado sempre que necessário, na forma e nos prazos previstos na legislação em vigor, especialmente as Instruções CVM.

Artigo 16. Os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, inclusive para nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos interesses dos Cotistas, observadas as disposições contidas nas normas regulamentares editadas pela CVM.

Parágrafo Único - Somente pode exercer as funções de Representante dos Cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- (ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- (iii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo da administração ou ser funcionário da **Cedentes TRADEMAX**; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, dos **Cedentes TRADEMAX**.

CAPÍTULO VI

CUSTODIANTE

Artigo 17. O Custodiante contratado para exercer as atividades de custódia e controladoria do FUNDO, conforme previsto nos Artigos 38 e 39 das Instruções CVM, será o Banco Bradesco S/A, instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como, credenciada perante a Comissão de Valores Mobiliários para prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 (“custodiante”).

Parágrafo Primeiro. O FUNDO, representado por sua Administradora, firmará contrato com o Custodiante (“Contrato de Custódia”), a fim de regular o relacionamento entre as mencionadas partes, inclusive especificando de forma clara as funções do Custodiante, e garantir o cumprimento das obrigações deste previstas neste Regulamento.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- I receber e analisar os documentos que evidenciem o lastro dos direitos creditórios relativos aos Direitos Creditórios;
- II validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade previstos no Artigo 22 deste Regulamento;
- III fazer a custódia, a administração e, diretamente ou por terceiros, a cobrança e a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO.
- IV diligenciar para que sejam mantidos atualizados e em perfeita ordem, os documentos relativos aos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a Empresa de Auditoria, Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores, zelando pela boa ordem, operacionalizando e executando todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia que sejam de sua responsabilidade;
- V receber e fazer a guarda e custódia física, durante o prazo mínimo exigido pela legislação aplicável, dos registros das operações realizadas pela Administradora, Gestora, ou por ele, Custodiante;
- VI efetuar a liquidação física financeira dos ativos que integrarem a carteira do FUNDO e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a estes ativos;
- VII cobrar e receber, por conta e ordem do FUNDO, pagamentos, resgates de títulos ou qualquer renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito do FUNDO.
- VIII receber e realizar a cobrança bancária dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO;
- IX efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável; e
- X notificar a Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelos **Cedentes TRADEMAX** ou pelos Sacados, de suas obrigações originárias dos Contratos de Cessão que serão celebrados com

o FUNDO, conforme definidos no Artigo 26 abaixo, inclusive as obrigações de pagamento.

Parágrafo Terceiro A verificação referida no inciso I acima, será realizada pelo Custodiante, ou terceiros contratos sob sua responsabilidade, quadrimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade do Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada. de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

Parágrafo Quarto. A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do parágrafo terceiro será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

| | | |
|-------------------------|--|------------------------------------|
| $n_o = \frac{1}{E_o^2}$ | | $n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$ |
| | | |

Onde:

- a) E_o = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados), com isso o erro máximo que poderá incorrer será de 10% da amostra tolerável;
- b) N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis.
- c) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, será retirado um para a amostra.
- d) Em decorrência do disposto nas alíneas a, b e c deste parágrafo, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Quotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

Parágrafo Quinto As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- (i) Obtenção de arquivo com os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, na data base da revisão;
- (ii) Apuração da quantidade de Direitos Creditórios a serem verificados
Seleção dos Direitos Creditórios, mediante aplicação da Formula descrita no parágrafo quarto, acima;
- (iii) Conferência Física dos Direitos Creditórios com os registros eletrônicos do Custodiante;
- (iv) Conferência do recebimento da mercadoria por parte do Sacado mediante verificação de protocolo de entrega de mercadoria, mantido pelo Cedente.

Parágrafo Sexto Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses, se houver.

CAPÍTULO VII

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Artigo 18. A Agência Classificadora de Risco do FUNDO será a SR Rating Prestação de Serviços Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, no. 89, sala 1.002 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 68.814.433/0001-14; a qual será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Cotas do FUNDO, nos termos deste Regulamento. Os respectivos relatórios de classificação de risco de Cotas deverão ser atualizados trimestralmente e ficar à disposição dos Cotistas na sede da Administradora.

Parágrafo Primeiro. Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas constitui fato relevante para o fim de comunicação aos Cotistas.

CAPÍTULO VIII

OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE ATIVOS

Seção I

Objetivo do Fundo

Artigo 19. O objetivo do FUNDO é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de carteira definida na Seção II infra, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, conforme definidos no Artigo 22 abaixo; e (ii) de Ativos Financeiros, conforme definidos no Parágrafo Segundo, do Artigo 21 abaixo.

Parágrafo Único. Para os fins deste Regulamento, “Taxa DI” é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.

Artigo 20. Os investimentos do FUNDO se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e nas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto neste Capítulo.

Seção II

Política de Investimentos, Composição e Diversificação da Carteira

Artigo 21. O FUNDO deverá alocar, em até 90 (noventa) dias contados do início das suas atividades (a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios; e (b) no máximo, 50% (cinquenta por cento) do mesmo patrimônio em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN . O Fundo tem como meta referencial (“Meta”) investir, no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios.

Parágrafo Primeiro. Os títulos, créditos, certificados e ativos financeiros mencionados na alínea (b) do caput deste Artigo serão doravante denominados indistintamente “Ativos Financeiros”, no singular ou no plural.

Parágrafo Segundo. Os Ativos Financeiros serão adquiridos pelo FUNDO observando-se as formalidades legais e os requisitos regulamentares aplicáveis para a transferência do direito de propriedade aplicáveis a cada espécie desses títulos.

Parágrafo Terceiro. O FUNDO, observadas as limitações previstas neste Artigo e atendendo às normas editadas pela CVM acerca da matéria, poderá realizar operações compromissadas com lastro em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN e/ou operações em mercados de derivativos exclusivamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, na modalidade com garantia, com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou

parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Cotas e a taxa de atualização dos ativos do FUNDO.

Parágrafo Quarto. Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio líquido.

Parágrafo Quinto. O FUNDO não poderá realizar:

- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações;
- II. a aquisição, pelo FUNDO, de Direitos Creditórios que estejam lastreados em outras operações que não o fornecimento de Produtos e/ou de Serviços;
- III. operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- IV. aquisição de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)

Parágrafo Sexto. Os percentuais e limites referidos neste Artigo deverão ser observados diariamente pelo FUNDO, com base no seu patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Seção III

Condições de Cessão e Direitos Creditórios Elegíveis

Título I

CrITÉRIOS de Elegibilidade

Artigo 22. O Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na Data de Aquisição, às Condições de Cessão e aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (os “CrITÉRIOS de Elegibilidade”) é considerado um “Direito Creditório Elegível”.

Parágrafo Primeiro - As Condições de Cessão são as seguintes:

- a) as informações referentes aos **Cedentes TRADEMAX**, Sacados e os Direitos Creditórios constam do Layout enviado pela Administradora ao Custodiante nos termos do presente Regulamento; Condição de cessão;
- b) os respectivos **Cedentes TRADEMAX** sejam aprovados no comitê interno do Gestor e, cadastrado no FUNDO pelo Custodiante;

Parágrafo Segundo. Os CrITÉRIOS de Elegibilidade são os seguintes:

- c) o respectivo Sacado Autorizado não se encontra inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo;
- d) o percentual correspondente ao somatório do valor total de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos pelo respectivo Sacado, após considerada, pro-forma, a cessão pretendida, resulta em valor máximo de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, exceto para o Sacado Sasil Comercial Industrial de

Petroquímicos Ltda., cujo o percentual poderá corresponder a até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido ;

- e) o Sacado não tem seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do Bacen;
- f) o Sacado não tem (i) registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, cujo valor unitário seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) por contrato e, tratando-se de pessoa jurídica;
- g) o Sacado não esteja em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- h) a data de vencimento do Direito Creditório não seja posterior a data de amortização de cada série de Cotas emitidas.

Título II

Verificação das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade

Artigo 23. Caberá ao Custodiante a verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios e da sua devida formalização.

Parágrafo Primeiro - A verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios deverá ser feita a toda cessão.

Parágrafo Segundo - A verificação da documentação que comprove a existência dos Direitos Creditórios será feita pelo Custodiante ou terceiro contratado, quadrimestralmente, de acordo com critérios e diversificação devidamente aprovados pelas empresas de auditoria e de classificação de risco das Cotas Seniores do FUNDO.

Artigo 24. As Condições de Cessão serão verificadas pelos **Cedentes TRADEMAX**, antes de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

Título III

Valor Nominal e Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios

Artigo 25. Ao adquirir cada um dos Direitos Creditórios Performados, o FUNDO se tornará o titular do direito de receber o valor integral originalmente devido pelos Sacados do Direito Creditório Performado aos respectivos **Cedentes TRADEMAX** antes da cessão ao FUNDO.

Parágrafo Primeiro . O Custodiante deverá fixar o preço à vista a ser pago às Cedentes em cada cessão de Direitos Creditórios Elegíveis (“Preço de Aquisição”), observando sempre os critérios gerais contidos no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e neste regulamento, mediante a aplicação de uma taxa de desconto maior entre, o equivalente a, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) da Taxa DI. e a aplicação da seguinte formula:

Parágrafo Segundo. Entende-se por taxa de desconto a diferença entre o Preço de Aquisição e o montante ofertado a cada cessão.

| | |
|-------------------------|------------------------------------|
| $n_o = \frac{1}{E_o^2}$ | $n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$ |
|-------------------------|------------------------------------|

$$PADC = \frac{VN}{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{du}{252}}}$$

Onde:

PADC = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.

VN = Valor Nominal de cada Direito Creditório

I = Taxa de Desconto, expressa na forma decimal ao ano, conforme definida nesse Regulamento

du = Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório, inclusive, e a Data de Aquisição, exclusive.

Título IV

Formalização da Cessão de Direitos Creditórios

Artigo 26. Para que cada um dos Cedentes **TRADEMAX** possam ceder os Direitos Creditórios Elegíveis de que sejam titulares, deverão a celebrar com o FUNDO, este devidamente representado por sua Administradora, o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), o qual estabelece as condições gerais aplicáveis a todas as operações de cessão entre as mencionadas partes.

Parágrafo Primeiro. Cada cessão de Direito Creditório Elegível será formalizada entre as Cedentes e o FUNDO, mediante a formalização do Termo de Cessão de Direitos

Creditórios (“Termo de Cessão”) na forma prevista no competente Anexo do Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo. Administradora providenciará o registro somente do Contrato de Cessão, dentro do prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar da data da sua assinatura, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos situados nas comarcas dos Cedentes Trademax e do Fundo

Parágrafo Terceiro. Concomitantemente à celebração de cada Termo de Cessão, as **Cedentes TRADEMAX** devem assinar notificação a ser enviada aos respectivos Sacados, informando-os sobre a cessão do crédito.

Título V

Política de Recuperação de Crédito

Artigo 27. Na hipótese de o FUNDO não receber o valor dos Direitos Creditórios Elegíveis a ele cedidos pelas **Cedentes TRADEMAX** no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a Gestora tomará, em nome do FUNDO, todas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente visando a recuperação dos créditos não pagos, especialmente as seguintes:

I. em se tratando de Direitos Creditórios:

- a) a Gestora, por si ou por meio de terceiros contratados, irá notificar os respectivos Sacados para que efetuem o pagamento no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas sob pena de ficarem em mora e serem obrigados a pagar todos os consectários moratórios legais e/ou contratuais; e
- b) uma vez transcorrido o prazo supra sem que o correspondente pagamento tenha sido efetuado pelos respectivos Sacados devedores, a Gestora poderá:
 - (i) contratar terceiros para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos; ou
 - (ii) tentar, em regime de melhores esforços, ceder, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiro;

II. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação legal aplicável, a Gestora poderá:

- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança ou recuperação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias prestadas ao FUNDO, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;

b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas do FUNDO; e

c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do FUNDO, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do FUNDO, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Título VI

Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo

Artigo 28. Todos os custos e despesas incorridos pelo FUNDO para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do FUNDO, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao FUNDO dos valores necessários à cobrança dos ativos deste, sem prejuízo das obrigações assumidas pelas **Cedentes TRADEMAX** nos Contratos de Cessão. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, inclusive eventuais custos de condenação, que o FUNDO venha a iniciar em face dos Sacados, de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio FUNDO.

Parágrafo Único. As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do FUNDO e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo FUNDO até o limite de 2% (dois por cento) do valor da emissão da primeira série de Cotas de que trata o Artigo 41 abaixo, excluindo-se desse limite eventuais custos de condenação ou eventuais descontos ou deduções sobre o produto recuperado. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos Cotistas em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

Seção IV

Registro e Custódia dos Ativos do Fundo

Artigo 29. Para que sejam passíveis de aquisição pelo FUNDO, os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em seu nome, em contas específicas abertas no Sistema de Liquidação e de Custódia - SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 30. Quanto aos documentos relativos aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo FUNDO, sua custódia deverá observar o disposto no Artigo 17 deste Regulamento e o Contrato de Custódia.

CAPÍTULO IX

FATORES DE RISCO

Artigo 31. Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e do Custodiante na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do FUNDO, assim como a gestão ativa da carteira de ativos do FUNDO, os Direitos Creditórios Elegíveis e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao FUNDO e aos Cotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do FUNDO; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios Elegíveis e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 32. As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Artigo 33. Quanto aos riscos associados ao investimento no FUNDO, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- I. **Limitação de ativos do FUNDO.** A única fonte de recursos do FUNDO para o pagamento aos Cotistas das amortizações e resgate das Cotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos Sacados. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o FUNDO não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas e o correspondente pagamento aos Cotistas.
- II. **Risco de Liquidez.** O FUNDO está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditório Elegíveis, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o FUNDO somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelos respectivos Sacados, tanto a Administradora, a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo FUNDO ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o

Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- III. **Risco de Crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou os Sacados devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a carteira de ativos do FUNDO não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.
- IV. **Fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- V. **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Cotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 38 abaixo. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do FUNDO que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Cotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.
- VI. **Descompasso entre as taxas de atualização das Cotas e dos ativos do FUNDO.** O FUNDO aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios Elegíveis e, também, em Ativos Financeiros que comporão o patrimônio líquido do FUNDO. Os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo FUNDO serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Cotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.
- VII. **Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Cotas.** Em caso de liquidação antecipada do FUNDO, nos termos deste Regulamento, o FUNDO poderá resgatar as Cotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida pelo FUNDO ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o

Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Artigo 34. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

- I. **Risco de Crédito.** A Administradora, a Gestora e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Sacados, das Cedentes ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Sacados, e, em caso de coobrigação de terceiros, da solvência e da capacidade de pagamento dos coobrigados inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do FUNDO perante os Cotistas, o não pagamento, pelos Sacados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Cotistas, dos valores correspondentes as suas Cotas.
- II. **Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios Elegíveis passíveis de aquisição pelo FUNDO. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Sacados, conforme o caso. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Sacados.
- III. **Constituição Sucessiva de Direitos Creditórios.** Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de compra e venda mercantil e de prestação de serviços já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pelos **Cedentes TRADEMAX** ao FUNDO depende (i) das Cedentes continuarem a fabricar, comercializar e/ou fornecer os Produtos e os Serviços, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Sacados adquirirem ou continuarem a adquirir os Produtos e os Serviços. Ainda que os **Cedentes TRADEMAX** disponham de toda a infra-estrutura, conhecimento e tecnologia que suportem a continuidade da fabricação, comercialização e/ou fornecimento dos Produtos e dos Serviços, não há como assegurar que os níveis de produção, comercialização e/ou fornecimento pelas Cedentes e a demanda pelos Produtos e pelos Serviços permitirão a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o FUNDO.
- IV. **Cedentes de outros Fundos:** Na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, cada Cedente Trademax deverá celebrar com o FUNDO o Contrato de Cessão, no entanto, algumas Cedentes TRADEMAX poderão já ter celebrado Contrato de Cessão com outros fundos, a exemplo da Cedente Brasken S. A (“Brasken”) ou caso seja aprovado o ingresso de novos Cedentes Trademax pela Assembléia em Geral, estas poderão também já possuir contratos com outros fundos de investimentos em direitos creditórios na qualidade de cedente de direitos de crédito de natureza similar ou distinta dos Direitos de Crédito. Caso a Brasken,

como os novos Cedentes TRADEMAX (i) direcionem seus melhores esforços para a origemação de outros direitos de crédito que serão objeto de cessão a outros fundos de investimentos em direitos creditórios que não o Fundo, ou (ii) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo, ou (iii) decida terminar o Contrato de Cessão, e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que os não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Cotistas terão o seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo

V. **Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos enviados pelos Cedentes Trademax. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será realizada apenas por meio de auditoria quadrimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

VI. **Ausência do Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios:** Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência das Cedentes Trademax, a eficácia perante terceiros da transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderá ser questionada, com base na ausência de registro dos Termos de Cessão no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos. Poderá, ainda, representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos **Cedentes TRADEMAX** a mais de um cessionário. O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios elegíveis pagos por sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora, a Gestora ou o Custodiante ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

Parágrafo Único A análise da correta constituição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao FUNDO será feita com base nos documentos a serem apresentados pelas Cedentes, em conformidade com o Artigo 22 supra, e a conclusão acerca do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade se pautará na análise de tais documentos, os quais serão presumidos legítimos, corretos, integrais pelo Custodiante ou qualquer outro terceiro por estas indicados.

CAPÍTULO X

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA, GESTORA E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 35. A Administradora fará jus à seguinte remuneração:

Taxa de Administração, Gestão, Custódia Qualificada, Controladoria e Escrituração de Cotas será de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO, com valor mínimo mensal de R\$14.000,00 (quatorze mil reais), para o primeiro mês de existência do Fundo, do segundo ao terceiro mês de R\$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), e a partir do quarto mês, R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior, à base 1/252 dias e o valor será cobrado mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços “**Taxa de Administração**”.

Parágrafo Primeiro: O valor mensal fixo mínimo da Taxa de Administração será reajustado anualmente, na data de aniversário da formalização do Contrato de Administração, com base na variação pro rata temporis do IGP-M/FGV ou de qualquer outro índice oficial de preços que venha substituí-lo em caso de sua extinção ou não divulgação.

Parágrafo Segundo. Os pagamentos da Taxa de Administração dar-se-ão até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário subsequente. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente à data da primeira integralização de Cotas do FUNDO e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a mencionada data e o último dia do mês a que se referir aos pagamentos da Taxa de Administração e da Remuneração da Gestora

Parágrafo Terceiro. Não será cobrado dos Cotistas qualquer taxa de ingresso ou de saída do FUNDO.

Parágrafo Quarto. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Artigo 36. Constituem encargos do FUNDO (em conjunto, os “Encargos do FUNDO”), além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicação aos Cotistas;
- IV. honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- V. emolumentos e comissões pagos sobre as operações do FUNDO, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado os limites previstos neste Regulamento;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do FUNDO ou à realização de Assembléia Geral;
- VIII. taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do FUNDO;
- IX. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- X. despesas com a contratação e honorários da Agência Classificadora de Risco; e
- XI. despesa com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Artigo 37. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XI

COTAS DO FUNDO

Seção I

Séries de Cotas

Artigo 38. O Fundo emitirá 01 (uma) classe de Cotas Seniores (as “Cotas Seniores”), as quais poderão ser divididas em Séries distintas, a serem distribuídas em 1 (uma) ou mais Distribuições. As Datas de Amortização, o valor das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Cotas Seniores serão definidas no respectivo Suplemento.

- I. O Fundo emitirá, em cada Distribuição de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas (as “Cotas Subordinadas”) em quantidade suficiente para manutenção da Razão de Garantia do FUNDO.
- II. Cada Cota Sênior confere a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
 - a) Tem o preço unitário de R\$10.000,00 (Dez mil reais) na 1ª Data de Emissão da respectiva Série;

(i) a partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Série “n”, terá seu valor unitário, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização e, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, calculado todo dia útil pela Administradora, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\underline{VQS_n = (VQS_{(n-1)} - VAE_{(n-1)} - VAP_{(n-1)}) \times FatorDI}$$

onde:

VQS_n é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série na data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VQS_{(n-1)}$ é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VAE_{(n-1)}$ é o valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior da respectiva série, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

$VAP_{(n-1)}$ é o valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior da respectiva série, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n ;

$Fator DI$ é o fator correspondente à Taxa DI, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$FatorDI = \left[1 + \left(TDI \times \frac{FM}{100} \right) \right], \text{onde:}$$

TDI é a Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

Onde:

DI = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à data de cálculo n , utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

du = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo “du” um número inteiro; e

FM = Fator Multiplicador, informado com 4 (quatro) casas decimais que corresponde correspondente a 110 CDI.

- b) os titulares das Cotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da integralização de Série de Cotas Seniores específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;

- c) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Cota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto;
 - d) tem prioridade em relação às Cotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
 - e) O valor mínimo da primeira aplicação no Fundo será de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), tanto na aquisição de Cota Sênior, quanto na aquisição de Cota Subordinada, não se aplicando tal regra as Cotas negociadas no mercado secundário.
- III. Após o encerramento da 1ª Distribuição de Cotas, a Administradora poderá deliberar e fazer realizar nova Distribuição de Séries de Cotas Seniores, sem a necessidade de aprovação dos titulares de Cotas em Circulação na ocasião, desde que sejam observados os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na Instrução CVM e as condições de emissão estabelecidas abaixo. Os termos e as condições da nova Série deverão ser definidos em Suplemento próprio.
- IV. O Fundo somente poderá emitir qualquer Série de Cotas Seniores, em qualquer Distribuição, desde que, computados, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o mesmo atenda, cumulativamente, ao disposto no presente Regulamento, referente tanto à Série de Cotas Seniores em processo de integralização quanto às demais Séries em Circulação na ocasião.
- V. Quando da definição do valor das Cotas Seniores, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada, considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer valor devido aos titulares das Cotas Seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.
- VI. Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, como critério para definição do valor das Cotas Seniores ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a (a) 10 (dez) dias úteis consecutivos, contados da data de ocorrência do evento ou (b) por 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência do evento, a Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Cotas Seniores, o novo parâmetro a ser utilizado. Neste caso, os titulares de Cotas Subordinadas terão o direito de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer verbas a serem pagas aos titulares das Cotas Seniores, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas

quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo, quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da eventual divulgação da Taxa DI.

VII. Cada Cota Subordinada conferirá a seus titulares as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Cotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) somente poderá ser subscrita e integralizada por investidores qualificados;
- c) tem um preço unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na 1ª Data de Emissão de Cotas Subordinadas;
- d) a partir da 1ª Data de Emissão de Cotas Subordinadas, o valor unitário de cada Cota Subordinada, apurado diariamente pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Cotas Seniores em Circulação, apurado na forma da formula acima, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração;
- e) a partir da 1ª Emissão de Cotas Seniores, o total de Cotas Subordinadas em circulação deverá ser, no mínimo, 35% em relação ao Patrimônio Líquido do FUNDO (Razão de Garantia).
- f) Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia o Cedente Líder será imediatamente informados de tal fato pela Instituição Administradora através do Aviso de Desenquadramento para que este integralize a quantidade de Cotas Subordinadas suficientes para manter, no mínimo, o percentual estabelecido na alínea “d” acima.
- g) O **Cedente Líder** poderá oferecer a outros investidores qualificados, inclusive às **Cedentes TRADEMAX**, a oportunidade de integralização das Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão de Garantia.

VIII. O Aviso de Desenquadramento deverá ser devolvido à Administradora, pelo **Cedente Líder**, com cópia para o Custodiante, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia subsequente à data do seu recebimento, informando sua decisão com relação à integralização ou não de Novas Cotas Subordinadas.

- IX. Caso a decisão do **Cedente Líder** seja pela integralização de Novas Cotas Subordinadas, o pagamento será realizado em moeda corrente nacional, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento do Aviso de Desenquadramento.
- X. Após o recebimento de notificação do **Cedente Líder** s Subordinadas no sentido de integralizar Novas Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora deliberará pela emissão de Novas Cotas Subordinadas, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral de Cotistas do Fundo.
- XI. Na hipótese do **Cedente Líder** não informar à Administradora sobre qual medida pretendem tomar ou se informarem que não pretendem integralizar Novas Cotas

- Subordinadas, a Instituição Administradora considerará tal evento como sendo Evento de Avaliação do Fundo.
- XII. O somatório do valor atualizado das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas é limitado ao valor do Patrimônio Líquido devidamente atualizado.
- XIII. As Cotas Seniores de Séries distintas poderão ter Datas de Amortização coincidentes. O Fundo somente poderá emitir Cotas Seniores com Datas de Amortização não coincidentes desde que exista um intervalo de, no mínimo, 15 (quinze) dias entre as Datas de Amortização.
- XIV. É expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os Cotistas titulares das Cotas de uma mesma classe, ressalvada, conforme o caso, a existência de condições de remuneração, prazos e valores para amortização e, nas hipóteses deste Regulamento, resgate, distintos para cada Série, conforme definidos nos respectivos Suplementos.
- XV. O Fundo poderá promover a amortização compulsória parcial das Cotas Subordinadas, após o período de distribuição das Cotas Seniores, caso a razão de garantia supere 35%, com a utilização, sucessiva, de moeda corrente nacional e/ou de Direitos Creditórios Elegíveis.
- XVI. Na hipótese do inciso XV acima, a Instituição Administradora comunicará aos Cotistas Subordinados, com cópia para o Custodiante, no dia útil imediatamente posterior à data que a Razão de Garantia seja superada, informando do valor da amortização compulsória das Cotas Subordinadas e o montante em moeda corrente nacional e/ou o valor e a quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis a serem utilizados na referida amortização.
- XVII. A amortização compulsória das Cotas Subordinadas será efetuada no dia útil imediatamente subsequente ao envio, pela Instituição Administradora, da comunicação de que trata o inciso acima.
- XVIII. Os titulares das Cotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- XIX. Após sua amortização integral, as Cotas não mais serão consideradas como em Circulação para todos os efeitos legais.

Seção II

Patrimônio Inicial

Artigo 39. O patrimônio do FUNDO na data final da integralização da primeira série de Cotas será composto por até 5.000 (cinco mil) Cotas Seniores, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e de Cotas Subordinadas em quantidade suficiente para manutenção da Razão de Garantia, conforme disposto no artigo 38;

Parágrafo Primeiro. A distribuição e colocação das Cotas previstas no caput deste Artigo serão realizadas em conformidade ao disposto neste Regulamento e nas Instruções CVM.

Seção III

Emissões, Integralização e Valor das Cotas

Artigo 40. As Cotas serão emitidas por seu Valor Unitário de Integralização, calculado na forma do Artigo 38 acima, com base no valor de abertura da Cota em D+0, a partir da data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do FUNDO (“Data de Integralização”), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN exclusivamente na conta-corrente designada do FUNDO indicada pela Administradora, com integralização à vista, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Outrossim, a subscrição das Cotas poderá contemplar uma ou mais séries de Cotas por distribuição, devendo a integralização das mesmas seguir os termos do respectivo boletim de subscrição firmado pelo Cotistas.

Parágrafo Primeiro. No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora. A integralização das cotas deverá ocorrer à vista, concomitantemente à sua subscrição. Os pedidos de subscrição de cotas serão aceitos mediante crédito em conta corrente da Administradora do **FUNDO**, ao qual ficam condicionados.

Parágrafo Segundo. Os pedidos de subscrição serão atendidos cronologicamente. Não haverá prioridade de alocação das cotas entre os investidores, prevalecendo a cronologia evidenciada pela numeração seqüencial dos boletins de subscrição.

Parágrafo Terceiro. Até 1 (um) dia útil após a data da apresentação do boletim de subscrição pelo investidor e concomitante integralização das cotas, a Administradora do **FUNDO** confirmará a subscrição e entregará, a cada investidor que tiver subscrito e integralizado cotas seniores, o número de cotas correspondente à divisão entre o valor depositado e o valor da cota no dia da integralização.

Parágrafo Quarto. A critério da Administradora, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos Cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas do Regulamento do **FUNDO**.

Parágrafo Quinto. As cotas deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos relativos ao registro de distribuição, que poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação fundamentada à CVM, na forma prescrita nos §§ 4º. E 5º. Do artigo 20 da Instrução CVM 356 ou, alternativamente, o saldo não colocado será cancelado antes do prazo mencionado acima.

Artigo 41. A condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pela Administradora, de conta de depósito em nome do respectivo Cotista. Os Investidores Qualificados poderão

efetuar aplicações de recursos no FUNDO diretamente com a Administradora, observado o disposto no Artigo 3º e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Quando do seu ingresso no FUNDO, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, preparado nos termos do Anexo V, deste Regulamento, e indicar endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pela Gestora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. O extrato da conta de depósito emitido pela Administradora será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Cotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao FUNDO; e (ii) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista,.

CAPÍTULO XII

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

Artigo 42. As amortizações programadas de cada Série de Cotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no Suplemento da Série “n”, conforme Anexo VI deste Regulamento (Amortizações Programadas das Cotas Seniores), cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Artigo 43. Nas respectivas Datas de Amortização, o FUNDO pagará aos Cotistas o valor principal e eventuais rendimentos Cotas. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo XVI, e desde que o patrimônio líquido assim o permita e o FUNDO possua disponibilidades para tanto.

Artigo 44. A fim de permitir a liquidez necessária para que o FUNDO realize as amortizações e o resgate das Cotas, a Administradora terá a obrigação sempre que houver liquidez disponível, , manter em provisão específica, 30 dias antes da data de pagamento de cada parcela, 2/3 (dois terços) dos valores de cada parcela de amortização e dos resgates em moeda corrente nacional, podendo, ainda, aplicar mencionados recursos em investimentos cuja disponibilidade seja apropriada para o fim ora previsto.

Artigo 45. Os titulares das Cotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do FUNDO a amortização ou o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro. Uma vez tendo recebido os recursos descritos neste Artigo, o Cotista beneficiário dará ao FUNDO, representado pela Administradora, a mais ampla e irrevogável e irretroatável quitação.

Parágrafo Segundo. Quaisquer impostos, contribuições ou taxas que legalmente incidam sobre os recursos referentes ao resgate e/ou amortização de Cotas do FUNDO serão retidos pela Administradora e deduzidos dos valores em questão, não cabendo ao Cotista qualquer tipo de compensação.

CAPÍTULO XIII

PAGAMENTO AOS COTISTAS

Artigo 46. A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pela legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro. Os pagamentos serão feitos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Custodiante no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

Parágrafo Segundo. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XIV

NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 47. As Cotas serão registradas para negociação na Bolsa de Valores de São Paulo, no ambiente SOMAFIX e BOVESPAFIX a critério da Administradora, poderão ser registradas também na Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP. Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas.

Parágrafo Primeiro. Caso as Cotas sejam registradas nos termos do caput deste Artigo, caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados.

CAPÍTULO XV

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 48. Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo FUNDO devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 49. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira do FUNDO devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela

Circular 1.273 do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável (“Plano Contábil”).

Artigo 50. Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do FUNDO, por dia de atraso de pagamento dos Direitos Creditórios pelos Clientes serão, no mínimo, aqueles previstos na Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.682, de 23.12.1999, devendo a Administradora, em nome do FUNDO, a partir do 180º (centésimo octogésimo) dia de atraso, provisionar integralmente a operação inadimplente.

Parágrafo Primeiro – Serão considerados como perda todos os Direitos Creditórios em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a integralidade dos valores dos contratos não pagos ao FUNDO como perda.

Parágrafo Segundo - Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas no parágrafo 1º do Artigo 50, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao FUNDO, e o Custodiante deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro - As perdas e provisões do FUNDO serão reconhecidas no resultado do período.

Artigo 51. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Custodiante e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Parágrafo Único. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 52. As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

CAPÍTULO XVI

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 53. São considerados eventos de avaliação do FUNDO (“Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. - criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições,

- presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do FUNDO e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- II. - aquisição reiterada, pelo FUNDO, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme apurado pela Administradora e/ou pelo Custodiante;
 - III. - sem prejuízo ao disposto no parágrafo primeiro do Artigo 18 desse Regulamento, redução da classificação de risco das Cotas do FUNDO;
 - IV. - alteração deste Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afete ou possa afetar prejudicialmente a performance do FUNDO;
 - V. - após o 9º (nono) mês da data de encerramento da distribuição da primeira série de Cotas em conformidade com o disposto no Artigo 38 acima, elevação do nível de inadimplência dos Direitos Creditórios a um patamar superior a 10% (dez por cento) do valor da carteira do FUNDO, calculando-se o nível de inadimplência pela divisão da soma do valor dos Direitos Creditórios cujos pagamentos não forem efetuados há mais de 90 (noventa) dias das respectivas datas de vencimento, pelo valor do Patrimônio Líquido do Fundo, na data da verificação
 - VI. - crise econômica nacional que leve a flutuações de mais de 50% (cinquenta por cento), em termos relativos, na Taxa DI, num prazo inferior a 3 (três) meses;
 - VII. - o não enquadramento pelo FUNDO à rentabilidade média prevista na política de fixação de preços de aquisição de Direitos Creditórios, por um período superior a 90 (noventa) dias consecutivos;
 - VIII. - não atingimento da Meta, conforme definida no Artigo 21, após 90 (noventa) dias da primeira subscrição de Cotas do FUNDO, por 30 (trinta) dias ininterruptos.
 - IX. - Desenquadramento da Razão de Garantia, de que trata o Artigo 38, inciso VII, letra "d", por 10 dias úteis, contados da data do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Parágrafo Primeiro. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora comunicará os Cotistas acerca do fato, nos termos do Artigo 63, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios até que seja realizada a Assembléia Geral mencionada no parágrafo seguinte.

Parágrafo Segundo. A Administradora convocará, na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do FUNDO. Caso os Cotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, conforme definido no Artigo 54 abaixo, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do FUNDO, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo FUNDO. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Cotistas na Assembléia Geral. Caso os Cotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos próprios definidos neste Regulamento.

Artigo 54. Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação aplicável, são considerados eventos de liquidação antecipada do FUNDO (“Eventos de Liquidação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. o patamar mínimo de distribuição de Cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO, conforme descrito no Suplemento de cada série, não ser atingido no prazo da sua distribuição;
- II. deliberação da Assembléia Geral do FUNDO;
- III. caso os Cotistas venham a deliberar, nos termos do disposto no Artigo 53 supra, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- IV. no caso de renúncia ou destituição da Administradora, se não houver a devida substituição dentro de prazo de 30 (trinta) dias, contado da data da renúncia ou destituição; e
- V. término do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o FUNDO sem que seja nomeado substituto, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do término do Contrato.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Cotas em curso; (ii) notificar os Cotistas, observado o disposto no Artigo 63 deste Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do FUNDO definidos nos Parágrafos seguintes deste Artigo.

Parágrafo Segundo. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Cotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do FUNDO, o resgate das Cotas detidas pelos Cotistas dissidentes.

Artigo 55. Os valores pagos aos titulares das Cotas, a título de resgate antecipado de suas Cotas, deverão ser inicialmente imputados, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos pelas mesmas e, posteriormente, no pagamento integral de seu valor.

Artigo 56 Se na data do resgate de Cotas o FUNDO não dispuser de recursos em moeda corrente nacional que sejam suficientes para pagar integralmente o valor a que fizerem jus os titulares das Cotas, os Cotistas, mediante deliberação em Assembléia Geral, poderão prorrogar o Prazo de Duração do FUNDO por um período de até 120 (cento e vinte) dias (“Prorrogação de Liquidez”). Findo esse prazo, a Administradora iniciará o processo de pagamento aos Cotistas, por meio de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros integrantes da Carteira do FUNDO, conforme segue:

- I. - após deliberação dos Cotistas nesse sentido, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o FUNDO ou coobrigação deste, proporcionalmente à participação de cada titular de Cotas no valor total das Cotas em circulação, cedendo a cada Cotista Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros em valor equivalente a tal participação. Eventuais frações existentes para se chegar ao valor integral do resgate das Cotas poderão ser ajustadas entre os titulares dessas Cotas. A forma de pagamento aos titulares de Cotas poderá ser composta de Direitos Creditórios e/ou de Ativos Financeiros,

sempre que possível de forma proporcional, dependendo do modo como a carteira do FUNDO estiver formada e do montante total e individual do resgate a ser realizado para os titulares de Cotas; ou

- II. - caso não seja possível a aplicação do inciso anterior, por qualquer motivo, ou se os Cotistas assim deliberarem, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares de Cotas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Cotas serão calculadas de acordo com a proporção de Cotas detida por cada titular sobre o valor total das Cotas em circulação. A Administradora deverá notificar os titulares das Cotas, na forma do Artigo 9º, (i) para que eles elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002); e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas faz jus.

Parágrafo Segundo. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio a ser formado de acordo com o inciso II supra, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maior quantidade dessas Cotas em circulação.

Parágrafo Terceiro. O Custodiante, ou terceiros por ele contratado, fará a guarda dos Direitos Creditórios e dos respectivos documentos comprobatórios pelo prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contado da Assembléia Geral mencionada no parágrafo segundo do Artigo 54 supra, dentro do qual os Cotistas, na hipótese do inciso I deste Artigo, e o administrador do condomínio a ser formado na hipótese do inciso II do mesmo Artigo, indicará à Administradora e ao Custodiante hora e local para que seja feita a entrega dos documentos custodiados. Expirado este prazo, a Administradora e/ou o Custodiante poderão promover a consignação dos mencionados documentos, na forma do Artigo 334 do Código Civil.

Artigo 57. O FUNDO será automaticamente liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, exceto se os Cotistas decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto nos Artigos supra, no que couber.

CAPÍTULO XVII

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 58. Mensalmente, a partir do encerramento da primeira emissão de Cotas de que trata o Artigo 38 e até a liquidação do FUNDO, a Administradora obriga-se a utilizar as disponibilidades do FUNDO para atender às exigibilidades do FUNDO, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do FUNDO;
- II. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do FUNDO a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. pagamento do Preço de Aquisição;
- IV. pagamento dos valores referentes à amortização periódica das Cotas;

- V. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do FUNDO, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades.

CAPÍTULO XVIII

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 59. O FUNDO terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do FUNDO estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas na legislação aplicável e neste Regulamento.

Artigo 60. As demonstrações financeiras do FUNDO serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria a ser contratada em nome do Fundo pela Administradora dentre aquelas autorizadas pelas normas editadas pela CVM. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- I. opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do FUNDO, de acordo com as normas legais aplicáveis; e
- II. notas explicativas contendo as informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro. A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado.

Parágrafo Segundo. Fica desde já definido que a empresa de auditoria a ser contratada é a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S, inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 41.968.512/0001-23, com sede na Av. Tancredo Neves, 1632, Ed. Salvador Trade Center, Torre Sul, salas 1301/1309, Caminho das Arvores, Salvador-BA.

Artigo 61. O exercício social do FUNDO terá a duração de 1 (um) ano, iniciando-se em 01 de fevereiro de um ano e encerrando-se em 31 de janeiro do ano subsequente.

CAPÍTULO XIX

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 62. O patrimônio líquido corresponderá ao somatório dos valores das disponibilidades em moeda corrente nacional, dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO, apurados na forma do Capítulo XV, menos as exigibilidades referentes aos Encargos e despesas do FUNDO.

Parágrafo Único. Todos os recursos que o FUNDO vier a receber, a qualquer tempo, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao patrimônio líquido.

CAPÍTULO XX

PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 63. Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal A Tarde ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta com aviso de recebimento, ou quando permitido pela legislação em vigor, e-mail enviados aos Cotistas.

Parágrafo Primeiro. As publicações referidas no caput deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que colocarem as Cotas.

Parágrafo Segundo. Qualquer mudança no periódico referido no caput deste Artigo deverá ser aprovada pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral e deverá ser precedida de comunicado por meio de aviso aos Cotistas, nos termos do caput deste Artigo.

Artigo 64. No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês calendário, a Administradora deverá colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I. o número e valor das Cotas de titularidade de cada Cotista;
- II. a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- III. o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do FUNDO e dos Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado.

Artigo 65. Todo o material de divulgação do FUNDO deverá conter, sem prejuízo de outras informações exigidas pela legislação aplicável, a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 66. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do FUNDO à disposição dos Cotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- I. - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II. - de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 67. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do FUNDO não podem estar em desacordo com o Regulamento, com o Prospecto e com as normas editadas pela CVM.

CAPÍTULO XXI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 68. A assinatura, pelo Investidor Qualificado, do Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do Anexo V, implicará na aceitação e concordância expressa com todas as disposições deste Regulamento, às quais estará vinculado.

Artigo 69. Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**ANEXO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO**

Anexo I - Lista de Cedentes

SACADOS, incluindo suas controladas e controladoras:

Sasil Comercial Industrial de Petroquímicos Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 01.414.048/0003-70, com sede na rua Al Granjas Rurais Presidente Vargas s/no.

01 Lote 17, Pirajá, Salvador-BA, CEP 41.297-430

Triflex Indústria e Comércio de Termoplásticos Ltda., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 06.936.188/0001-60, com sede na rua Cariparé, no. 110, Granjas Rurais

02 Presidente Vargas, Salvador-BA

BRASKEM S.A., inscrita no CNPJ(MF) sob o no. 42.150.391/0025-48, com sede na rua Eteno, no. 1561, Complexo Básico Pólo Petroquímico, Camaçari-BA, CEP

03 42.810-000

**ANEXO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO**

Anexo II Porcentagem de Valor de Protesto e de Cheque Devolvido

Até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do respectivo Cedente ou Sacado, conforme o caso, apurado com base no último Balanço Patrimonial que for apresentado à Administradora ou à Gestora, Condição de Cessão, não será controlado pelo custodiante.

ANEXO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO

Anexo III - MODELO DE ANÁLISE DE CRÉDITO

| MODELO DE ANÁLISE DE CRÉDITO | | | |
|------------------------------|--|-------|-------------|
| FATORES DE ANÁLISE | TESTE | N / S | Observações |
| Fatores Eliminatórios | | | |
| Desempenho setorial | O setor está em expansão? | | |
| Histórico de pagamentos | Está inadimplente ou costuma pagar com atraso? | | |
| Ações judiciais | Tem pedido de concordata ou falência? | | |
| Patrimônio líquido negativo | Tem Pat. Líquido negativo? | | |
| Situação cadastral CNPJ | Há pendências cadastrais? | | |
| Execuções judiciais | Há condenações > PL? | | |
| Fatores Gerais: | | | |
| Data de constituição | Tem < 2 anos? | | |
| Tempo de relacionamento | Nunca operou com o fundo? | | |
| Apontamentos e protestos | Tem algum apontamento/protesto? | | |
| Porte da empresa | Tem faturamento < R\$ 10 mm/ano? | | |
| Concentração de clientes | Vende + de 50% para um só cliente? | | |
| Concentração de fornecedores | Compra + de 50% de 1 só cliente? | | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| Risco Gerencial | É empresa familiar? | | |
| Mudança de sócios | Mudança de sócios recente? | | |
| Retirada de sócio | Teve retirada de sócio c/30% participação? | | |
| Mudança de diretoria | Mudança de +2 diretores recente? | | |
| Demora no fornecimento de informações | Demora apresentar informações? | | |
| Falta de informações | Muitas informações Incompletas? | | |
| Adimplemento de obrigações | Renegociou passivos? | | |
| Apreensão de ativos | Teve apreensão de ativos? | | |
| Fatores Financeiros | | | |
| Capital/Exigível de Curto Prazo | Índice < 1? | | |
| Realizável Curto Prazo/Exigível Curto Prazo | Índice < 1? | | |
| Endividamento Bancário/Patrimônio Líquido | Índice > 1? | | |
| Evolução do Patrimônio Líquido | Negativo últimos três semestres? | | |
| Ocorrência de atraso com fornecedores | Há mais de 10% de pgto em atraso | | |

ANEXO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO

Anexo IV - Minuta de Declaração de Adimplência do Cedente

Local e data

À
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
(na qualidade de Administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TRADEMAX Petroquímico)
)
Rua Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º. Andar, Vila Yara, Osasco
São Paulo / SP

Ref.: Declaração de Adimplência

Prezados Senhores,

Pela presente, [Denominação da Cedente], com endereço à [-], na Cidade de [-], Estado de [-] e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [-] (“Cedente”), conforme exigido pelo §3º do Art. 24 do Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO (“Regulamento”) e para efeitos de cumprimento do Critério de Elegibilidade previsto no item “h)” do inciso III do mesmo artigo do Regulamento, por seus representantes legais, DECLARA não estar inadimplente perante o Fisco Federal, Estadual ou Municipal (em conjunto ou separadamente denominados, indistintamente, “Fisco”) ou perante o Sistema BNDES.

Para efeitos desta declaração, inadimplência significa (i) em relação ao Sistema BNDES, atraso superior a 1 (um) dia em qualquer pagamento devido em razão de qualquer contrato firmado com qualquer entidade do Sistema BNDES e (ii) em relação ao Fisco, qualquer débito em relação ao qual o Cedente já tenha sido oficialmente intimado ou citado, respectivamente, para cobrança extrajudicial ou judicial, cujo valor não tenha sido depositado judicialmente ou que não esteja com sua exigibilidade suspensa, na forma da legislação tributária.

Atenciosamente

[Denominação da Cedente]

ANEXO AO REGULAMENTO DO FIDC – TRADEMAX PETROQUÍMICO.

Anexo V. - Termo de Adesão ao Regulamento

TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX
PETROQUÍMICO**

| | | | | |
|------------------------------|-------------|----------|----------|---------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL DO COTISTA | | | | CNPJ/CP |
| N.º BANCO | N.º AGÊNCIA | Nº CONTA | Nº CONTA | VALOR |

Na qualidade de subscritor de Cotas de emissão do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TRADEMAX Petroquímico** (o “Fundo”), administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a “Administradora”), venho, por meio do presente Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, declarar o quanto segue:

1. RECEBI(EMOS) , NO ATO DA PRIMEIRA SUBSCRIÇÃO, TENDO LIDO E ENTENDIDO O INTEIRO TEOR DO REGULAMENTO DO **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO** (“FUNDO”) E TER TOMADO CIÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DOS RISCOS DELA DECORRENTES, DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DE TODOS OS DEMAIS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS AO FUNDO. SENDO QUE, POR MEIO DESTA, CONCORDO E MANIFESTO, EXPRESSAMENTE, MINHA ADESÃO, IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL, SEM QUAISQUER RESTRIÇÕES, A TODOS OS SEUS TERMOS, ARTIGOS E CONDIÇÕES, SOBRE O QUAL NÃO TENHO(MOS) QUALQUER DÚVIDA.

2. Sou investidor qualificado para os fins de que trata a Instrução CVM n.º 409/04;

3. Estou(amos) ciente(s) de que:

3.1. O objetivo do FUNDO é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Regulamento do FUNDO, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo FUNDO, em caráter definitivo, (i) de Direitos Creditórios originados pelas Cedentes, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão (ii) de Ativos Financeiros; e (iii) dos riscos aos quais o Fundo e conseqüentemente os meus investimentos estão sujeitos, bem como da possibilidade de perda de parte ou da totalidade do capital por mim investido e ocorrência de patrimônio líquido negativo do Fundo, quando terei a obrigação de aportar recursos adicionais no Fundo, mediante solicitação do Administrador;

3.2. O objetivo do FUNDO, assim como os parâmetros de rentabilidade, procedimentos de constituição de reserva de pagamento de amortizações e resgates e quaisquer outras disposições estabelecidas no Regulamento não constituem, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora e da Gestora, consistindo apenas um objetivo a ser perseguido pelos mesmos.

3.3. Quanto aos principais riscos associados ao investimento no FUNDO, decorrentes das características dos mercados nas quais o mesmo investe, destacam-se:

- I. **Limitação de ativos do FUNDO.** A única fonte de recursos do FUNDO para o pagamento aos Cotistas das amortizações e resgate das Cotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos Sacados. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o FUNDO não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas e o correspondente pagamento aos Cotistas.
- II. **Risco de Liquidez.** O FUNDO está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora ou a Gestora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditório Elegíveis, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o FUNDO somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Elegíveis sejam pagos pelos respectivos Sacados, tanto a Administradora, a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo FUNDO ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- III. **Risco de Crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou os Sacados devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a carteira de ativos do FUNDO não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o FUNDO.
- IV. **Fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.
- V. **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Cotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Artigo 41 abaixo.

Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do FUNDO que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Cotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

- VI. **Descompasso entre as taxas de atualização das Cotas e dos ativos do FUNDO.** O FUNDO aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios Elegíveis e, também, em Ativos Financeiros que comporão o patrimônio líquido do FUNDO. Os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo FUNDO serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros e (ii) das Cotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Cotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.
- VII. **Possibilidade de resgate ou amortização antecipada das Cotas.** Em caso de liquidação antecipada do FUNDO, nos termos deste Regulamento, o FUNDO poderá resgatar as Cotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida pelo FUNDO ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

3.4.Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

- I. **Risco de Crédito.** A Administradora, a Gestora e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Sacados, das Cedentes ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Sacados, e, em caso de coobrigação de terceiros, da solvência e da capacidade de pagamento dos coobrigados inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do FUNDO perante os Cotistas, o não pagamento, pelos Sacados, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Cotistas, dos valores correspondentes as suas Cotas.
- II. **Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios Elegíveis passíveis de aquisição pelo FUNDO.

Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Sacados, conforme o caso. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Sacados.

- III. **Constituição Sucessiva de Direitos Creditórios.** Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de compra e venda mercantil e de prestação de serviços já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao FUNDO depende (i) das Cedentes continuarem a fabricar, comercializar e/ou fornecer os Produtos e os Serviços, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Sacados adquirirem ou continuarem a adquirir os Produtos e os Serviços. Ainda que as Cedentes disponham de toda a infra-estrutura, conhecimento e tecnologia que suportem a continuidade da fabricação, comercialização e/ou fornecimento dos Produtos e dos Serviços, não há como assegurar que os níveis de produção, comercialização e/ou fornecimento pelas Cedentes e a demanda pelos Produtos e pelos Serviços permitirão a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o FUNDO
- IV. **Cedentes de outros Fundos:** Na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, cada Cedente Trademax deverá celebrar com o FUNDO o Contrato de Cessão, no entanto, algumas **Cedentes TRADEMAX** poderão já ter celebrado Contrato de Cessão com outros fundos, a exemplo da Cedente Brasken S. A (“Brasken”) ou caso seja aprovado o ingresso de novos Cedentes Trademax pela Assembléia em Geral, estas poderão também já possuir contratos com outros fundos de investimentos em direitos creditórios na qualidade de cedente de direitos de crédito de natureza similar ou distinta dos Direitos de Crédito. Caso a Brasken, como os novos **Cedentes TRADEMAX** (i) direcionem seus melhores esforços para a originação de outros direitos de crédito que serão objeto de cessão a outros fundos de investimentos em direitos creditórios que não o Fundo, ou (ii) deixe de originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo, ou (iii) decida terminar o Contrato de Cessão, e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que os não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ter que ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Cotistas terão o seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo
- V. **Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios.** O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios por meio de análise dos relatórios eletrônicos enviados pelos Cedentes Trademax. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será realizada apenas por meio de auditoria quadrimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo

poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios

- VI. **Ausência do Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios:** Em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência das Cedentes Trademax, a eficácia perante terceiros da transferência de propriedade dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderá ser questionada, com base na ausência de registro dos Termos de Cessão no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos. Poderá, ainda, representar risco ao Fundo em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelos **Cedentes TRADEMAX** a mais de um cessionário. O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios elegíveis pagos por sacados a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora, a Gestora ou o Custodiante ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

A Administradora e a Gestora empreenderão seus melhores esforços na seleção de ativos para composição da Carteira de Ativos do FUNDO, e se valerão de mecanismos e de sistemas de gerenciamento de riscos, que monitoram, mas não anulam referidos riscos. Apesar disso, e não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocarem em prática a política de investimento do FUNDO, a Administradora e a Gestora, individual ou conjuntamente, assim como as suas Partes Relacionadas, não se responsabilizarão por eventuais perdas que o FUNDO venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do FUNDO, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

3.5. Taxa de Administração, Gestão, Custódia Qualificada, Controladoria e Escrituração de Cotas será de 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO, com valor mínimo mensal de R\$14.000,00 (quatorze mil reais), para o primeiro mês de existência do Fundo, do segundo ao terceiro mês de R\$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), e a partir do quarto mês, R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais). A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior, à base 1/252 dias e o valor será cobrado mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços “Taxa de Administração”.

3.6. O periódico utilizado para divulgação das informações do FUNDO é o Jornal A Tarde.

3.7. Responsabilizo-me pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão das mesmas.

3.8. Para os fins deste Termo de Adesão, os termos e expressões aqui não definidos expressamente terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do FUNDO, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

| | |
|---|---|
| Local: | Data: |
| Endereço para correspondência: | Telefone(s): Fax: e-mail: |
| Assinatura do Cotista ou representante legal: | |

Anexo VI - SUPLEMENTO

Suplemento da Serie “n”

Suplemento nº [•] (o “Suplemento”) referente à [•]^a Série de Cotas Sênior (a “[•]^a Série”) emitida nos termos do regulamento do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO”, registrado sob o nº [•] no [•]^o Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ sob o nº [•] e administrado pela Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a “Administradora”). Os documentos necessários ao registro da [•]^a Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em [•] de [•] de [•].

O prazo de duração da Série “n” é de [•] meses, contados da data da primeira Data de Emissão de Cotas Seniores do Fundo da Série “n”.

Serão emitidas no mínimo [•] e no máximo [•] Cotas Seniores, com um valor inicial, na Data de Emissão das Cotas Seniores da Série “n”, de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, bem como Cotas Subordinadas em quantidade suficiente para a manutenção da Razão de Garantia do FUNDO.

A partir da 1ª Emissão de Cotas Seniores, o total de Cotas Subordinadas em circulação deverá ser, no mínimo, 35% em relação ao Patrimônio Líquido do FUNDO.

O FUNDO buscará proporcionar às Cotas Seniores, quando da sua amortização e/ou resgate, rentabilidade referencial a 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI, não se caracterizando tal objetivo, para todos os fins legais, promessa, garantia, obrigação ou sugestão de rentabilidade

O valor das Cotas Seniores, para efeito de integralização, amortização ou resgate será calculado observado critério de atualização definido no item (i), do inciso II, do artigo 38, da Seção I, do Capítulo XI, do Regulamento, observada a seguinte Sobretaxa:

| | |
|------------------------------|-----|
| <i>Sobretaxa_n</i> | [•] |
|------------------------------|-----|

- 1.1 2.1. As amortizações das Cotas Seniores, ocorrerão, mensalmente, sempre nas Datas de Amortização de Cotas Seniores. Tais amortizações compreenderão a amortização de parte do capital investido ("APRINCIPAL") acrescida do respectivo rendimento ("AJUROS") para cada cota, conforme as fórmulas abaixo:

$$A_{PRINCIPAL_n} = \frac{V_{subs} - \left(\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}} + \sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}} \right)}{[[\bullet] - (M - 1)]^1}$$

onde:

V_{subs} – valor de subscrição de cada Cota Sênior;

$\sum_{n=0} A_{COMPULSÓRIA_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de Amortização Compulsória, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

$\sum_{n=0} A_{PRINCIPAL_{n-1}}$ é o somatório dos valores efetivamente pagos a título de amortização do capital investido, anteriormente a cada Data de Amortização de Cotas Seniores "n";

M é o número do mês, conforme definido no item 2;

$A_{JUROS_n} = PMT - A_{PRINCIPAL_n}$

PMT é o valor de amortização calculado conforme o item 2.1.

2. Resgate. As Cotas Seniores da $[\bullet]^a$ Série serão resgatadas na última Data de Amortização, sendo pago aos seus titulares, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o item 2.1.

Data de Amortização: As amortizações das cotas seniores ocorrerão todo dia 10 de cada mês, ou dia útil subsequente, a partir do XXº mês contado da primeira emissão de Cotas Seniores.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, $[\bullet]$ de $[\bullet]$ de $[\bullet]$.

FUNDO/ADMINISTRADORA:

¹ Completar lacuna com o número de meses entre a Data de Subscrição Inicial e a última amortização.

3. Declaração Art.56

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM
Nº 400/03
"ADMINISTRADOR"

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, representada na forma de seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administradora ("Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TRADEMAX PETROQUÍMICO** ("Fundo"), vem nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 de 29 de dezembro de 2003, desta D. Comissão de Valores Mobiliários, declarar que: (a) o Prospecto da Oferta (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas do Fundo e (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

Osasco, 22 de março de 2006.



Diretor

José Luiz Aguiar Pedro

